

Dissertação apresentada à Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidad Tecnológica Intercontinental como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências da Educação.

**Caroline da Silva Pinto Andrade**

**SITUAÇÃO DE POBREZA DOS ALUNOS NA FASE DE  
ALFABETIZAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA FREI DAMIÃO NO  
MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC**

**Dissertação aprovada em sua versão final pelos abaixo assinados:**

Prof. Dr. Estanislao Barrientos  
Orientador

Prof. Dr. Nome Completo  
Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

Assunção  
2019

## Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Andrade, Caroline S. P.

Situação de pobreza dos alunos na fase de alfabetização da Escola Básica Frei Damião no Município de Palhoça- SC / Caroline da Silva Pinto Andrade.

Asunción, 2019.

112f.

Dissertação de mestrado – Facultad de Postgrados, Ciências da Educação – Universidad Tecnológica Intercontinental, 2018. Orientador: Prof. Dr. Estanislao Barrientos

1. Pobreza. 2. Vulnerabilidade. 3. Riscos. I. Universidad Tecnológica Intercontinental. II. Situação de pobreza dos alunos na fase de alfabetização da Escola Básica Frei Damião no Município de Palhoça- SC

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANDRADE, Caroline da Silva Pinto. **Situação de pobreza dos alunos na fase de alfabetização da Escola Básica Frei Damião no Município de Palhoça- SC.** 2019. 112f. Dissertação de mestrado em Ciências da Educação – Universidad Tecnológica Intercontinental, Asunción-PY.

## CESSÃO DE DIREITOS

NOME DO AUTOR: Caroline da Silva Pinto Andrade

TÍTULO DO TRABALHO: Situação de pobreza dos alunos na fase de alfabetização da Escola Básica Frei Damião no Município de Palhoça- SC

TIPO DO TRABALHO/ANO: Dissertação / 2019

É concedida à Universidad Tecnológica Intercontinental permissão para reproduzir cópias desta dissertação e para emprestar ou vender cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação pode ser reproduzida sem a sua autorização (do autor).

---

Caroline da Silva Pinto Andrade

Rua João Meirelles, nº 1451-apto 304C

CEP: 88085-201, Bairro Abraão, Florianópolis - SC

**SITUAÇÃO DE POBREZA DOS ALUNOS NA FASE DE  
ALFABETIZAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA FREI DAMIÃO NO  
MUNICÍPIO DE PALHOÇA - SC**

**Caroline da Silva Pinto Andrade**

A Banca examinadora abaixo aprova a Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação, da Universidade Tecnológica Intercontinental – UTIC, como parte da exigência para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação:

---

Avaliador (a) – 1

---

Avaliador (a) – 2

---

Avaliador (a) – 3

**2019**

Dedico este trabalho, a todos os profissionais da educação, que bravamente trabalham em comunidades carentes, levando conhecimento e esperança, para aqueles que não as tem mais.

## Agradecimentos

Agradecer é tudo que posso fazer no momento, diante de tantas pessoas que de uma forma ou de outra contribuíram para que eu conseguisse chegar ao fim desta caminhada;

Deixo meus agradecimentos ao meu marido Hugo Del Cistia Andrade, que não apenas foi meu companheiro, mais também parceiro de estudo.

Ao meu filho Vitor de Andrade, que mesmo sentido nossa falta, acabou compreendendo, o quanto está etapa era importante nas nossas vidas.

A minha mãe Marina e aos meus irmãos Cristina, Ricardo e Junior, que me auxiliaram e apoiaram no momento em que tive que me ausentar dos cuidados com a minha mãe, para assim, poder fazer as viagens de estudo.

Aos meus sogros Dirceu e Josette, que foram extremamente atenciosos com o nosso filho, no momento que tivemos que nos ausentar.

As minhas amigas e parceiras de estudo Andrea Serafim Wehmuth, Renata Mafra e Ivone Isabel, que estiveram comigo nos momentos mais estressantes desse processo, apesar da pressão, temos mais risos do que choros para contabilizar na nossa trajetória.

A minha parceira de trabalho e querida amiga, Clarete Kreuch, que bravamente me substituiu nos momentos em que tive que me ausentar da escola, devido aos estudos.

A secretária de educação do Município de Palhoça Shirley Nobre Scharf, que sempre atenciosa, me recebeu e me apoiou nesse processo, com suas palavras de incentivo.

Ao Dr. Estanislao Bairrentos, meu orientador e guia neste trabalho, por sua valiosa dedicação e atenção não somente comigo, mais com os demais orientandos.

A secretária da UTIC Maria Eva Portillo Acosta, que foi nosso anjo no Paraguai, sempre pronta a ajudar e apoiando a todos nos momentos mais difíceis.

A minha família do Piauí, Carmelita Lacerda, Christiane Lacerda, Selma, Daguia e Mazé, que juntas, trocamos experiências e compartilhamos momentos agradáveis.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente, me apoiaram nessa caminhada, com palavras de apoio e incentivo.

*"A presença de milhões de crianças e adolescentes extremamente pobres nas escolas nos obriga a superar essas visões tão limitadas – a do pobre como imoral e não qualificado para o trabalho. Para compreender esses sujeitos, é necessário dar maior centralidade às condições sociais e materiais de suas vivências e sobrevivências como seres humanos. Os percursos escolares trazem as marcas das trajetórias de vida, das condições sociais que lhes são dadas para produzir suas existências”.*

Miguel Arroyo, 2010, p.15.

## Resumo

Situação de pobreza dos alunos na fase de alfabetização da Escola Básica Frei Damião no Município de Palhoça – SC.

A presente investigação trata da situação de pobreza dos alunos na fase de alfabetização da Escola Básica Frei Damião do Município de Palhoça, Santa Catarina, Brasil. A pesquisa utilizada foi não experimental de nível descritivo de abordagens quantitativa, com dados estatísticos, tendo como apoio a pesquisa bibliográfica e de campo com aplicação de questionário fechado, policotômico, através de entrevista. A população pesquisada foram 62 familiares dos alunos das classes de alfabetização, no período correspondente ao ano corrente de 2018. O objetivo geral da pesquisa foi verificar a real situação de pobreza dos alunos inseridos nas classes de alfabetização, e teve como objetivos específicos identificar a vulnerabilidade social e exposição a riscos dos alunos e descrever o contexto de pobreza que esses alunos estão expostos. As considerações finais do trabalho trouxeram à tona a situação das famílias pesquisadas dentro de quinze indicadores que verificaram o contexto social, demonstrando que os mesmos, encontram-se imersos em uma pobreza absoluta, demonstrando assim, a necessidade de revermos práticas pedagógicas e políticas públicas, que contemplem as reais necessidades desses indivíduos, para que tenham condições de efetivamente saírem do círculo de miséria no qual estão inseridos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pobreza, Vulnerabilidade, Riscos

## **Abstract**

Situation of poverty of students in the literacy phase of the Basic School Frei Damião in the Municipality of Palhoça - SC.

The present investigation deals with the poverty situation of pupils in the literacy phase of the Basic School Frei Damião of the Municipality of Palhoça, Santa Catarina, Brazil. The research used was non-experimental descriptive level of quantitative approaches, with statistical data, having as support the bibliographic and field research with application of a closed questionnaire, policotomic, through interview. The population studied was 62 families of the students of the literacy classes, in the period corresponding to the current year of 2018. The general objective of the research was to verify the real situation of poverty of the students inserted in the classes of literacy, and had specific objectives to identify the vulnerability social and risk exposure of students and describe the context of poverty that these students are exposed to. The final considerations of the work brought to the fore the situation of the research families within fifteen indicators that verified the social context, demonstrating that they are immersed in an absolute poverty, thus demonstrating the need to review pedagogical practices and public policies, that contemplate the real needs of these individuals, so that they have the conditions to effectively leave the circle of misery in which they are inserted.

**KEY WORDS:** Poverty, Vulnerability, Risks



## Lista de Abreviaturas e Siglas

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CF	Constituição Federal
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHA	Índice de Desenvolvimento Humano Ampliado
IEST	Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

## **Lista de Tabelas**

Tabela 1. Matriz de operacionalização de variáveis.....	51
Tabela 2 – Composição da população e amostra.....	57
Tabela 3 – Aportes financeiros.....	97
Tabela 4 - Cronograma.....	98

## Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Idade.....	60
Gráfico 2 - Gênero.....	60
Gráfico 3 – Grau de Instrução .....	60
Gráfico 4 - Renda .....	61
Gráfico 5 – residentes na mesma residência.....	62
Gráfico 6 - Moradia .....	63
Gráfico 7 – Acesso próximo à moradia .....	64
Gráfico 8 – Condição legal da moradia .....	65
Gráfico 9 – Cômodos.....	66
Gráfico 10 – Acesso a serviços públicos .....	67
Gráfico 11 – Qualidade da água disponibilizada.....	67
Gráfico 12 - Alimentação .....	68
Gráfico 13 – Aquisição de vestuário .....	70
Gráfico 14 – Aquisição de uniforme escolar .....	70
Gráfico 15 – Acesso a serviços de saúde.....	71
Gráfico 16 – Acompanhamento do desenvolvimento da criança .....	71
Gráfico 17 – Matrícula escolar .....	72
Gráfico 18 – Qualidade do ensino .....	73
Gráfico 19 – Uso de drogas .....	74
Gráfico 20 – Violência doméstica .....	74
Gráfico 21 – Trabalho doméstico .....	75
Gráfico 22 – Colaboração da criança na renda familiar .....	76
Gráfico 23 – Agressão por Bullying.....	77

Gráfico 24 – Tipo de Bullying sofrido .....	77
Gráfico 25 – Doenças infantis adquiridas.....	78
Gráfico 26 – Sequelas.....	79
Gráfico 27 – Sintomas de desnutrição .....	80
Gráfico 28 – Causas da desnutrição .....	80
Gráfico 29 – Dificuldade na imposição de limites .....	81
Gráfico 30 – Participação na vida escolar .....	82
Gráfico 31 – Frequência de demonstração de sentimentos .....	83
Gráfico 32 – Formas de demonstrar sentimentos .....	83
Gráfico 33 – Bons exemplos .....	84
Gráfico 34 – Correção de atitudes .....	85

# Sumário

<b>1</b>	<b>MARCO INTRODUTÓRIO .....</b>	<b>15</b>
<b>1.1</b>	<b>Objeto de pesquisa .....</b>	<b>17</b>
1.1.1	Tema .....	17
1.1.2	Título .....	17
1.1.3	Elaboração do problema .....	17
1.1.4	Formulação do problema .....	18
1.1.5	Os objetivos da pesquisa .....	18
<b>1.2</b>	<b>Justificativas .....</b>	<b>19</b>
<b>1.3</b>	<b>Factibilidade/Viabilidade .....</b>	<b>19</b>
<b>2</b>	<b>MARCO TEÓRICO.....</b>	<b>20</b>
<b>2.1</b>	<b>Definição dos termos fundamentais .....</b>	<b>20</b>
2.1.1	Pobreza .....	20
2.1.2	Vulnerabilidade Social .....	21
2.1.3	Exposição a risco, violências e doenças.....	22
<b>2.2</b>	<b>Antecedentes da pesquisa.....</b>	<b>23</b>
<b>2.3</b>	<b>Base teórica.....</b>	<b>28</b>
2.3.1	Vulnerabilidade social .....	29
2.3.2	Exposição a riscos, violência e doenças .....	40
<b>2.4</b>	<b>Definição de variáveis .....</b>	<b>50</b>
2.4.1	Definição conceitual .....	50
2.4.2	Definição operacional.....	51
<b>2.5</b>	<b>Aspectos legais vinculantes .....</b>	<b>52</b>
<b>2.6</b>	<b>Aspectos éticos.....</b>	<b>52</b>

<b>3</b>	<b>MARCO METODOLÓGICO</b> .....	<b>53</b>
<b>3.1</b>	<b>Enfoque da pesquisa</b> .....	<b>53</b>
<b>3.2</b>	<b>Nível de Investigação</b> .....	<b>53</b>
<b>3.3</b>	<b>Desenho da pesquisa</b> .....	<b>54</b>
<b>3.4</b>	<b>População</b> .....	<b>54</b>
3.4.1	Composição da população .....	54
3.4.2	Mostra.....	54
3.4.3	Amostra .....	55
3.4.4	Amostragem .....	57
3.4.5	Técnicas e Instrumentos de recolhimento dos dados.....	58
<b>4</b>	<b>MARCO ANALÍTICO</b> .....	<b>59</b>
<b>5</b>	<b>MARCO CONCLUSIVO</b> .....	<b>86</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>91</b>
	<b>APÊNDICE A – PRESSUPOSTO</b> .....	<b>97</b>
	<b>APÊNDICE B – CRONOGRAMA</b> .....	<b>98</b>
	<b>APÊNDICE C – PEDIDO DE VALIDAÇÃO DO QUESTIONÁRIO</b> .....	<b>99</b>
	<b>APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PAIS</b> .....	<b>100</b>
	<b>ANEXO A – AVALIAÇÃO DAS QUESTÕES</b> .....	<b>107</b>
	<b>ANEXO B – FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO 1</b> .....	<b>108</b>
	<b>ANEXO C – FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO 2</b> .....	<b>109</b>
	<b>ANEXO D – FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO 3</b> .....	<b>110</b>
	<b>ANEXO E – FACHADA DA E.B. FREI DAMIÃO</b> .....	<b>111</b>
	<b>ANEXO F – LOCALIZAÇÃO DA E.B. FREI DAMIÃO</b> .....	<b>112</b>

# 1 Marco introdutório

A cada ano, ingressam nas escolas públicas um elevado número de alunos oriundos de comunidades pobres, cuja história de vida, geralmente está relacionada à situações diversas, tais como, trabalho infantil, negligência, maus-tratos, abandono, violência, e drogas. Verifica-se também um alto índice de distúrbios relacionados à aprendizagem, que juntamente com os demais fatores, auxiliam no baixo rendimento escolar desses indivíduos.

Isto se dá, pois, segundo o Instituto Brasileiro de Estatística, (2017) cerca de 50 milhões de brasileiros, o equivalente a 25,4% da população, vivem na linha de pobreza e têm renda familiar equivalente a R\$ 387,07 ou US\$ 5,5 por dia, valor adotado pelo Banco Mundial para definir se uma pessoa é pobre.

Segundo Crespo, GUROVITZ, (2002. p.5), a pobreza pode ser entendida como um fenômeno que, embora tenha a renda como um fator fundamental é multidimensional. Desta forma, além de estar conectada com a privação material, a situação de pobreza ou vulnerabilidade social está relacionada ainda com a falta de infraestrutura, com uma maior exposição ao risco, à violência e as doenças, com a presença de fatores que impeçam as pessoas de ocupar espaços de decisões e voz, e com a ausência de garantia dos direitos básicos.

Exposto os indicadores de pobreza, segundo CRESPO e GUROVITZ, passamos para uma análise mais profunda da situação de pobreza dentro dos termos de pobreza absoluta e relativa, segundo a pesquisa de ROCHA (2003) e ROMÃO (1993).

A identificação da linha de pobreza, normalmente é pautada em termos absolutos ou relativos, a absoluta segundo ROCHA (2003), se refere às condições mínimas de sobrevivência física, ou seja, aquela decorrente do não atendimento das necessidades vitais. E a pobreza relativa segundo ROMÃO (1993), é aquela em que o indivíduo ou uma família tem o mínimo necessário para subsistirem, mas não possuem os meios necessários para viver de acordo com a área onde estão inseridos. Ela é diferente de lugar para lugar, devido à maneira de se viver neste determinado lugar.

Quanto a abordagens da palavra situação neste trabalho, refere-se ao estado do indivíduo, como podemos verificar no dicionário de filosofia, (2001, p.176), definido como um dos elementos mais centrais na constituição da condição humana, o fato de que em sua

existência o homem se encontra sempre em um contexto preestabelecido, em um mundo que o antecede, que o constitui como homem e em relação ao qual forma sua liberdade e identidade.

Ressaltamos ainda que a situação de pobreza que abordamos neste estudo tem o mesmo significado de vulnerabilidade social, como já citado por Crespo e GUROVITZ.

A presente pesquisa teve como objetivo, verificar a real situação de pobreza dos alunos inseridos nas classes de alfabetização, de acordo com as definições citadas acima, no intuito de elaborar políticas que venham amenizar o impacto que esta situação provoca no desenvolvimento físico e cognitivo do aluno, tornando-se relevante, pois verificou-se que não há nenhum estudo na comunidade escolar pesquisada, que cita o problema em questão.

O estudo foi elaborado, dentro das Normas da ABNT Associação Brasileira de normas técnicas, utilizando-se do método de pesquisa quantitativa, de nível descritivo, com análise de dados referentes a real situação de pobreza dos alunos na fase de alfabetização, no período correspondente ao ano de 2018.

Quanto à viabilidade da pesquisa, a mesma não demandou investimentos externos; a pesquisadora disponibilizou tempo relevante para sua realização e as delimitações do ambiente efetivaram a sua realização. A investigação foi realizada na comunidade do Frei Damião, no município de Palhoça – SC/ Brasil, considerada como maior aglomerado subnormal (definição de favela segundo IBGE) de Santa Catarina.



## **1.1 Objeto de pesquisa**

### **1.1.1 Tema**

**A situação de pobreza do aluno na fase de alfabetização.**

### **1.1.2 Título**

**Situação de Pobreza dos Alunos na Fase de Alfabetização da Escola Básica Frei Damião no Município de Palhoça - SC**

### **1.1.3 Elaboração do problema**

Verifica-se que o percentual de alunos considerados em situação de pobreza e o grande número deles, ingressando nas unidades de ensino oriundos de comunidades carentes, reflete um novo perfil de aluno, que traz consigo, na maioria das vezes, um histórico de problemas que lhes impeçam de ter o mínimo considerado para uma sobrevivência saudável e de acordo com as necessidades básicas de um indivíduo em fase de desenvolvimento.

Diante dos fatos, pretendeu com esse estudo, verificar a real situação de pobreza dos alunos na fase de alfabetização, de acordo com os indicadores supracitados e identificando em qual dos termos citados na pesquisa de ROCHA e ROMÃO, quanto à pobreza absoluta e relativa está inserida as famílias pesquisadas.

Para assim, juntamente com a comunidade escolar e os demais órgãos que atendem estas famílias, cito aqui, saúde e assistência social, traçar metas que venham melhorar e auxiliar esse aluno empobrecido dentro do contexto escolar.

Para HENRIQUES, 2000; DUARTE 2012, o cruzamento de dados de diferentes pesquisas tem indicado que a renda é a variável que mais impacta na trajetória escolar dos brasileiros, acarretando abandono e evasão escolar e lembrando a importância de termos nosso olhar nesta temática.

### **1.1.4 Formulação do problema**

#### Pergunta geral

- Qual é a real situação de pobreza dos alunos na fase de alfabetização da escola Básica Frei Damião?

#### Pergunta específica

- Em que termos se enquadram o nível de pobreza dos alunos na fase de alfabetização?

### **1.1.5 Os objetivos da pesquisa**

#### Objetivo geral

A presente pesquisa teve como objetivo, verificar a real situação de pobreza dos alunos inseridos nas classes de alfabetização da Escola Básica Frei Damião, no intuito de elaborar políticas que venham amenizar o impacto que esta situação provoca no desenvolvimento físico e cognitivo do mesmo.

#### Objetivos específicos

- Identificar a vulnerabilidade social e exposição a riscos, dos alunos na fase de alfabetização.
- Descrever o contexto de pobreza que os alunos estão expostos.

## **1.2 Justificativas**

Acredita-se que a pesquisa foi relevante, na medida em que se pretendeu identificar a real situação de pobreza dos alunos na fase de alfabetização, de acordo com a vulnerabilidade social e exposição a riscos, haja vista, que até o presente momento a comunidade escolar, não possuía esses dados de forma precisa. Para tanto os resultados oferecerão, contribuições teóricas e dados científicos, no intuito de apontar caminhos e apresentar políticas públicas e projetos educacionais que venham melhorar e suprir, efetivamente as necessidades dos alunos inseridos no contexto de pobreza da Escola Básica Frei Damião.

## **1.3 Factibilidade/Viabilidade**

Quanto à viabilidade da pesquisa, a mesma não demandou investimentos externos; o pesquisador disponibilizou tempo relevante para sua realização e as delimitações do ambiente efetivaram a sua realização. Em tal sentido se conta com os seguintes recursos:

- Humanos;
- Financeiros;
- Técnicos;
- Tecnológicos;

Local:

A pesquisa foi realizada com os pais dos alunos das turmas de primeiro ao terceiro ano da Escola Básica Frei Damião, moradores da comunidade do Frei Damião, situada no Município de Palhoça, Santa Catarina, Brasil (Foto e localização geográfica – ver anexos E e F).

## **2 Marco teórico**

Nesta parte do trabalho, apresenta-se o marco teórico, parte de fundamental importância na pesquisa, pois é nele que se buscou apresentar, conceituar e relacionar os aspectos de maior relevância do tema do trabalho. É nele que se validaram as dimensões da pesquisa e operacionalizou as variáveis. O trabalho foi estruturado da seguinte maneira, definições de termos chaves, antecedentes da investigação, bases teóricas, bases legais e definições de variáveis.

### **2.1 Definição dos termos fundamentais**

#### **2.1.1 Pobreza**

Para entender melhor o conceito de pobreza, temos que investigar os vários sentidos que a mesma se apresenta, seja econômica, política ou social, para assim, entender seu complexo mecanismo.

Segundo Crespo; GUROVITZ, 2002, p.5, a pobreza pode ser entendida como um fenômeno que, embora tenha a renda como um fator fundamental é multidimensional. Desta forma, além de estar conectada com a privação material, a situação de pobreza ou vulnerabilidade social está relacionada ainda com a falta de infraestrutura, com uma maior exposição ao risco, a violência e as doenças, com a presença de fatores que impeçam as pessoas de ocupar espaços de decisões e voz, e com a ausência de garantia dos direitos básicos.

O dicionário de economia define pobreza, como estado de carência em que vivem indivíduos ou grupos populacionais, impossibilitados por insuficiência de renda ou inexistência de bens de consumo, de satisfazer suas necessidades básicas de alimentação, moradia, vestuário, saúde e educação SANDRONI, 2002, p.406.

Na visão dos sociólogos, a definição de pobreza é complexa, pois ora revela um quadro homogêneo, ora um quadro com inúmeras variações. Para eles, as privações e ou carências estão enraizadas as injustiças estruturais e desvantagens inerentes. Assim, de acordo com o dicionário de sociologia, pobreza define-se como, situação nas quais pessoas carecem daquilo de que tem necessidade para viver JOHNSON, 1997, p.176.

Os organismos internacionais, no entanto, definem pobreza como um fenômeno multifacetado decorrente de inúmeros fatores que determinam um conjunto de variáveis. O Banco Mundial define pobreza como incapacidade de manter um padrão de vida mínimo na questão renda WORD BANK, 1990, p.26.

Para GOMES e PEREIRA, 2005, p.359, a pobreza não pode ser definida de forma única, mas ela se evidencia quando parte da população não é capaz de gerar renda suficiente para ter acesso sustentável aos recursos básicos que garantem uma qualidade de vida digna.

Segundo SEN (1978, p.13), o conceito de pobreza tende a ser codificada sob duas visões, a subjetiva e objetiva, influenciadas na localização da população em questão, a pobreza subjetiva, leva em consideração a percepção que o indivíduo tem de sua renda e as demais rendas da sociedade que ele vive, enquanto a pobreza objetiva trabalha em cima de um julgamento normativo sobre o que constitui pobreza e o que se exige para se mudar as pessoas deste estado.

ROCHA (2003) e ROMÃO (1993) pautam a pobreza em dois termos absoluta e relativa, Segundo Rocha a pobreza absoluta refere-se às condições mínimas de sobrevivência física, ou seja, aquela decorrente do não atendimento das necessidades vitais. Enquanto ROMÃO cita a pobreza relativa, que é aquela que o indivíduo tem o mínimo para sobrevivência, mas não possuem os meios necessários para viver de acordo com a área onde estão inseridos.

### **2.1.2 Vulnerabilidade Social**

PRATI, COUTO e KOLLER, 2009, p.404, define vulnerabilidade social, como adoecimento de um ou vários membros, em situações recorrentes de uso de drogas, violência doméstica e outras condições que impeçam ou detenham o desenvolvimento saudável desse grupo. Vulnerabilidade social é uma denominação usada para caracterizar famílias expostas a fatores de risco, sejam de natureza pessoal, social ou ambiental, que coadjuvam ou incrementam a probabilidade de seus membros virem a padecer de perturbações psicológicas.

CARARA, 2016, p.3, coloca que vulnerabilidade social, seja de natureza pessoal, social ou ambiental, se caracteriza por expor famílias a fatores de risco, que colaboram para que seus membros padeçam de perturbação psicológica, podendo estar presente em uma única família ou em uma comunidade inteira.

VIGNOLI, FILGUEIRA, 2001, trata a vulnerabilidade social como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores,

sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores.

KATZMAN, 2001 entende a vulnerabilidade social como o desajuste entre ativos e a estrutura de oportunidades, provenientes da capacidade dos atores sociais de aproveitar oportunidades em outros âmbitos socioeconômicos e melhorar sua situação, impedindo a deterioração em três principais campos: os recursos pessoais, os recursos de direitos e os recursos em relações sociais.

MONTEIRO, 2012, p.35, a vulnerabilidade social, assim compreendida, pressupõe um conjunto de características, de recursos materiais ou simbólicos e de habilidades inerentes a indivíduos ou grupos, que podem ser insuficientes ou inadequados para o aproveitamento das oportunidades disponíveis na sociedade. Assim, essa relação irá determinar maior ou menor grau de deterioração de qualidade vida dos sujeitos.

### **2.1.3 Exposição a risco, violências e doenças.**

Pode-se definir exposição a risco, segundo AMPARO, GALVÃO, CARDENAS e KOLLER (2008, p.71), pode ser físico, social e psicológico, originado de causas internas e externas que causam danos importantes, se não forem identificados e combatidos. As causas externas, em geral, relacionam-se às condições adversas do ambiente. (Pobreza, violência, desemprego). As causas internas aparecem em indivíduos que podem, por exemplo, sofrer de depressão, baixa autoestima e ou problemas de aprendizagem entre outros.

Processos de ordem “natural” (tais como os processos exógenos e endógenos da Terra) e/ ou daqueles associados ao trabalho e às relações humanas. O risco (lato sensu) refere se, portanto, à probabilidade de ocorrência de processos no tempo e no espaço, não constantes e não determinados, e à maneira como estes processos afetam (direta ou indiretamente) a vida humana CASTRO, PEIXOTO, PIRES, 2005, p.12.

Quanto ao elemento “exposição ao risco”, ele pode ser considerado um componente multifacetado, que varia conforme a problemática analisada. Alguns exemplos simples podem ilustrar essa componente da vulnerabilidade: é mais propenso a adquirir uma doença sexualmente transmissível àquele que não faz uso de preservativo, assim como está mais vulnerável a sofrer um alagamento quem mora na margem de um rio do que aquele que se encontra, por exemplo, habitando uma montanha, embora o último possa estar mais vulnerável aos efeitos de um deslizamento ESTEVES, 2011, p.70.

Exposição a risco percepção do perigo, da catástrofe possível. Ele existe apenas em relação a um indivíduo e a um grupo social ou profissional, uma comunidade, uma sociedade que o apreende por meio de representações mentais e com ele convive por meio de práticas específicas. Não há risco sem uma população ou indivíduo que o perceba e que poderia sofrer seus efeitos. Correm-se riscos, que são assumidos, recusados, estimados, avaliados, calculados. O risco é a tradução de uma ameaça, de um perigo para aquele que está sujeito a ele e o percebe como tal, VEYRET, 2007, p.11.

A violência consiste em ações humanas de indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionam a morte de outros seres humanos ou que afetam sua integridade física, moral, mental ou espiritual. Na verdade, só se pode falar de violências, pois se trata de uma realidade plural, diferenciada, cujas especificidades necessitam ser conhecidas. MINAYO e SOUZA, 1998, p.513.

O conceito de violência da Organização Mundial de Saúde (OMS). O uso da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.

A doença quanto conceito, pode significar para o ser humano depende, em larga margem, do estilo de pensamento dominante. Como a historia revela, há muitas concepções, ou representações da doença, lembremos que houve, por exemplo, uma representação metafísica da doença, quando foi vista como castigo enviado por deuses. Houve, também, varias representações filosóficas da doença, formuladas em termos de ideias gerais a respeito do Cosmos, Natureza ou Homem. Em especial, tivemos algumas representações naturais da doença, entendida a partir de elementos comuns (terra, ar, agua, fogo) e de suas propriedades. As representações naturais contemplam os males com base em aspectos observáveis (coisas e propriedade acessíveis aos nossos órgãos dos sentidos), de modo que tivemos, por exemplo, representações químicas, fisiológicas e morfológicas da doença. HEGENBERG, 1998, p.58.

## **2.2 Antecedentes da pesquisa**

Em 2002, os mestres em administração pública, CRESPO, Antônio Pedro Albernaz e GUROVITZ, Elaine, publicaram o artigo A pobreza como um fenômeno multidimensional, com objetivo de contribuir para a discussão sobre a pobreza, ampliando a discussão e as informações disponíveis sobre a pobreza como um fenômeno multidimensional. Nesse

sentido, descreve-se uma abordagem desse fenômeno cada vez mais utilizada na atualidade. Procurou-se apresentar uma breve descrição desse conceito e como ele evoluiu com o passar do tempo, o enfoque de sobrevivência, a concepção de necessidades básicas e a ideia de privação relativa.

ROCHA, Sônia, pesquisadora do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IEST) e consultora do Bando Mundial em pesquisas sobre a pobreza no Brasil, publicou em 2003 o livro intitulado, *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* Que pretendeu reunir um conjunto de informações visando familiarizar o leitor com as noções relevantes para o entendimento da pobreza e de questões afins, tais como aquelas ligadas à distribuição do rendimento, ao funcionamento do Mercado de trabalho e à concepção de políticas sociais.

ROMÃO, Mauricio Costa, professor do programa de pós-graduação em economia da universidade de Pernambuco, publicou um artigo em 1993, intitulado *Uma proposta de extensão do Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas*. O texto propôs um índice sintético que abarque, simultaneamente, as medidas de desenvolvimento humano e distribuição de renda e pobreza, o qual, por esse caráter, foi denominado de Índice de Desenvolvimento Humano Ampliado o IDHA.

Em 2002, SANDRINI, Paulo organizou a 1.<sup>a</sup> edição do *Novíssimo Dicionário de Economia*, foram incorporados cerca de 1500 verbetes novos, relacionados com as mudanças na economia brasileira depois do Plano Real, com as consequências do processo de globalização, as crises do Sudeste Asiático, os ataques especulativos, as análises do risco e da incerteza, o nascimento do Euro, biografias de economistas nacionais e estrangeiros e, também, com a nossa formação histórica, econômica e financeira. Segundo o autor, embora já tenha ultrapassado os quatro mil verbetes, o dicionário é uma obra aberta, que não comporta ponto final.

O sociólogo, escritor e professor, JHONSON, Allan G., em 1997, elaborou o *Dicionário de Sociologia*, combinando clareza de expressão a exemplos interessantes, requerendo um mínimo de conhecimentos prévios para sua consulta. Caso raro de obra de referência, escrita por um único autor, tem a vantagem de apresentar continuidade e visão de conjunto ao longo de mais de 1.000 verbetes. Este dicionário inclui ainda termos formalmente ligados a outras disciplinas (como direito, estatística e econometria), porém de importância capital para a prática sociológica. Ao final de cada verbete o leitor encontra uma lista de leituras sugeridas e, ao final do volume, esboços biográficos dos principais nomes da sociologia, bem como um minucioso índice remissivo.



Em 1999 o BANCO MUNDIAL elaborou um estudo que faz parte de um esforço de pesquisa global intitulado *Consultations with the Poor*, concebido para informar o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/1 sobre Pobreza e Desenvolvimento. A pesquisa envolveu pessoas pobres em vinte e três países ao redor do mundo. O esforço também incluiu duas revisões abrangentes de Avaliações Participativas da Pobreza concluída nos últimos anos pelo Banco Mundial e outras agências.

No ano de 2005, GOMES e PEREIRA, escreveram o artigo *Família em situação de vulnerabilidade social*, este estudo teve como objetivo apontar a vulnerabilidade da família pobre que, desassistida pelas políticas públicas, se vê impossibilitada de responder às necessidades básicas de seus membros, e de favorecer o aprofundamento do debate acerca da construção de alternativas para o fortalecimento da família. Trata-se de um estudo de campo, exploratório, fundamentado na Teoria das Representações Sociais. Os instrumentos utilizados na coleta de dados foram: teste de Associação Livre de Palavras, e entrevista semiestruturada. Os resultados mostraram que “família” representa sentimentos ambivalentes, agregador e desagregador, associada à imagem de família real e sonhada construída a partir da interação dos sujeitos no seu cotidiano, influenciando e sendo influenciada por relações familiares conflituosas, geradas a partir da pobreza a que estão sujeitas as famílias.

No ano de 2009, PRATI, COUTO e KOLLER, realizaram a pesquisa teórica *Famílias em vulnerabilidade social*: rastreamento de termos utilizados por terapeutas de família. O estudo investigou se os termos, famílias em situação de risco, famílias pobres, famílias de camadas populares e famílias de baixa renda, podem referir ao conceito de famílias em vulnerabilidade social, quando utilizados por terapeutas familiares. Foi realizada uma pesquisa documental em anais de seis congressos nacionais e de um congresso internacional de terapia familiar que aconteceu no Brasil. Efetuou-se uma análise quantitativa que visou a enumeração de quantas vezes esses termos foram utilizados e uma quantitativa que objetivou rastrear a definição apresentada para os mesmos. O material bibliográfico revelou que os diversos termos são complementares e se referem, em geral, a famílias em vulnerabilidades sociais.

Em 2016, CARARA, Mariane Lemos, elaborou o presente artigo, com objetivo de apresentar os resultados de um estudo que visou analisar a percepção da comunidade escolar sobre a possível relação entre vulnerabilidade social e dificuldades de aprendizagem. Sabe-se que muitos alunos apresentam dificuldades na aprendizagem e estas podem estar relacionadas a uma série de fatores como transtornos e aspectos sociais, afetivos, e de ordem orgânica, mas persiste a dúvida sobre a influência da vulnerabilidade social neste cenário; visto que,

vulnerabilidade caracteriza-se também pela impossibilidade de modificar a condição atual em que se encontram no que se refere à alimentação, higiene, educação e saúde. Para desvelar este problema, a metodologia utilizada neste estudo foi a pesquisa em fontes bibliográficas e de campo. Em linhas gerais os resultados revelaram que a desvantagem da desigualdade social, principalmente a fragilização dos vínculos afetivos, relacionais, ou vinculados à violência prejudicam no desenvolvimento cognitivo e contribuem para aumentar a dificuldade de aprendizagem.

VIGNOLI, Jorge Rodríguez desenvolveu a presente pesquisa, no ano de 2001 na cidade de Santiago, no Chile, que faz parte do projeto de colaboração regional entre o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e o Centro Demografia Latino-Americana - Divisão de População da CEPAL. Este documento analisa a condição dos jovens na sociedade atual, com especial ênfase no potencial que a realidade contemporânea lhes dá e destaca os fatores que eles geram ou agravam sua vulnerabilidade. O trabalho é nutrido por diversos esforços institucionais recentes sobre o tema da juventude.

KAZTMAN, Rubén, em 2001, escreveu *Seduzido e abandonado: isolamento social dos pobres urbanos*. Este artigo examina os efeitos que algumas transformações tiveram recente na estrutura social dos países Latino-americanos. Essas transformações se referem principalmente aos mercados de trabalho e a certas estruturas de oportunidades que são uma fonte de formação de recursos capital humano e social. Argumenta-se aqui que, como o resultado dessas transformações, as ligações são enfraquecidas dos pobres urbanos com o mercado de trabalho e estreita as áreas de sociabilidade informal com pessoas de outras classes sociais, o que levaria ao seu isolamento progressivo.

MONTEIRO, Simone da Rocha Pires, em 2000, elaborou o presente artigo intitulado *O marco conceitual da vulnerabilidade social*, que teve como objetivo aprofundar as questões relacionadas ao presente marco. Caracterizaram-se pela busca da construção de um marco conceitual, compreendendo os seus fundamentos e determinantes. É produto do processo de análise do debate das políticas públicas e das orientações dos organismos internacionais na conformação destas. Neste sentido compreender os elementos constitutivos de tal referencial teórico possibilita contribuir com análises mais aprofundadas do alcance das políticas públicas, bem como identificar os seus limites e desafios na efetivação de direitos.

O presente estudo, *A escola e as perspectivas educacionais de jovens em situação de risco*, de 2008, AMPARO, GALVÃO, CARDENAS e KOLLER, visou identificar a percepção de jovens em situação de risco sobre a realização e aspirações escolares e a rede de apoio social, relacionadas ao contexto de ensino-aprendizagem. Investigou proteção e

vulnerabilidade no contexto escolar, responderam a um questionário sobre relações com professores e amigos, qualidade e importância da escola, reprovação e fracasso escolar e rede de apoio social e afetiva. Os resultados revelaram que a escola se constitui numa importante rede de proteção, com a qual os jovens apresentam, em geral, atitudes positivas de confiança e interesse. A continuidade da formação é valorizada e a escola está incluída em projetos futuros destes jovens. Os amigos, professores e pais representam importantes fatores de proteção no contexto escolar.

CASTRO, PEIXOTO E PIRES, em 2005, escreveram o artigo Riscos Ambientais e Geografia: Conceituações, Abordagens e Escalas, que versa sobre a relação entre risco ambiental e geográfico, procurando discutir as categorias envolvidas na composição do risco ambiental, suas formas de avaliação e sua dimensão espacial. Acredita-se que a construção do risco ambiental se pauta pela premissa de que espaço e tempo são elementos próprios à ideia de risco, que deve ser admitido como um processo estruturado ao longo do tempo e à dinâmica cotidiana das cidades.

ESTEVES, Cláudio Jesus de Oliveira, em 2011, escreveu o artigo Riscos e Vulnerabilidade Socioambiental, que visou apresentar aspectos conceituais referentes à questão da vulnerabilidade socioambiental. Para tanto, foram levantadas na bibliografia pertinente noções sobre risco e vulnerabilidade, especialmente em seus aspectos sociais e ambientais. Concluiu-se que, em muitos casos, ainda que se vivenciem os mesmos riscos ambientais, as vulnerabilidades são diferentes visto que decorrem de condicionantes econômicos e sociais.

VEYRET, Yvette, em seu livro Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente, de 2007, define o risco, como objeto social que se define como a percepção do perigo, da catástrofe possível, vem adquirindo lugar de destaque nas sociedades. Ele está em toda parte. Para o homem vítima e agressor do meio ambiente prevalece um sentimento de insegurança, alimentado pelo próprio progresso da segurança. O risco é assumido, vivido, recusado.

Em 1998, MINAYO, Maria Cecilia de Souza e DE SOUZA, Edinilsa Ramos, escreveram o artigo, Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva, que tenciona apresentar a complexidade da reflexão sobre violência e saúde e, ao mesmo tempo, o campo de possibilidades que a temática abre tanto para a colaboração interdisciplinar, como para a ação multiprofissional. Busca elaborar uma crítica das visões que absolutizam o sentido da violência, sem, no entanto, pretender apontar uma resposta definitiva. Adverte para o risco epistemológico e prático de reducionismo que corre o setor de

saúde ao querer tratar esse fenômeno como uma epidemia e para a necessidade de colaboração intersetorial e com a sociedade civil.

A organização Mundial de Saúde no ano de 2002 elaborou um relatório mundial sobre a violência e saúde, com os objetivos de ampliar a consciência acerca do problema da violência em nível global, argumentar que a violência pode ser prevenida e que a saúde pública tem um papel crucial no reconhecimento de suas causas e consequências.

Em 1998, HEGENBERG, Leônidas, escreveu o livro intitulado Doença um estudo filosófico, que objetivou colocar para reflexão, alguns pontos fundamentais da filosofia da medicina. Serve de base para nortear discursões profissionais e certamente mais profícuas, a cargo de especialista das áreas medicas que tenham pendores filosóficos.

### **2.3 Base teórica**

A fundamentação teórica desta pesquisa resulta de concepções e da afirmação de teóricos que dizem respeito à situação de pobreza. Para FONSECA, 2002, p.44 a definição da base teórica e conceitual da pesquisa constituirá o quadro de princípios, categorias e conceitos que sustentará o seu desenvolvimento, traçando as linhas de orientação para um processo que se deseja de reflexão permanente.

Diante disso, dividimos o estudo da seguinte forma. O primeiro capítulo tratou da situação de pobreza no tocante da primeira dimensão a Vulnerabilidade Social, subdimensionado em dois tópicos. Infraestrutura e Recursos financeiros para suprir as necessidades básicas. O segundo capítulo tratará da segunda dimensão a Exposição a riscos, violências e doenças, que está subdimensionada em Risco físico, Risco social e Risco psicossocial.

Para a presente pesquisa, tivemos como autores norteadores, CRESPO, GUROVITZ (2002), ROCHA (2003), ROMÃO (1993), SANDRONI (2002), WORD BANK (1990), GOMES e PEREIRA (2005), PATI, COUTO e KOLLER (2009), CARARA (2016), VIGNOLI e FILGUEIRA (2001), KATZMAN (2001), MONTEIRO (2012), AMPARO, GALVÃO, CARDENAS e KOLLER (2008), CASTRO, PEIXOTO e PIRES (2005), ESTEVES (2011) e VEYRET (2007). MINAYO e SOUZA (1998), HEGENBERG(1998|).

### 2.3.1 Vulnerabilidade social

Nos últimos anos, o termo vulnerabilidade social tem sido utilizado com certa frequência por grupos acadêmicos e entidades governamentais da América Latina. Esta incorporação da noção de vulnerabilidade teve forte influência de organismos internacionais, como as Nações Unidas, o Banco Mundial e o BIRD. Parte da visibilidade dos estudos sobre vulnerabilidade social deve-se a certa insatisfação com os enfoques tradicionais sobre pobreza e com seus métodos de mensuração, baseados exclusivamente no nível de renda monetária e em medidas fixas, como a linha de pobreza. Neste sentido, a noção de vulnerabilidade social, ao considerar a insegurança e a exposição a riscos e perturbações provocadas por eventos ou mudanças econômicas, daria uma visão mais ampla sobre as condições de vida dos grupos sociais mais pobres e, ao mesmo tempo, consideraria a disponibilidade de recursos e estratégias das próprias famílias para enfrentarem os impactos que as afetam (CEPAL, 2002; KAZTMAN et al., 1999).

Como podemos ver, anteriormente, a pobreza era vista e estudada apenas como uma condição humana, nível social, ligada a questões financeiras do indivíduo, no entanto, as discussões, tomaram forma, na medida em que surge o termo vulnerabilidade social, que no seu conceito aborda inúmeros problemas relacionados não apenas as questões econômicas, mais também sociais e educacionais como veremos neste estudo.

PRATI, COUTO e KOLLER, (2009, p.404), define vulnerabilidade social, como adoecimento de um ou vários membros, em situações recorrentes de uso de drogas, violência doméstica e outras condições que impeçam ou detenham o desenvolvimento saudável desse grupo. Vulnerabilidade social é uma denominação usada para caracterizar famílias expostas a fatores de risco, sejam de natureza pessoal, social ou ambiental, que coadjuvam ou incrementam a probabilidade de seus membros virem a padecer de perturbações psicológicas.

A vulnerabilidade caracteriza-se também pela impossibilidade de modificar a condição atual em que se encontram muitas em condições precárias no que se refere à alimentação, higiene, educação e saúde. Segundo SILVA (2007, p.3) “as populações atingem um elevado grau de vulnerabilidade que não podem ter a capacidade de escolher ou negar aquilo que lhes é oferecido”. Sem alternativas, as famílias acabam entrando em um processo de degradação social, desencadeando inúmeros conflitos familiares, resultado da falta do mínimo de recursos básicos para sobrevivência.

Na educação, tais problemas acarretam graves consequências no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos oriundos de famílias em contexto de vulnerabilidade social. Nas

Diretrizes Curriculares Nacionais a educação está definida como princípio indispensável ao exercício da cidadania (SOARES, 2002), de modo que sem a educação, dificilmente essa população vulnerável conseguirá formar pessoas que exerçam seu papel de cidadãos, capazes de se manifestar em prol de seus direitos. As crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social são aquelas que vivem negativamente as consequências das desigualdades sociais que vai da pobreza e da exclusão social a falta de acesso à educação, trabalho, saúde, lazer, alimentação e cultura.

Para (CARARA, 2017) a escola, por ser o local da comunidade onde se encontra uma grande parcela de crianças e adolescentes que convivem durante a maior parte do tempo de suas vidas, é também além da família uma instituição que exerce forte influência no desenvolvimento das crianças e adolescentes. A escola, junto com a família, permite a humanização e a educação; permite a construção da autonomia e o sentimento de pertença ao grupo social. Entende-se com isso, que a escola assume um papel de estreitamento dos laços com a família, no intuito de melhor atender as necessidades dos alunos em situação de pobreza.

Para tanto, vamos destrinchar o fator vulnerabilidade social e suas dimensões, para melhor compreender o contexto no qual esses alunos estão inseridos e assim, poder com a análise configurar a real necessidade e demandas desses indivíduos e suas famílias.

### Falta de infraestrutura das comunidades com vulnerabilidade social.

Neste tópico, abordaremos a falta de estrutura física no contexto das comunidades vulneráveis socialmente e suas implicações na vida das famílias que as habitam. Segundo SETUBAL, 2009, entender como vivem famílias que habitam áreas de alta vulnerabilidade e como é a sua inserção na escola de seus filhos, especialmente em grandes centros urbanos, constitui um pressuposto necessário para o sucesso de políticas sociais multissetoriais, norteadas pela equidade social. O que se afirma é a garantia de igualdade ao direito à justiça, a um lugar digno para morar, ao acesso a educação de boa qualidade, assim como a cultura, esporte e cuidados com a saúde.

Para TORRES, 1997 há uma tendência dos grupos de baixa renda residir em áreas com más condições urbanísticas e sanitárias e em situações de risco e degradação ambiental (como, por exemplo, terrenos próximos de cursos d'água e de lixões ou com alta declividade). A explicação mais geral é que estas constituem as únicas áreas acessíveis à população mais

pobre, seja porque são áreas públicas e ou de preservação (invadidas), seja porque trata-se de áreas muito desvalorizadas no mercado de terras, por serem pouco propícias à ocupação, devido às características de risco e à falta de infraestrutura urbana.

Espaços como estes, como a autora cita acima é a única alternativa para os indivíduos que se encontram em extrema pobreza, abandonados pelo poder público e a margem da sociedade. Essa falta de infraestrutura acarreta os mais diversos problemas sociais, desde a falta de saneamento, provocando doenças decorrentes da contaminação da água e do solo, a falta de trabalho que aumenta os níveis de criminalidade e o abandono escolar, que é resultado da ausência de demandas básicas de sobrevivência.

À primeira vista, o olhar é de estranhamento, para quem se vê pela primeira vez, em uma comunidade vulnerável, já marginalizada pelos os meios de comunicação, que associa esses espaços com os altos índices de criminalidade. SETUBAL, 2009, completa que percorrer ruas, caminhos e vielas que cruzam os territórios de alta vulnerabilidade, é antes de qualquer coisa, perceber suas conexões com a modernidade tecnológica dos grandes centros globalizados, que ali chega de forma incipiente e convivem com traços, costumes e hábitos arcaicos. São as múltiplas temporalidades que perpassam a contemporaneidade.

Ainda SETUBAL, 2009, a paisagem pode ser plana ou configurada por morros, ladeiras ou vielas, em geral, com corredores estreitos e compridos, onde moram diferentes famílias em casas que se sucedem sem muita demarcação. Outras vezes, as casas se amontoam perto de um rio ou represa, sempre em áreas ilegais, sem condições mínimas de habitabilidade. Asfalto ou terra cobrem as ruas sem um planejamento básico de urbanização; predomina o acinzentado dos blocos ou o alaranjado dos tijolos, o que contribui para a monotonia da paisagem quebrada pelos grafites e pichações dos muros. Um vai e vem de gente pelas ruas que circula em meio a muito lixo espalhado, trechos com esgoto a céu aberto e passagens clandestinas.

Quanto à participação do poder público, dentro das comunidades vulneráveis é representada pelas escolas, creches, postos de saúde e CRAS, que atendem as demandas sociais dos indivíduos inseridos na mesma. Verifica-se também, que apesar da presença dos órgãos públicos, a falta de infraestrutura é um dos fatores, que impossibilitam um atendimento adequado as necessidades dos seus moradores, que na sua maioria, dependem unicamente desses órgãos.

Para ARROYO, 2015, aos pobres são negados os direitos sociais mais básicos, como alimentação, teto, renda e trabalho, os quais é atribuição do Estado garantir. Logo, o reconhecimento dessas condições deve conduzir a estruturação de políticas sociais, que

busquem transformar essa realidade, sem incorrer em medidas meramente assistencialistas ou moralizantes.

Pode-se entender, que a falta de infraestrutura das comunidades inseridas em contexto de vulnerabilidade, acarreta inúmeros problemas, oriundos da ausência de recurso e da marginalização dos seus indivíduos, que sem perspectivas de um futuro melhor, vivem mergulhados na miséria, sem trabalho, com pouca escolarização e com famílias numerosas, realidade da sociedade atual, que pouco se investe em políticas públicas, que consigam interromper o ciclo vicioso de pobreza dessas famílias.

### *Comunidades carentes quanto à sua localização*

Segundo FREIRE e GOMES (2012, pag.6), a localização é de suma importância, pois dependendo de onde se situa, cada lugar no espaço geográfico incorporará características que lhes são próprias, como relevo, clima, hidrografia, vegetação, vida animal, e a influência desses fatores naturais para a sua ocupação e exploração, (áreas atrativas ou repulsivas) poderão ser estabelecidas relações de interferência local, regional, nacional ou global.

As comunidades carentes podem estar localizadas entre os dois extremos da cidade, no centro em cidades onde ficam cercadas de morros ou em bairros distantes, conhecidos como periferia. Sua localização estará sempre ligada a regiões acidentadas ou de invasão, geralmente com pouca ou nenhuma estrutura.

PENNA e FERREIRA (2014, p. 26), ressalta que reestruturar áreas degradadas, equipar áreas carentes e buscar mais equidade na vida urbana constitui ainda a grande preocupação dos dias atuais para todos aqueles que se ocupam da gestão das cidades. Esses locais são produtos da produção capitalista do espaço que valoriza alguns lugares na cidade em detrimento de outros. Desvalorizados e esquecidos pelo capital, são também abandonados pelo poder público e tornam-se os possíveis lugares da moradia da população pobre e/ou excluída que, vulnerável, se insere informal e precariamente no espaço urbano. Assim, esses locais sem infraestrutura, sem oportunidades de trabalho e de condições de vida formam “territórios de risco” que alimentam o ciclo vicioso da “imobilidade social”, assim se referem as autoras, sobre às desigualdades sociais e territoriais.

Desigualdades sociais e territoriais são faces da mesma moeda e se mesclam no espaço, se sintetizam e se expressam como desigualdades sócio espaciais, retroalimentando-se. E na medida em que as condições de infraestrutura e de vida são melhoradas nesses



lugares, a valorização expulsa os mais pobres para locais ainda com piores condições. É a lógica da produção injusta do espaço (FERREIRA, VASCONCELOS E PENNA, 2008, p. 9).

Podemos verificar com isso, que é de suma importância políticas públicas que visam manter essas famílias no seu lugar de origem, após uma reestruturação e melhorias nos espaços que elas estão inseridas, dessa forma, se conseguirá gradativamente, quebrar o ciclo de ocupação em lugares indevidos e impróprios para a vivência humana.

E PENNA e FERREIRA (2014, p.26) completa dizendo que é importante observar como a interação dessas carências espaciais com as fragilidades sociais, econômicas e culturais da população do lugar resulta no grau de vulnerabilidade dos lugares, diminuindo suas potencialidades de enfrentamento das situações vivenciadas, em virtude das dificuldades colocadas pela escassez de oportunidades.

#### *Habitação e suas particularidades em uma comunidade carente*

O entendimento da habitação como um espaço onde a função principal é ter a qualidade de ser habitável faz com que uma análise incorpore a visão das múltiplas dimensões que compõem a habitação: cultural, econômica, ecológica e de saúde humana. A concepção integradora da habitação considera os usos que fazem da mesma os habitantes, incluindo os estilos de vida e condutas de risco; é, portanto, uma concepção sociológica, devendo o conceito habitação saudável incluir o seu entorno, como ambiente, e agenda da saúde de seus moradores (OPAS, 2000).

Dentro do contexto apresentado, CABRITA (1995) conceitua o habitar inicialmente como alojamento. A habitação significa, portanto, a delimitação de um espaço que proporciona ao homem a segurança, abrigo e proteção; a privacidade, a intimidade, o isolamento, a independência, o espaço pessoal; o estabelecimento de uma relação dialética entre sujeito e objeto (“ser e ter”), de modo que a habitação funcione como objeto de uso funcional, de valor social e símbolo; a realização da imagem desejada de si, no seu espaço territorial; a expressão de uma territorialidade bem definida, física e psicologicamente delimitada; a afirmação, a apropriação não só do território, mas dos objetos que coloca nele e do modo que os dispõe; a garantia de uma libertação parcial, mas efetiva, embora temporária, da norma social, contribuindo para a afirmação da autonomia e exercício de liberdade e negação; o estabelecimento de relações eficazes e criativas com a família; a definição de uma interioridade; e o desempenho das atividades com facilidade, flexibilidade e liberdade, individualmente ou em grupo familiar, ou seja, as tarefas cotidianas domésticas, no quadro

das transformações individuais, familiares e sociais, incluindo aqui necessidades sanitárias e de higiene, recuperação energética pessoal pela alimentação e repouso, estabelecimento de relações sociais seletivas e garantia do aprovisionamento de bens e seu consumo privado.

O conceito colocado acima pela autora CABRITA especifica bem, como deve ser uma habitação saudável que proporciona para seus moradores conforto e condições adequadas de vida. Por outro lado, não é este tipo de habitação que encontramos em comunidades vulneráveis, conhecidas como favelas, que são conjuntos de habitações populares, construídas de forma precária, sem legalização ou infraestrutura.

É nesse contexto precário que vivem inúmeras famílias em todo país, em moradias pequenas, com um ou dois cômodos, sem água encanada ou rede de esgoto e em muitos casos sem banheiro, feitas de madeira ou de tijolos aparente, essa é a descrição de uma típica casa de comunidade vulnerável, com pouco espaço que na sua maioria é disputada por vários moradores.

Segundo a declaração dos direitos da criança e habitação de Istambul de 1996, a moradia e seu entorno são o meio básico da maioria das crianças durante o período inicial e crítico de suas vidas, quando são mais vulneráveis e se desenvolvem mais rapidamente. O lugar deve ser seguro e saudável, deve facilitar os cuidados infantis e deve satisfazer as necessidades básicas físicas, sociais, culturais e psicológicas.

Neste sentido, entendemos que uma moradia digna com as condições básicas para uma família viver é um ponto fundamental no desenvolvimento das crianças, um lugar limpo, organizado, que contribua para sua qualidade de vida, influencia também em sua vida escolar, pois habitando em um lugar saudável, a mesma conseguirá realizar as tarefas diárias inerentes aos estudantes, como fazer os deveres, se concentrar nos estudos ou mesmo, vir descansada para um dia de aula.

### *Saneamento básico*

Segundo o caderno de saneamento básico, editado pelo Ministério das Cidades, em 2004, saneamento básica conceitua-se da seguinte forma. É o conjunto de ações com o objetivo de alcançar níveis crescentes de salubridade ambiental, compreendendo o abastecimento de água; a coleta, o tratamento e a disposição dos esgotos e dos resíduos sólidos e gasosos e os demais serviços de limpeza urbana; o manejo das águas pluviais urbanas o controle ambiental de vetores e reservatórios de doenças e a disciplina da ocupação

e uso do solo, nas condições que maximizem a promoção e a melhoria das condições de vida nos meios urbanos e rurais.

Entende-se, portanto, o saneamento como a ação ou conjunto de ações em busca da melhoria da saúde e a salubridade, como resultado destas ações. O conceito de salubridade abrange o de saneamento ambiental em seus diversos componentes, buscando a integração holística, participativa e racional dos recursos públicos (BATISTA, 2005).

Podem-se verificar com os conceitos supracitados, que os indicadores de saneamento básico, se encontram ausentes nas comunidades de vulnerabilidade social, que geralmente ficam situadas em áreas invadidas e sem nenhum tipo de infraestrutura, impossibilitando uma vida saudável, para esses grupos que nelas vivem.

Sabe-se que a criança inserida em grandes bolsões de pobreza, cuja estrutura é extremamente precária, apresenta inúmeras dificuldades para o seu pleno desenvolvimento, a falta de saneamento básica é um dos fatores, que provocam doenças ou agravam as que as crianças já possuem. Não ter ao alcance coisas básicas, como água tratada, banheiro e rede de esgoto nas ruas, e no entorno das moradias agravam a situação.

Para KOHARA (2009, pag.101), no espaço oferecido as crianças elas experimentam os sentidos, vivenciando as sensações físicas como o calor o frio, os tipos de sons, as percepções das diferenças de cores, conhecem as dimensões dos lugares, percebem quando alguém está próximo ou distante, exercitam a afetividade e vivem a liberdade, os limites e os medos. As experiências do sentido e a relação com o espaço possibilitam a construção da identidade com o lugar. A criança necessita conhecer, perceber, trabalhar o espaço para formar imagens mentais que auxiliarão em suas atuações futuras. (OLIVEIRA, 2002, 27).

Um espaço insalubre para criança pode provocar reações negativas, diante da falta de infraestrutura básica sendo em muitos casos a representação do medo, da insegurança, do perigo que esses indivíduos passam, quando se encontram expostos a tal realidade.

## Recursos Financeiros para suprir as necessidades básicas

### *Alimentação*

Segundo ACCIOLY (2009, p.2), os hábitos alimentares, via de regras, são estabelecidos durante os primeiros anos de vida. Fazem parte da cultura e identidade dos povos e nações e são modificáveis por pressões econômicas, sociais.

Sabe-se que a alimentação tem um papel fundamental na prevenção e proteção de doenças, uma alimentação pobre em nutrientes, acarretada em inúmeros problemas para saúde do indivíduo, tais como cardíacos, a diabete e pressão alta, na criança, a falta de uma alimentação adequada, hora por excesso de alimentação gordurosa, ou falta de alimentação, gera desnutrição, obesidade infantil, problemas de crescimento e de ordens neurológicas.

Para ACCIOLY (2009, p.2), a alimentação infantil sofre forte influência do padrão familiar, considerada a família como o primeiro núcleo de integração social do ser humano. Assim, a adequação da alimentação nos primeiros anos de vida depende do padrão e da disponibilidade alimentar da família. Mais adiante, a influência de outros grupos sociais (creche, clubes, escolas, etc) e da publicidade na área de alimentos, se apresentam de forma mais intensa.

O indivíduo ao se alimentar, não apenas está suprimindo as necessidades de seu organismo é também um ato de integração social, momento que se adquire hábitos alimentares saudáveis, aprende costumes de sua cultura é um momento de integração, não somente familiar, mais com demais indivíduos da sociedade. As creches e escolas são um desses lugares de integração, de novas experiências e experimentação, de descobrir novos sabores e criar novos hábitos.

No contexto escolar as crianças que vivem em situação de vulnerabilidade social, que enfrentam inúmeros problemas relacionados à falta de alimentação ou de qualidade da mesma, tem oportunidade de acessar uma alimentação saudável e rica em nutrientes que ajudam a suprir a falta da mesma no contexto familiar.

Para ABREU (2008, p. 9) no Brasil, entretanto, o programa de alimentação escolar ganha uma dimensão social maior à medida que, em face da pobreza e da miséria de significativos contingentes da população, cresce o número de crianças que vão à escola em jejum e que se aumentam em casa com uma papa de água com farinha. Para muitos alunos das escolas brasileiras, a merenda é sua única refeição diária.

E complementa que diante dessa realidade, vários estudos demonstram que a merenda escolar pode, sem promover mudanças no estado nutricional das crianças, influenciar positivamente no rendimento escolar, pois, agindo sobre a "fome do dia", aumenta a capacidade de concentração nas atividades escolares. Assim, a merenda permite não sentir fome durante a aula, tendo efeito saciador da fome durante o período de quatro horas em que a criança permanece na escola.

Podemos verificar, com tais constatações, que infelizmente a merenda escolar em muitos casos é a única refeição adequada em valores nutricionais, para muitos alunos em

contexto de vulnerabilidade social, pois possibilita o mesmo, consumir alimentos que eles não têm acesso em casa, tais como frutas, carnes, hortaliças, laticínios e grãos.

### *Vestuário*

Entende-se como conceito de vestuário abordado neste indicador, vestimenta na qual os indivíduos se protegem das diversas temperaturas, ocultam as partes do corpo e lhes permitem estarem de acordo com os mais variados ambientes sociais.

Dentro dos cuidados com a criança, entra o zelo pela higiene e a vestimenta do infante, por parte dos pais ou responsáveis pelos mesmos, esses cuidados se refere à manutenção, compra ou aquisição através de doação das peças de vestuário de acordo com a estação do ano e tamanho adequado de cada criança.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961, garantiu que a educação é um direito de todos sob a observância de garantias como o fornecimento de alimentação, material escolar e vestuário, para aqueles que provassem, falta ou insuficiência de recursos.

Porém o artigo 208, da Constituição Federal de 1988, inciso VII, quanto ao dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. Vê-se que na constituição de 1988, não possui nenhuma citação a respeito da manutenção do uniforme escolar por parte do Estado, que neste caso é o governo Brasileiro.

Nos dias atuais o uso do uniforme, faz-se pelas escolas particulares e nas redes de ensino publico cujos governos ou prefeituras fornecem a vestimenta, ou por decisão de Associações de Pais e Professores, que resolvem optar pela padronização do uniforme escolar, hora de forma completa, com todas as peças, ou apenas com o uso de uma camiseta padrão com o emblema da escola.

É importante colocar que o não uso ou falta de condições de aquisição do uniforme escolar, pelas famílias ou responsáveis pela criança e adolescente, não pode ser impeditivo dos mesmos de frequentar a escola, cujo direito é garantido por lei. Sabe-se que familiares dos alunos de escolas e creches inseridas em comunidades de vulnerabilidade social, encontram bastante dificuldade, na aquisição de vestuários do dia-a-dia, dificultando assim, a padronização e o uso do uniforme. Por outro lado, acredita-se que esta padronização completa do vestuário ou apenas da camiseta, contribui para a identificação dos alunos, colaborando com a segurança dos mesmos e da unidade de ensino.

## *Saúde*

Para SCILIAR (2007, p, 30) o conceito de saúde reflete a conjuntura social, econômica, política e cultural. Ou seja: saúde não representa a mesma coisa para todas as pessoas. Dependerá da época, do lugar, da classe social. Dependerá de valores individuais, dependerá de concepções científicas, religiosas, filosóficas.

No entanto, abordaremos o assunto direcionado aos cuidados com a saúde, mais precisamente da criança e do adolescente, divididos em dois contextos distintos, os cuidados provenientes da família que são considerados informais e o cuidado da rede pública de saúde que são os cuidados oficiais.

Segundo GUTIERREZ, MINAYO (2010, p.1) a rede oficial, incorporando o saber biomédico-científico e as tecnologias terapêuticas modernas, conta com amplo reconhecimento como agência produtora de cuidados. Já a rede informal, que tem na família seu principal personagem, não conta com tanto prestígio. No entanto é na e pela família que se produzem cuidados essenciais à saúde.

Estes vão desde as interações afetivas necessárias ao pleno desenvolvimento da saúde mental e da personalidade madura de seus membros, passando pela aprendizagem da higiene e da cultura alimentar e atingem o nível da adesão aos tratamentos prescritos pelos serviços (medicação, dietas e atividades preventivas).

O tratamento a saúde do indivíduo de forma correta, como GUTIERREZ e MINAYO citam a cima é fundamental para que a criança cresça e desenvolva no tempo certo e de acordo com o nível e idade de cada ano. Crianças saudáveis têm menos riscos de adquirir doenças infantis e conseqüentemente possuir algum tipo de seqüela.

Neste sentido, acreditamos que a família tem total responsabilidade pelo pleno desenvolvimento de seu filho, garantindo sua integridade física e mental. Verificamos por sua vez, que infelizmente famílias em contextos de vulnerabilidade social, não conseguem suprir determinados cuidados para com os seus filhos, devido à dificuldade ao acesso a postos de saúde e hospitais, ou até mesmo, a falta de recursos financeiros para compra de medicamentos, indisponibilizando o tratamento de saúde quando se faz necessário, criando com isso, uma lacuna no pleno desenvolvimento do mesmo.

## *Educação*

Educação no sentido amplo da palavra, pode-se entender como meio em que hábitos, valores e costumes de uma sociedade é transmitida de gerações a gerações, formação esta que inicia no ceio familiar de maneira informal, cuja criança aprende na troca de experiências e no convívio com os demais familiares, os princípios da vida em sociedade.

Para DOURADO, OLIVEIRA e SANTOS (2017, p.07) a educação é essencialmente uma prática social presente em diferentes espaços e momentos da produção da vida social. Nesse contexto, a educação escolar, objeto de políticas públicas, cumpre destacado papel nos processos formativos por meio dos diferentes níveis, ciclos e modalidades educativas. Mesmo na educação formal, que ocorre por intermédio de instituições educativas, a exemplo das escolas de educação básica, são diversas as finalidades educacionais estabelecidas, assim como são distintos os princípios que orientam o processo ensino aprendizagem, pois cada país, com sua trajetória histórico-cultural e com o seu projeto de nação, estabelece diretrizes e bases para o seu sistema educacional.

No Brasil o artigo 205 da CF de 1988 é claro: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Por outro lado, pesquisas e estudos, do campo educacional, evidenciam o peso de variáveis como capital econômico, social e cultural (das famílias e dos alunos) na aprendizagem escolar e na trajetória escolar e profissional dos estudantes. De modo geral, pode-se afirmar que o nível de renda, o acesso a bens culturais e tecnológicos, como a Internet, a escolarização dos pais, os hábitos de leitura dos pais, o ambiente familiar, a participação dos pais na vida escolar do aluno, a imagem de sucesso ou fracasso projetada no estudante, as atividades extracurriculares, entre outras, interferem significativamente no desempenho escolar e no sucesso dos alunos (DOURADO, OLIVEIRA e ALMEIDA, 2017, p.14).

Diante disso é importante falar do aluno que se encontra em situação de pobreza, que carrega consigo inúmeros problemas de ordem familiar, social e com isso educacional, a falta de condições básicas de sobrevivência em muitos casos, os impedem de adquirir os saberes básicos para o seu desenvolvimento cognitivo e emocional.

Arroyo cita que, para compreender esses sujeitos, é necessário dar maior centralidade às condições sociais e materiais de suas vivências e sobrevivências como seres humanos. Os

percursos escolares trazem as marcas das trajetórias de vida, das condições sociais que lhes são dadas para produzir suas existências. E continua dizendo que condenar os pobres a um sobreviver tão precarizado condiciona suas trajetórias como humanos, como sujeitos sociais e como estudantes. Sendo assim, o peso das condições sociais do viver e sobreviver merece maior destaque nos cursos de formação de professores, maior atenção na avaliação dos educandos submetidos a condições que estão nos limites da sobrevivência (ARROYO, 2014, p.15).

No que tange às relações estabelecidas entre a pobreza e a educação escolar pode-se citar outros aspectos que em linhas gerais também são determinantes para o fracasso dos educandos pobres, como a baixa qualidade da educação pública brasileira, o currículo escolar que pouco prioriza e trabalha a questão da pobreza, a desnutrição que é uma das facetas mais cruéis da pobreza que infelizmente sentencia muitas crianças a doenças e morte, a falta de disponibilidade de materiais de leitura e o acesso aos recursos tecnológicos constatados por LIPINA (2013, p.43), dificultando o desenvolvimento cognitivo das crianças pobres deixando-as em situação desfavorável em relação às demais, pois devido à necessidade de sobrevivência acabam abandonando os estudos para trabalhar e contribuir com a renda familiar, faltando tempo e local apropriado para o estudo em suas residências.

O conjunto dessas condições acarreta na evasão escolar, no alto nível de analfabetismo e na baixa escolarização dos indivíduos que vivem em situação de pobreza, dificultando os mesmos e seus filhos de saírem do círculo de miséria nos quais eles estão inseridos.

### **2.3.2 Exposição a riscos, violência e doenças**

#### **Risco social**

##### *Riscos Inerentes à Dinâmica Familiar*

Os riscos inerentes às dinâmicas familiares, que se irá abordar neste texto, são todos ligados ao convívio da criança ou adolescente, com familiares que enfrentam inúmeros problemas sociais, tais como, uso de drogas, prostituição, tráfico de drogas, pobreza extrema, que sendo detentores do poder no núcleo familiar, usam da violência nas suas mais diferentes faces, negligenciando os cuidados e a educação de seus filhos.



Dentre as diversas formas de violência, a intrafamiliar é a mais difícil de nomear ou reconhecer, afirma BARUDY (1997), pois ela é microscópica, privada, exercida sobre membros mais vulneráveis do sistema social, as mulheres e as crianças. Somamos ainda o agravante da lei do silêncio que envolve estes atos dentro da família e da sociedade em torno desta, incluindo os profissionais envolvidos com a educação e saúde infanto-juvenil. Para este psiquiatra chileno exilado na Bélgica, violência e maus tratos é toda a manifestação de violência humana adulta contra criança e adolescentes.

Dentro de um contexto desestruturado a criança ou adolescente estão vulneráveis aos mais variados tipos de violências, tais como a física, sexual e psicológica. A violência física que corresponde o uso da força física por parte do adulto, pais ou responsáveis é habitualmente praticada como forma de coação de crianças e adolescentes, com objetivo corretivo e muitas vezes justificado como maneira de impor limites na educação dos filhos. Em muitos casos de modo contínuo deixando sequelas e marcas da violência de forma aparente.

Outra violência que deixa marcas físicas e psicológicas é a violência sexual, que é todo ato sexual praticado por adultos em crianças e adolescentes sem consentimento da vítima, de forma contínua ou isolada, praticada na maioria dos casos por familiares ou por algum adulto que teve ou tem ligação com a família da criança ou adolescente abusado é a típica violência que ocorre com mais frequência em comunidades vulneráveis cujas vivências familiares conturbadas, facilitam a ocorrência dos casos.

O resultado de múltiplos traumas físicos acarreta na violência psicológica, que segundo MORAIS e EIDT (1999, p.9), apresenta-se de diversas formas, também chamada de tortura psicológica, evidencia-se como a interferência negativa do adulto sobre a criança e sua competência social, conformando um padrão de comportamento destrutivo. Esta forma de violência é a que menos se fala, pois acontece dentro dos lares, e é a forma mais comum de dominação de pais sobre filhos.

A negligência das funções parentais, que resulta as múltiplas violências citadas anteriormente, provoca traumas e marcas insuperáveis na vida da criança ou adolescente que vivência tais maus-tratos, fatores ligados à violência familiar são um dos indicadores de causa de dificuldades de aprendizagens das crianças na fase escolar.

### *Trabalho infantil*

Entende-se por trabalho infantil toda forma de trabalho realizado por crianças e adolescentes que se encontram abaixo da idade mínima permitida, de acordo com a legislação de cada país. Trabalho este, que pode ser formal em empresas que contratam os menores como mão de obra barata ou em serviços domésticos, de limpeza e manutenção da casa ou no cuidado de irmãos mais novos e filhos de terceiros.

Em seu artigo KASSOUF (2007), coloca que no Brasil, a partir de dezembro de 1998, com a aprovação da Emenda Constitucional número 20, a idade mínima de 14 anos, que havia sido estabelecida na Constituição de 1988, passa para 16 anos, salvo na condição de aprendiz entre 14 e 16 anos de idade. Ainda a respeito da legislação brasileira, estabeleceu-se a idade mínima de 18 anos para aqueles envolvidos em trabalhos que possam causar danos à saúde e, especificamente, proíbe qualquer produção ou trabalho de manipulação de material pornográfico, divertimento (clubes noturnos, bares, cassinos, circo, apostas) e comércio nas ruas. Ademais, proíbe trabalhos em minas, estivagem, ou qualquer trabalho subterrâneo para aqueles abaixo de 21 anos.

Apesar de existir leis que proíbam o trabalho infantil, ele está presente na vida de crianças e adolescentes de áreas de vulnerabilidade, conhecidas também como bolsões de pobreza, presentes nas grandes cidades, onde se concentra um grande número de catadores de lixo reciclado, que vivem do trabalho de captação e separação dos resíduos, trabalho este, que envolve todos os membros da família, inclusive as crianças. E no meio rural em pequenas plantações de agricultura familiar ou grandes lavouras cujos pais levam os filhos a fim de aumentar a renda familiar.

Para BATISTA e CACCIAMALI (2012, p.1) o trabalho infantil está intrinsecamente relacionado à pobreza, sendo simultaneamente causa e consequência desta última. O problema da armadilha do trabalho infantil, que perpetua a situação de pobreza ao longo das gerações, advém do fato de o tempo gasto com o trabalho diminuir as possibilidades da criança estudar, ou ainda debilitar o seu aproveitamento das atividades escolares.

### *Bullying na Escola*

O bullying é uma palavra de origem inglesa, usada para descrever tipos diferentes de comportamento que visam ferir ou controlar outra pessoa. Manifesta-se nas suas mais diferentes formas de agressão física e psicológica, tais como, colocar ou chamar apelidos,

dizer palavrões, fazer ameaças, difamar alguém ou falar mal pelas costas, roubar, quebrar pertences, sacudir ou fazer com que alguém faça algo que não quer, agredir fisicamente, fazer injúrias raciais ou humilhar o outro devido às suas opções sexuais, enfim, são violências diversas, que provoca no agredido a sensação de medo e insegurança.

Segundo FANTE (2005, p. 29), o fenômeno Bullying já está na escola há muito tempo, porém de forma oculta e sutil, que passa despercebida aos profissionais da educação, pois a maioria das agressões acontece longe dos adultos, tornando-se desconhecido aos olhos dos profissionais da escola.

Ainda FANTE (2005, p.9), no entanto, o Bullying está se tornando uma epidemia, pelo aumento de casos entre alunos com atitudes que causam prejuízos às vítimas, prejudicando o aluno, que começa a sofrer maus tratos na escola, “provocando um conjunto de sinais e sintomas muito específicos, caracterizando uma nova síndrome de Maus-Tratos Repetitivos”.

Entendemos que a escola ao se deparar com tal violência, tem que procurar meios e criar mecanismos de conscientização e divulgação das causas e efeitos desta prática na vida do agredido e suas consequências para o agressor, que em muitos casos não sofre penalidade alguma, vindo a praticar novos atos de violência com outra ou com a mesma vítima.

Para PEREIRA (2002, p.9), o ser humano luta contra esta tendência através dos processos culturais, da educação e da socialização. Então precisamos da ajuda de todos para uma escola sem violência para uma educação de paz. Serão através da educação, juntos com os pais e comunidade, que conseguiremos diminuir e conscientizar nossos alunos desta violência escolar.

## Risco físico

### *Doenças infantis*

Para Organização Mundial de Saúde (OMS) o termo saúde corresponde ao estado de completo bem-estar físico, mental e social e não meramente a ausência de doença ou de fragilidade física ou mental. Neste sentido, podemos entender que a doença não pode ser ligada apenas a fatores nos quais o indivíduo sinta algo aparentemente visível e sim, a algo mais abrangente que envolve a formação fisiológica do ser humano na sua integralidade, suas fragilidades, tendências genéticas, hábitos, situação social, no tocante da falta de estrutura social para que esse indivíduo viva de forma saudável físico e mentalmente.

Todos esses fatores ligados à saúde, se não são bem administrados, acarreta na vida das pessoas, inúmeras doenças e epidemias, dentre elas as doenças infantis que se não são bem tratadas resultam em sequelas para a vida adulta.

As doenças infantis geralmente são conhecidas pela grande população através das campanhas de saúde e a obrigatoriedade do acompanhamento da vacinação da criança, que é registrada na carteirinha de saúde do mesmo, desde o nascimento.

Geralmente as doenças infantis mais conhecidas são a poliomielite, sarampo catapora, rubéola, meningite, entre outras citadas nas campanhas de vacinação, porém verifica-se que as enfermidades infantis vão muito além do calendário de vacinação, estão também associação aos cuidados familiares, que compreende a educação, higiene e manutenção da segurança física e mental da criança.

Desta forma, compreende-se que a ausência de cuidados e zelo com a saúde da criança ou adolescente, conota situação de negligências e maus tratados por parte dos pais ou responsáveis pelo menor.

Segundo REICHENHEIM, HASSELMANN e MORAES (1999, p.113), as consequências da violência que diretamente atingem a saúde da criança ou do adolescente podem ser imediatas, de médio e longo prazo. As imediatas são mais facilmente identificadas, já que tendem a deixar marcas visíveis, principalmente na pele ou no sistema ósteo-articular. As consequências traumato-ortopédicas decorrentes de abuso físico, tais como traumatismos cranianos, luxações e fraturas e as lesões de pele como escoriações e hematomas, são os principais exemplos.

E continuam citando as consequências à saúde mental da criança, decorrente das violências emocionais, sendo geralmente de médio e longo prazo, de difícil identificação. A gama de resultados do abuso emocional, físico e sexual continuados é vasta. Autores relatam distúrbios psicossomáticos gastrointestinais crônicos e remitentes, ou dores abdominais inespecíficas; repercussões psicoemocionais, como a ansiedade ou a depressão; dificuldade de relacionamento e comportamento manifestada por agressividade, timidez, isolamento social progressivo e distúrbios do sono e do apetite; ou ainda, problemas na esfera de atividades, como por exemplo, a baixa performance social e intelectual (KASHANI et al., 1992; HENDRICKS-MATTHEWS, 1993; STRAUS & GELLES, 1995; GELLES, 1997).

Entender a criança como um ser humano em pleno desenvolvimento, que necessita de todo o aporte familiar para seu pleno crescimento, nos faz entender a importância de políticas públicas que venham a evitar a propagação da violência e negligência da saúde da criança, no tocante aos cuidados básicos para que a mesma tenha um pelo desenvolvimento físico e mental.

A criança negligenciada nos cuidados da sua saúde na integralidade tem mais dificuldades de aprendizagens, devido ao seu desenvolvimento ter sido comprometido desde o seu nascimento. E quando a mesma ingressa na escola, traz consigo inúmeras défice de aprendizagens, tais como, falta de concentração, fixação e compreensão dos conteúdos, dificuldade de seguir regras, hiperatividade, compulsão e agressividade, alta estima baixa e depressão, resultado das mais variadas formas de violências nelas praticadas.

### *Desnutrição infantil*

Para MONTE (2000, p.288) a desnutrição infantil é uma doença de origem multicausal e complexa que tem suas raízes na pobreza. Ocorre quando o organismo não recebe os nutrientes necessários para o seu metabolismo fisiológico, devido à falta de aporte ou problema na utilização do que lhe é ofertado. Assim sendo, na maioria dos casos, a desnutrição é o resultado de uma ingesta insuficiente, ou fome, e de doenças.

E continua citando que entre os fatores que contribuem para a desnutrição na criança pequena encontram-se as suas necessidades relativamente maiores, tanto de energia como de proteínas, em relação aos demais membros da família; o baixo conteúdo energético dos alimentos complementares utilizados e administrados com frequência insuficiente; a disponibilidade inadequada de alimentos devido à pobreza, desigualdade social, falta de terra para cultivar e problemas de distribuição intrafamiliar; as infecções virais, bacterianas e parasitárias repetidas, que podem produzir anorexia e reduzir a ingestão de nutrientes, sua absorção e utilização, ou produzir a sua perda; as fomes causadas por secas ou outros desastres naturais ou guerras; as práticas inadequadas de cuidado infantil tais como administração de alimentos muito diluídos e/ou não higienicamente preparados.

Como podemos verificar, as causas que acarretam um estado de desnutrição na criança são muito variadas, parte da falta de condições das famílias de manter uma alimentação adequada para seus filhos, decorrente da extrema pobreza na qual estas pessoas vivem. Outro ponto importante citado por MONTE é a falta de infraestrutura, pois impossibilita uma vida saudável, haja vista que as famílias convivem em espaços sem saneamento básico e com falta de água tratada.

MOYSÉS e LIMA (1982, p.57) complementam, no tocante da educação dos alunos em condição de desnutrição, que inúmeros fatores estão envolvidos no fracasso escolar, sendo estes em sua maioria decorrentes do âmbito escolar, tais como: más condições de vida e subsistência de grande parte da população escolar brasileira, bem como, as péssimas

condições econômicas, responsáveis dentre outros fatores pela fome e desnutrição; a falta de moradias adequadas e de saneamento básico, enfim, todo o conjunto de privações com o qual convivem as classes sociais menos privilegiadas surge como o elemento explicativo fundamental.

A escola sendo um ambiente coletivo deve elaborar ações para identificar e encaminhar alunos que apresentam sintomas de desnutrição, chamando as famílias, afim que as mesmas procurem o posto de saúde, para fazer os exames necessários, diagnosticando e tratando a doença.

Outra ação importante é o fornecimento de alimentação adequada para os alunos, pois através da merenda, pode-se fazer um trabalho de conscientização dos hábitos saudáveis na alimentação. Em escolas públicas e creches em áreas de vulnerabilidade social, este tipo de alimentação em muitos casos é a única refeição com os nutrientes necessários que as crianças consigam consumir no seu dia-a-dia, já que as famílias não possuem renda para manter uma alimentação dentro dos padrões nutricionais que elas necessitam.

## Risco psicossocial

### *Exercício das Funções Parentais*

Quando falamos em exercício das funções parentais, entende-se como o ato dos pais ou responsáveis, de cuidar e ajudar no desenvolvimento integral da criança ou adolescente. Cuidar, ação de preservar, apoiar e promover o bem-estar do indivíduo que se encontra na responsabilidade do adulto.

Como demonstra a Convenção dos Direitos da Criança (ONU/UNICEF, 1990) preconiza, no seu artigo 27º, que é da responsabilidade parental e de outros cuidadores, assegurar, de acordo as suas competências e capacidades financeiras, as condições de vida necessárias para o desenvolvimento da criança. Histórica e politicamente, é esperado que os progenitores facilitassem o desenvolvimento dos seus descendentes ao nível físico, psicológico e social. É dentro deste princípio que na comunidade científica se aborda o conceito de “parentalidade” e se desenvolve o estudo dos processos e atividades parentais.

O conceito de parentalidade é definido por alguns investigadores como sendo o conjunto de atividades propositadas no sentido de assegurar a sobrevivência e o desenvolvimento da criança (HOGHUGH, 2004, p. 5).

No tocante das funções parentais é importante ressaltar o cuidado na formação do caráter e na internalização dos princípios éticos, do respeito, da solidariedade e honestidade, fatores essenciais para uma vida em sociedade. Segundo HOGHUGH (2004), assegurar a prevenção de adversidades que possam fazer a criança sofrer, assim como promover situações positivas que a ajudem ao longo da sua vida, também é uma forma, dos pais garantirem a satisfação das necessidades de sobrevivência dos seus descendentes.

Os cuidados ao nível físico são traduzidos na garantia de alimentos, proteção, vestuário, higiene, hábitos de sono, assim como a precaução de acidentes ou de doenças preveníveis ou a tomada de ações rápidas para uma resolução eficaz destas situações sempre que ocorram (READER, DUNCAN, e LUCEY, 2005).

Para OCONNOR (2006, p.202), os cuidados emocionais integram comportamentos e atitudes que asseguram o respeito pela criança como indivíduo, a sua percepção de ser estimado e apreciado e, também, oportunidades para que aquela possa gerir os seus riscos e fazer as suas próprias escolhas. Com estes pressupostos aspira-se à criação de uma interação positiva, consistente e estável entre a criança e o ambiente físico e interpessoal, facilitando uma vinculação segura e previsível e criando uma orientação otimista em relação a novas experiências.

Como se pode constatar acerca da função parental, que a mesma, exige do adulto inúmeros fatores de cuidado e comprometimento no desenvolvimento da criança ou adolescente, fatores estes, que se encontram ausentes em famílias inseridas em contextos adversos, de extrema pobreza, cujo valor que voga é o da sobrevivência e manutenção da vida. Realidade em que milhares de crianças vivem nos bolsões de pobreza das grandes cidades, tendo os seus direitos negligenciados, por pais ausentes, envolvidos em vícios, como drogas e álcool, sem renda e com um número excessivo de filhos, tal situação, dificulta o desenvolvimento saudável dessas crianças, refletindo no baixo rendimento e nas dificuldades de aprendizagens na sua vida escolar.

### *O Vínculo Emocional entre Pais e Filhos*

Os laços afetivos formados dentro da família, particularmente entre pais e filhos, podem ser aspectos desencadeadores de um desenvolvimento saudável e de padrões de interação positivos que possibilitam o ajustamento do indivíduo aos diferentes ambientes de que participa. Por exemplo, o apoio parental, em nível cognitivo, emocional e social, permite

à criança desenvolver repertórios saudáveis para enfrentar as situações cotidianas (EISENBERG & COLS., 1999, p.513).

Desde o nascimento, pais e filhos iniciam uma longa trajetória de descobertas e desafios, no momento que nasce um filho, também nascem os pais, com seus medos e angustias, de algo novo em suas vidas. É neste momento que os pais terão que iniciar a árdua tarefa de educar seus filhos, ensinar valores, demonstrar sentimentos, prepará-los para o futuro. Para OLIVEIRA e BASTOS (2000, p.97), os laços afetivos asseguram o apoio psicológico e social entre os membros familiares, ajudando no enfrentamento do estresse provocado por dificuldades do cotidiano.

No entanto, nem sempre as famílias conseguem manter um laço afetivo entre seus membros, fato decorrente de problemas ligados à pobreza, o uso de drogas e a separação. Nas famílias desestruturadas, geralmente as crianças crescem sem referência emocional, sem alguém que lhes dão o afeto necessária para que elas se sintam amadas e desejadas, havendo apenas uma relação de cuidado. E é dentro destes contextos que surgem os problemas ligados ao desenvolvimento cognitivo e emocional destas crianças, que não vivenciando situações de afeto, respeito e carinho, acabam externando sentimentos de raiva, violência e desrespeito a regras sociais.

Segundo DESSEN e SILVA (2004, p.221), diante dos problemas e desafios enfrentados pela família, e sem uma rede de apoio social que promova a superação do estresse, a resolução de conflitos e o restabelecimento de uma dinâmica familiar saudável, as famílias podem desenvolver padrões de relacionamento disfuncionais, tais como: maus tratos à criança, violência intrafamiliar, abuso de substâncias, conflitos. Nesses casos, as instituições públicas ou privadas, incluindo a escola, têm um papel importante oferecendo apoio, direta ou indiretamente, por meio de programas de educação familiar.

Pois sabe-se que uma das tarefas mais importantes da escola, segundo DESSEN e POLONIA (2005, p.25), embora difícil de ser implementada, é preparar tanto alunos como professores e pais para viverem e superarem as dificuldades em um mundo de mudanças rápidas e de conflitos interpessoais, contribuindo para o processo de desenvolvimento do indivíduo.

Uma criança que cresce em um ambiente emocionalmente saudável, cujos direitos, ao carinho, afeto e ao amor, serão sempre preservados, terão mais chances de se tornarem adultos com menos problemas de relacionamento, vícios e traumas, com vidas mais bem estruturadas e com seus direitos preservados.



### *Acontecimento das Relações Sociais*

Habilidades sociais é a denominação dada às diferentes classes de comportamentos sociais, disponíveis no repertório de uma pessoa, que contribuem para a qualidade e a efetividade das interações que ela estabelece com as demais (DEL PRETTE, 2001, p.72). Habilidades essas, que vão sendo adquiridas e assimiladas pelo indivíduo no decorrer do seu desenvolvimento como pessoa, sendo os pais as primeiras referências da criança na aquisição de normas sociais, como o respeito ao outro, independente de sua diferença, as normas conhecidas como boas maneiras, pedir licença, agradecer, não se apropriar do que não é seu, entre outros.

No caso dos pais, pode-se observar que em função de diferentes contingências de vida, alguns se tornam melhor preparados, contribuindo diferentemente para a saúde, o desenvolvimento e o ajustamento de seus filhos, tanto no ambiente doméstico como em outros ambientes (CIA, PAMPLIN, e DEL PRETTE, 2006, p.395). Uma parcela, no entanto, apresenta visível falta de preparo para essa tarefa (HAASE, KÄPPLER, e SCHAEFER, 2000, p.265), inclusive em relação aos filhos que não apresentam características problemáticas.

A falta de habilidades dos pais na transmissão de valores inerentes a vida social, prejudica a criança quanto aos demais estágios de desenvolvimento das mesmas, pois um indivíduo que não tem noções básicas de regras sociais encontra dificuldades em ambientes como o da escola, que aponta a indisciplina como uma das causas de evasão e abandono escolar.

Para DESSEN e POLONIA (2007, p.22) a família constitui a unidade dinâmica das relações de cunho afetivo, social e cognitivo que estão imersas nas condições materiais, históricas e culturais de um dado grupo social. Ela é a matriz da aprendizagem humana, com significados e práticas culturais próprias que geram modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva. E complementa que são por meio das interações familiares que se concretizam as transformações nas sociedades que, por sua vez, influenciarão as relações familiares futuras, caracterizando-se por um processo de influências bidirecionais, entre os membros familiares e os diferentes ambientes que compõem os sistemas sociais, dentre eles a escola, constituem fator preponderante para o desenvolvimento da pessoa.

Para tanto, a escola aparece como uma instituição fundamental, no processo de construção do indivíduo, como parte da sociedade, fazendo uma complementação dos ensinamentos oriundos da família e fortalecendo os valores daqueles que foram negligenciados na sua formação.

## **2.4 Definição de variáveis**

As variáveis de uma pesquisa são os operadores que norteiam a busca dos resultados. No trabalho em questão, será abordada especificamente a situação de pobreza dos indivíduos pesquisados.

### **2.4.1 Definição conceitual**

Nesta investigação, entende-se por situação o estado do indivíduo, um dos elementos mais centrais na constituição humana, o fato de que em sua existência o homem se encontra sempre em um contexto preestabelecido, em um mundo que o antecede. E por pobreza, a falta de recursos múltiplos que leva a vulnerabilidade social, exposição a risco, à violência e às doenças, fatores que impeçam as pessoas de ocupar espaços de decisão e voz, e com ausência de garantia dos direitos básicos.

## 2.4.2 Definição operacional

Variável	Definições	Dimensões	Sub dimensões	Indicadores	Instrumento e escala
Situação de Pobreza dos alunos na fase de alfabetização	<p>Situação, estado do indivíduo, um dos elementos mais centrais na constituição humana, o fato de que em sua existência o homem se encontra sempre em um contexto preestabelecido, em um mundo que o antecede.</p> <p>Pobreza consiste na falta de recursos múltiplos que leva a vulnerabilidade social, exposição a risco, à violência e às doenças, fatores que impeçam as pessoas de ocupar espaços de decisão e voz, e com ausência de garantia dos direitos básicos.</p>	Vulnerabilidade Social	Infraestrutura	Localização	Entrevista se utilizando de questionário fechado com perguntas policotômicas Índice : Resposta de múltipla escolha
				Habitação	
				Saneamento Básico	
			Recursos Financeiros para suprir as necessidades básicas	Alimentação	
				Vestuário	
				Saúde	
		Exposição à riscos, violência e doenças	Risco Social	Riscos inerentes a dinâmica familiar (uso de drogas, álcool, trafico, violência parentais, prostituição)	
				Trabalho infantil	
			Risco Físico	Bullying na escola	
				Doenças Infantis	
		Risco Psicossocial	Risco Psicossocial	Desnutrição	
				Exercício das funções parentais(cuidado, alimentação, acompanhamento da vida escolar do filho, comportamento social)	
				O vínculo emocional entre pais e filhos(afeto, atenção, motivação, estimulação)	
			Acontecimento das relações sociais (respeito ao outro, respeito as diferenças, respeitar e as regras sociais)		

Tabela 1. Matriz de operacionalização de variáveis

## **2.5 Aspectos legais vinculantes**

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 art,2008 e 227.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB/96 art 36.
- Plano Nacional de Educação Lei nº13.005 de junho de 2014, Meta 11.

## **2.6 Aspectos éticos**

Os sujeitos da pesquisa no momento da entrevista foram indagados, quanto à autorização do uso das respostas coletadas em caráter de anonimato, com o único objetivo de corroborar para análise e conclusão do estudo em questão.

### **3 Marco metodológico**

Apresenta-se nesta parte do trabalho o marco metodológico adotado nesta pesquisa, inclui-se a determinação das principais características metodológicas, a população, amostra e amostragens.

O presente trabalho tem como método utilizado o da pesquisa quantitativa, do tipo bibliográfico e de campo. Quanto aos objetivos, é de nível descritivo.

#### **3.1 Enfoque da pesquisa**

Neste trabalho optamos pelo enfoque quantitativo, pois a investigação visou verificar a real situação de pobreza dos alunos na fase de alfabetização. Consistiu no emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta e no tratamento dos dados. RICHARDSON (1999, p.70) afirma que a abordagem quantitativa, caracteriza-se pelo emprego de qualificação tanto nas modalidades de coleta de informação, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc.

#### **3.2 Nível de Investigação**

A presente pesquisa foi de nível descritivo não exploratório. Para MANZATO, SANTOS, 2012, p.4, a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos variáveis sem manipulá-los. Procura descobrir, com precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características. Busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas, e cujo registro não consta de documentos.

### 3.3 Desenho da pesquisa

A presente pesquisa teve enfoque quantitativo, bibliográfico. Segundo MANZATO, SANTOS, 2012, p.4, a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte de pesquisa descritiva ou experimental. Em ambos os casos, busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema.

### 3.4 População

A população da pesquisa é formada por 90 familiares de alunos matriculados nas turmas de 1 ao 3 ano da fase de alfabetização da Escola Básica Frei Damião, do Município De Palhoça, Santa Catarina, Brasil. Para MORESI, 2003, p. 67, população é o conjunto de indivíduos que apresentam pelo menos uma característica em comum, como exemplo, a população de uma escola, bairro, município, estado.

#### 3.4.1 Composição da população

A população supramencionada é definida como se segue:

**Âmbito Institucional:** a população, objeto de pesquisa abrange 01 (um) Escolas de Ensino Fundamental do Município de Palhoça, estado de Santa Catarina

**Alcance humano:** a população em estudo envolve 90 pessoas.

Tempo de incidência transversal: 2018

#### 3.4.2 Mostra

**Unidades amostrais humanos:** 90 famílias dos alunos das classes de alfabetização da Escola Básica Frei Damião que compõem a educação fundamental do município de Palhoça, Estado de Santa Catarina. Com nível de confiança de 95% e 7% de margem de erro.

### 3.4.3 Amostra

MORESI (2003) define Amostra como uma porção ou parcela, convenientemente selecionada da população em um subconjunto. Salienta, ademais, que há duas grandes divisões no processo de amostragem: a probabilística e a não probabilística. Amostragem probabilística ou aleatória é a única forma que permite planos de amostra representativa (MORESI, 2003, p.67). Permite que o pesquisador estime até que ponto os resultados baseados em sua amostra tendem a diferir dos que seriam encontrados por meio do estudo da população. São consideradas rigorosamente estatísticas. Tendo, ainda, como principais características, poder especificar, para cada elemento da população, sua probabilidade de ser incluído na amostra e pode ser submetida a tratamento estatístico, que permite compensar erros amostrais. Conforme ANDRADE (2003):

A abordagem empírico-analítica privilegia a técnica de coleta, tratamento e análise de dados marcadamente quantitativas. Ao mesmo tempo em que se valorizam os estudos práticos, mantendo o foco nas variáveis de causa e efeito, levando-se em consideração o grau de significância e a sistematização das definições operacionais. (ANDRADE, 2003, p. 45).

Uma vez definidas as unidades populacionais das escolas, procedeu-se a determinar a base de amostragem da população. Para este fim, foi preparada uma lista única, numerada em ordem alfabética dos sujeitos participantes que constituem as unidades populacionais, que são compostas das 90 pessoas.

#### Tamanho da amostra

FREITAS H., OLIVEIRA M., SACCOL, A.Z, E MOSCAROLA, J. (2000), citando FINK (1995) afirmam que o tamanho da amostra se refere ao número de respondentes necessário para que os resultados obtidos sejam precisos e confiáveis, e que o aumento do tamanho da amostra diminui o erro. Para os autores, naturalmente, essa tendência tem limites; a partir de certa quantidade não se tem mais uma forte contribuição agregada por coletar-se maior número de questionários. Discute, ainda, sobre “quanto é suficiente”. O tamanho da amostra deve ser estabelecido considerando alguns aspectos: se o universo é finito ou infinito; o nível de confiança estabelecido (usualmente 95%) e o erro permitido (normalmente não superior a 7%); e a proporção em que a característica foco da pesquisa se manifesta na

população. Imprecisões na definição da população–alvo determinam maiores chances de erro na amostragem e, em consequência, naquilo que se coletar, analisar e incorretamente concluir. Outro aspecto que pode afetar a qualidade dos resultados é a não-resposta, representada pelo indicador taxa de resposta. MOSCAROLA (1990) apresenta uma leitura simplificada desse tema. Ele ressalta (p.63) a “lei dos grandes números”, segundo a qual “com uma amostra inferior a 30 observações se tem chances de encontrar tanto um valor errôneo ou defasado como um valor se aproximando da realidade”. As chances de obtenção de valores ou resultados alinhados com a realidade aumentam consideravelmente com 100 observações e são ainda bem melhores com 300. PERRIEN, CHÉRON & ZINS (1984, pp.213-220) abordam a questão do tamanho da amostra argumentando que a precisão tende a elevar-se com o aumento do tamanho da amostra, e que na amostra probabilística, para dobrar-se a precisão, se deve quadruplicar o seu tamanho. Afirmam que, além dos argumentos estatísticos, o tamanho da amostra é também influenciado em muito pela credibilidade dos usuários da pesquisa.

Para o estabelecimento da população em estudo, procedeu-se a calcular o tamanho da amostra. Para este efeito, se aplicou o software informático Excel versão 2016, com as seguintes determinações preliminares que foram aplicadas: tamanho da população  $N = 90$ ; erro máximo aceitável de estimativa,  $d = 7\%$ ; nível de confiança  $\alpha = 95\%$ . Dos quais resultaram unidades amostrais como o tamanho representativo para as características da população pré-definida. Convertido esse número em porcentagem resultou o percentual como tamanho relativo da amostra = 60%. Esse valor foi aplicado a cada grupo dos sujeitos participantes, ou seja, unidades escolares, com o procedimento de amostragem probabilístico aleatório simples sem reposição.

***Fórmula empregada***

$$n = \frac{n_o}{1 + \frac{n_o}{N}} \quad \text{onde:} \quad n_o = p*(1-p)* \left( \frac{Z(1-\frac{\alpha}{2})}{d} \right)^2$$

Figura 1 . Fórmula de cálculo da amostra

Onde:

n - amostra calculada



N - população

$\alpha$  - variável normal padronizada associada ao nível de confiança

p - verdadeira probabilidade do evento

d - erro amostral

### Critério de seleção da amostra

A amostragem aplicada foi à aleatória simples sem reposição para pequenas populações. Para a seleção da amostra dos elementos humanos, respeitando o critério de delimitação que abarca os familiares dos alunos das classes de alfabetização da escola selecionada, procedeu-se da seguinte forma: primeiro respeitou-se o percentual que determinou o tamanho da amostra (69%). O resultado do procedimento adotado pode ser observado no quadro a seguir.

### Descrição da população, amostra e amostragem

UNIDADES		POPULAÇÃO	AMOSTRA		TIPO DE AMOSTRAGEM
			Nº	%	
Institucionais	01 (uma) escola do Município de Palhoça-SC	01	-	-	Aleatória não probabilística
	Pais	90	62	69	Probabilístico aleatório simples com nível de confiança 95% e margem de erro 5 %
<b>TOTAIS</b>		<b>94</b>	<b>62</b>	<b>69</b>	

Tabela 2 – Composição da população e amostra

#### **3.4.4 Técnicas e Instrumentos de recolhimento dos dados**

Conforme MORESI (2003, p.29) Entrevista é a obtenção de informações de um entrevistado, sobre determinado assunto ou problema. O instrumento utilizado para entrevista foi questionário de perguntas policotômicas fechado, com múltiplas escolhas. O questionário será aplicado aos familiares na reunião de país e Mestres.

As perguntas foram estruturadas por cinco subdimensões, em concordância com os objetivos específicos da presente pesquisa. O estudo buscou cumprir todos os procedimentos éticos durante o processo de coleta e análise dos dados, assegurando assim, a identidade e anonimato dos entrevistados.

#### **Plano de processamento, análise e discussão de dados.**

Após concluir a pesquisa de campo com os familiares, passou-se a análise das respostas mediante técnicas estatísticas. Os dados coletados foram lançados em tabelas e gráficos, para melhor visualização dos resultados. Após o lançamento das imagens, iniciou-se a análise descritiva dos resultados apontados na pesquisa. Para MORESI, 2003, p.79, uma das fases importantes da pesquisa é a determinação de como serão coletados os dados e informações necessárias para testar as hipóteses e a construção destes instrumentos. As técnicas escolhidas deverão estar diretamente relacionadas com o modelo de pesquisa a ser utilizado, com a natureza do objeto, o quadro teórico, bem como com as hipóteses estabelecidas, caso explicitadas, e a operacionalização das variáveis no caso de pesquisa quantitativa.

## 4 Marco analítico

A pobreza pode ser entendida mediante fatores multidimensionais, tais como, os políticos, socioculturais, históricos e econômicos, tornando-se um fenômeno complexo, resultado da falta das mínimas condições de sobrevivência adequadas.

Suas consequências, no âmbito do desenvolvimento humano, vão desde a fome, doenças, baixa autoestima, discriminação, falta de oportunidades e exposição a riscos. Para a criança que vive em tais condições, a situação de pobreza, reflete diretamente na aprendizagem, no crescimento e no desenvolvimento psicossocial.

Para tanto, o presente capítulo, apresenta a pesquisa de campo, realizada com famílias de alunos das turmas de 1 ao 3 ano das classes de alfabetização da Escola Básica Frei Damião, para assim, compor uma amostragem estatística que venha descrever e identificar a real situação de pobreza das famílias aferidas, de acordo com os termos que identifica a linha de pobreza absoluta ou relativa, segundo as pesquisas de ROCHA (2003) e ROMÃO (1993).

Os gráficos desenvolvidos para apresentação da pesquisa de campo foram trabalhados no intuito de facilitar o entendimento do leitor e melhor compreensão das informações aferidas. Na sequência, dividiu-se entre duas dimensões e três subdimensões, para melhor compreender os fatores que corroboram para o estado de pobreza dos indivíduos analisados.

Os questionários foram aplicados com 62 famílias dos alunos da escola supracitada, por meio de entrevista individual e foi organizado com 33 questões, de cunho objetivo, policotômica e de múltiplas escolhas.

## Identificação

### 1 – Qual a sua idade?

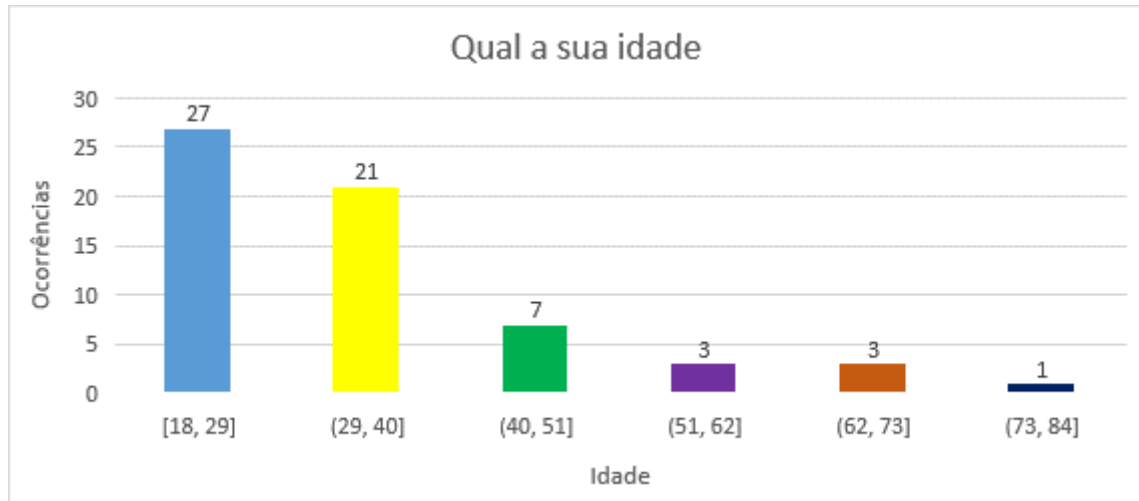


Gráfico 1 - Idade

### 2 – Gênero

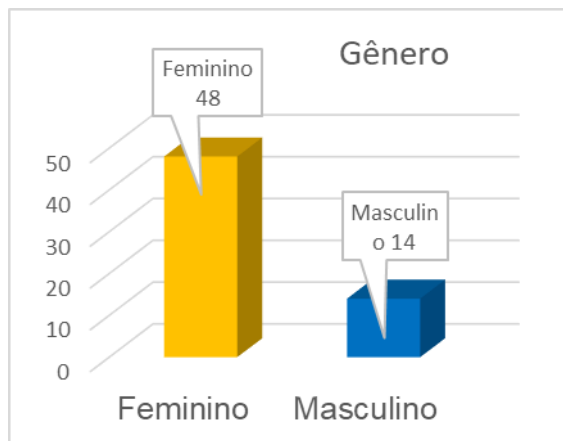


Gráfico 2 - Gênero

### 3 – Grau de instrução

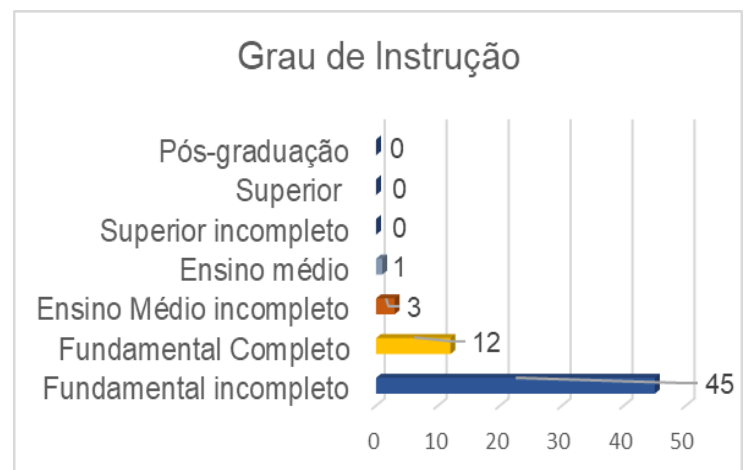


Gráfico 3 – Grau de Instrução

No gráfico 1, no que tange à idade dos entrevistados, de um total de 62 pessoas, 27 entrevistados declararam idade entre 18 e 29 anos, 21 entrevistados entre 29 e 40 anos, 07 entrevistados entre 40 e 51 anos, 3 entrevistados entre 51 e 62 anos, 3 entrevistados entre 62 e

73 anos e 1 entrevistado entre 73 e 84 anos, demonstrando que a maior parte dos pais que participaram da pesquisa são jovens e possuem menos de 30 anos.

No gráfico 2, quanto ao gênero, dos 62 entrevistados, 48 se declararam do sexo feminino, 14 do sexo masculino, apontando que ainda, a mulher encontra-se à frente da criação e educação dos filhos.

No gráfico 3, no que se refere ao grau de instrução dos entrevistados, 45 declararam não ter concluído o ensino fundamental, 12 declararam ter fundamental completo, 3 com ensino médio incompleto e apenas 1 com ensino médio. A pesquisa constatou a baixa instrução dos pais, resultado determinante das condições de vida dos entrevistados. PINZANI e REGO, afirmam que:

Convém pontuar que a pobreza leva à falta de instrução, uma vez que as crianças são obrigadas a deixar a escola para trabalhar e ajudar a família, enquanto a falta de instrução perpetua a pobreza, pois, sem instrução e qualificação, não há como entrar no mundo do trabalho e sair dessa condição. A exclusão resulta, por sua vez, em exclusão social e política, visto que os pobres passam a viver à margem da sociedade, com pouca capacidade de se organizarem para fazer com que suas vozes sejam ouvidas (PIZANI E REGO, 2014, p.7)

#### 4 – Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é aproximadamente, a renda familiar mensal?

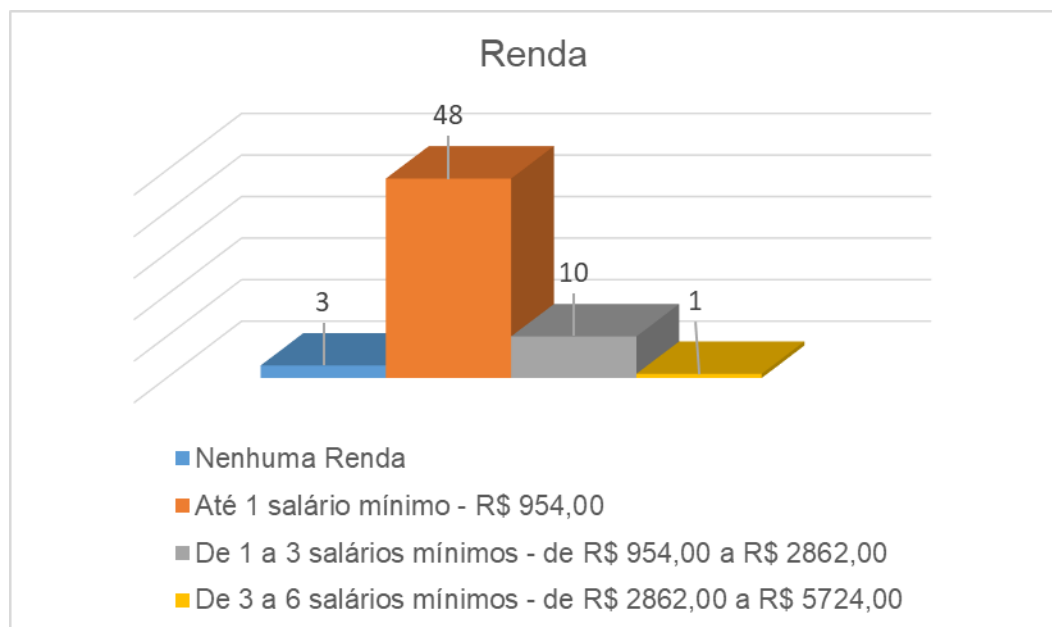


Gráfico 4 - Renda

**5 – Quantas pessoas de sua família moram com você? Considerando pais, irmãos, conjugue, filhos e outros.**

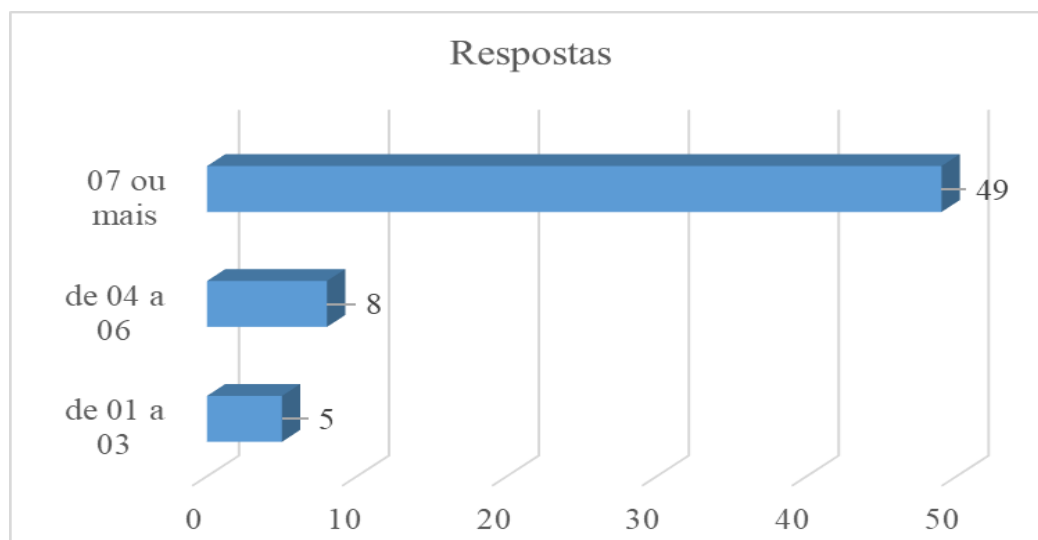


Gráfico 5 – residentes na mesma residência

No gráfico 4, analisou-se a renda total dos integrantes da família dos 62 entrevistados, sendo que 3 pessoas declararam não possuir renda, 48 entrevistados declararam possuir uma renda de R\$954,00 reais o equivalente a um salário mínimo, 10 entrevistados, declararam possuir uma renda entre R\$954,00 a R\$2,862,00, equivalente entre um e três salários mínimos e 1 pessoa declarou possuir renda entre R\$2,862,00 a R\$5,724,00, que fica entre três e seis salários mínimos.

A maior parte dos entrevistados, 48 pessoas, declarou uma renda de até um salário mínimo, distribuída para todos familiares, demonstrando assim, a incapacidade de adquirir o necessário para sobrevivência de seus integrantes, haja vista, que as famílias entrevistadas, declararam possuir um número elevado de filhos.

No gráfico 5, perguntou-se para os 62 entrevistados, quantas pessoas de sua família moram com você? Considerando pais, irmãos, cônjuges, filhos e outros, 49 declararam que moram de sete a mais pessoas em sua residência, 8 declararam que moram de quatro a seis pessoas em sua residência e cinco declaram que moram de um a três pessoas em sua residência.

Ao analisar os gráficos 4 e 5, pode-se verificar a baixa renda per capita dos entrevistados, se 48 declaram receber um rendimento de um salário mínimo que é de R\$954,00 e fazer uma média com as respostas do gráfico 5, que aponta que 49 entrevistados

declaram que suas famílias são constituídas de sete pessoas ou mais, fazendo um cálculo simples, dividindo os R\$954,00 reais por 7 pessoas, chegaremos ao valor de R\$136,28 reais por pessoas. É o que cada integrante tem para usufruir, no decorrer do mês. PINZANI e REGO afirmar que.

A própria definição da pobreza com base na renda representa em certo sentido um ato arbitrário. Vejamos, por exemplo, no caso do Brasil, o estabelecimento por parte do governo da linha que separa pobreza, renda mensal per capita de até R\$154,00 e pobreza extrema com renda de até R\$77,00 por pessoa. É difícil dizer que quem recebe R\$80,00 reais encontra-se em situação melhor que quem recebe R\$160,00 não seria pobre. Da mesma maneira, a presença ou a ausência de políticas públicas específicas e de serviços públicos afetam profundamente a vida das camadas mais vulneráveis da população. (PINZANI E REGO, 2014, p.19)

## VULNERABILIDADE SOCIAL

### Infraestrutura

### Localização

#### 6 – A sua moradia esta inseria em?

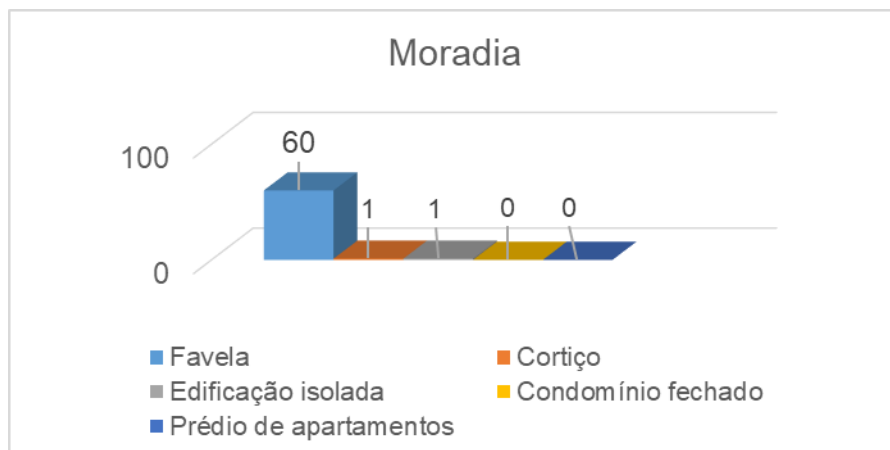


Gráfico 6 - Moradia

**7 - Dentre os lugares abaixo, quais estão próximos à sua moradia, que você possa ir a pé?**

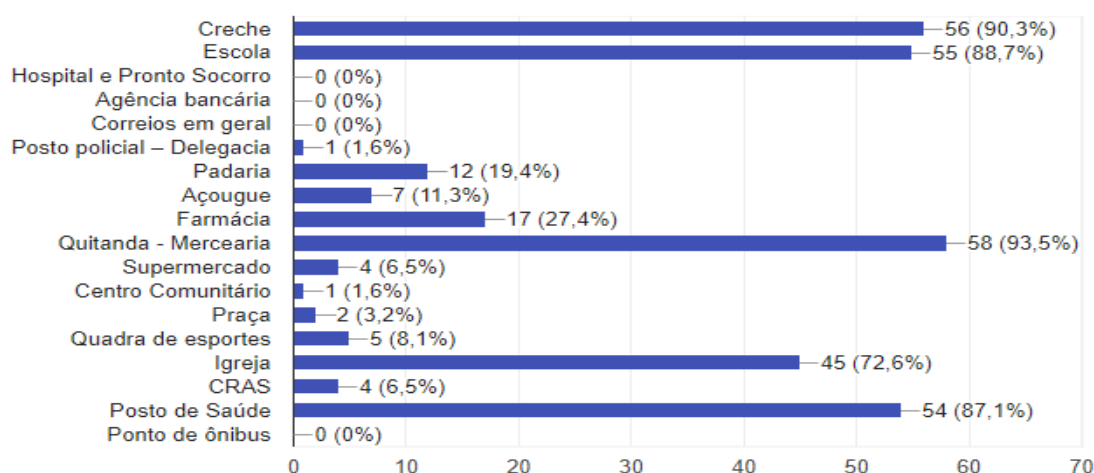


Gráfico 7 – Acesso próximo à moradia

No gráfico 6, verificou-se a localização da moradia dos entrevistados e das 62 pessoas, 60 declararam moradores da favela, 1 entrevistado declarou morar em um cortiço e 1 declarou morar em uma edificação isolada. É importante destacar que favela neste contexto refere-se a um aglomerado subnormal de barracos, geralmente construídos com madeiras, maderite e resto de construções, o cortiço é uma edificação que pode ser de madeira ou alvenaria onde mora diversas famílias juntas e edificação isolada é uma casa de madeira ou alvenaria separa das demais, com terreno próprio. Para PENNA e FERREIRA,

A questão da vulnerabilidade social enfocada numa perspectiva socioespacial é entendida como um processo no qual interagem as condições do território e as potencialidades da população que nele habita. É a interação dessas características com as sociais, econômicas e culturais da população do lugar (suas potencialidades) que resultaria no grau de vulnerabilidade dos lugares. Procura-se detectar a estrutura de oportunidades que o território apresenta para a população e a interação delas com as potencialidades sociais da população. Essa interação entre as estruturas de oportunidades e os ativos presentes no território originaria um processo de vulnerabilidade da população que vive em determinado lugar. (PENNA e FERREIRA, 2014, p.30).

Aproveitando a colocação das autoras, quanto ao espaço e as oportunidades que o ambiente oferece para os seus moradores, que será analisado o próximo gráfico.

Como se pode verificar no gráfico 7, que analisou os lugares que o entrevistado pode ter acesso saindo de pé da sua moradia, sem precisar de outros meios de transporte. Constatou-se que de 62 entrevistados, 56 tem acesso a creche perto de sua moradia, 55 tem acesso à escola, 1 declarou ter acesso perto da sua moradia a um posto policial, 12 entrevistados possuem padarias perto de casa, 7 declararam morar perto de açougue, 17 de



uma farmácia, 58 entrevistados possuem uma mercearia perto de sua moradia, 4 de um supermercado, 1 declarou morar perto de um centro comunitário, 2 de uma praça, 5 de uma quadra de esportes, 45 de uma igreja, 4 de um CRAS e 54 de um posto de saúde. Das opções colocadas na pesquisa, apenas três espaços tiveram um índice alto de escolha, foram, a creche, escola, mercearia e posto de saúde. Considerando que o ideal seria, que todos os espaços colocados na pesquisa fossem de acesso aos entrevistados, como podemos encontrar em bairros estruturados e preparados para suprir as demandas e necessidades dos seus habitantes.

De acordo com FERREIRA, VASCONCELOS e PENNA, 2008, p.4, as periferias tornam-se locais desvalorizados, marcados pela ausência do Estado e das instituições públicas, abandonados pela lei e onde o contrato social é rompido, abrigo da população excluída socialmente e espacialmente periferizada.

## Habitação

### 8 - Qual a condição legal de sua moradia?

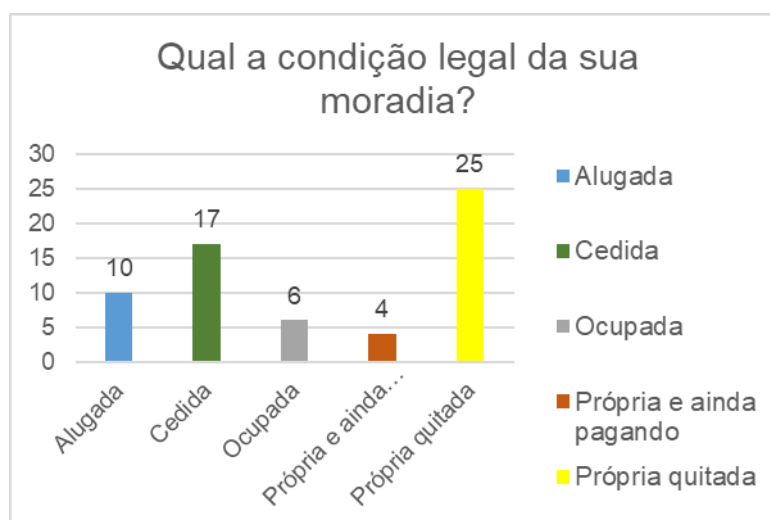


Gráfico 8 – Condição legal da moradia

### 9 - Quais cômodos de cada tipo há em seu domicílio?

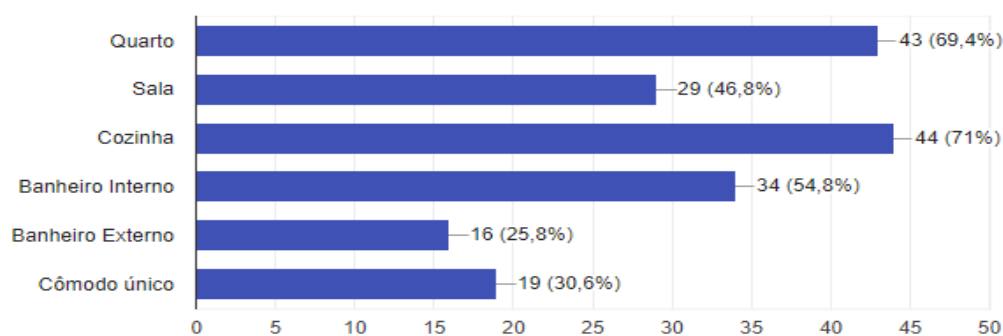


Gráfico 9 – Cômodos

No indicador habitação foi analisado as condições da moradia dos entrevistados, no gráfico 8, foi analisado a condição legal da moradia, e dos 62 entrevistados, 10 declararam que vivem em moradia alugada, 17 em moradia cedida, 6 em moradia resultado de ocupação, 4 declararam que suas moradias são próprias mais estão pagando ainda e 25 declaram que sua moradia é própria quitada.

No gráfico 9, foi perguntado aos entrevistados quais cômodos possuem sua moradia, dos 62 entrevistados, 43 declaram que sua moradia tem quarto, 29 declaram possuir sala, 44 possuir cozinha, 34 tem banheiro interno, dentro da moradia, 16 possuem banheiro externo, fora da moradia e 19 entrevistados declararam morar em cômodo único, com apenas uma peça. No geral, verificou-se que a constituição das moradias dos entrevistados é de quarto, cozinha e banheiro, menos da metade tem salas em suas casas e um pouco mais que metade possui banheiro dentro da moradia. Para LIMA e CABRITA:

A importância da casa, abrigo do “morar”, se justifica por permitir ao ser humano obter uma grande gama de atributos, objetivos e subjetivos, a saber: segurança física e psicológica; privacidade; apropriação; conforto; realização de atividades domésticas, de lazer e produtivas; e estabelecimento de relações comunitárias (LIMA, e CABRITA, 1995).

## Saneamento básico

### 10 - Quais desses serviços atende a sua moradia?

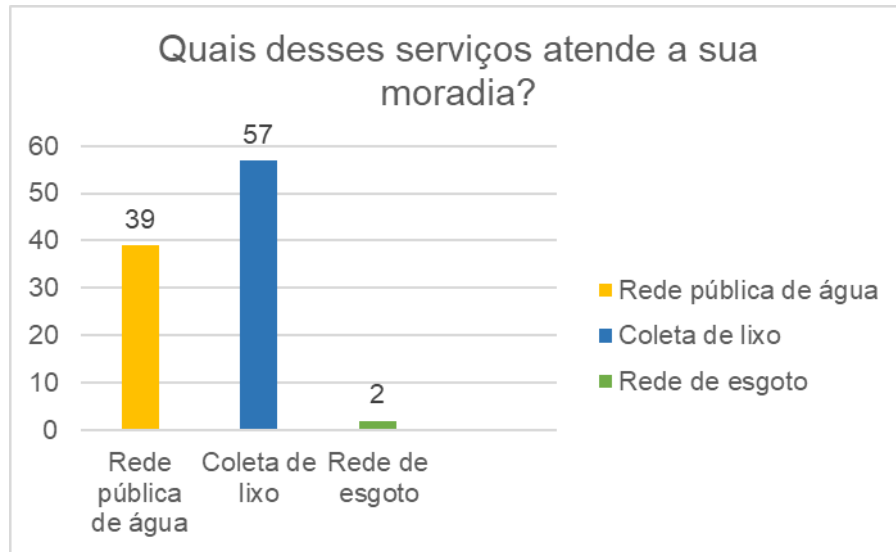


Gráfico 10 – Acesso a serviços públicos

### 11 - A água consumida em sua moradia é tratada?

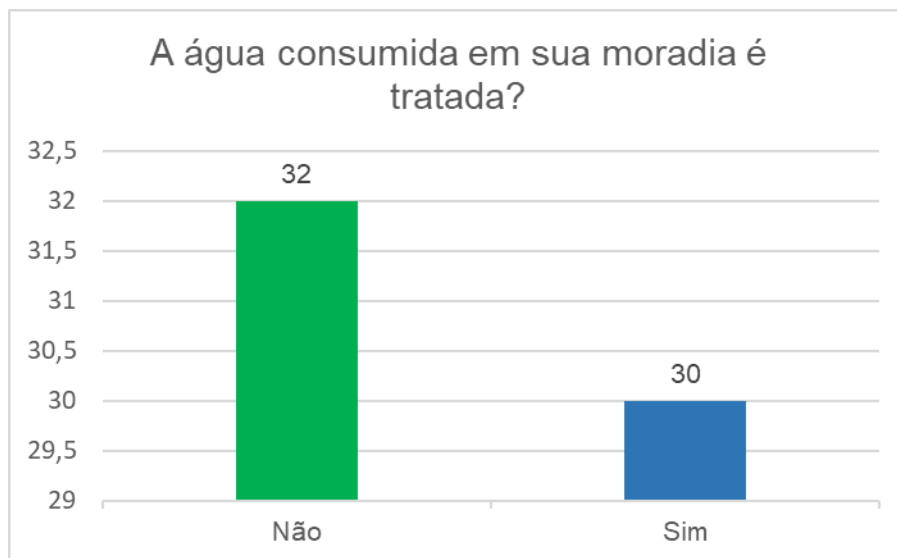


Gráfico 11 – Qualidade da água disponibilizada

O gráfico 10, analisa quais os serviços de saneamento básico atende a moradia dos 62 entrevistados, demonstrando que 39 declararam possuir rede pública de água, 57 possuem coleta de lixo e somente 2 entrevistados declararam possuir rede de esgoto em sua moradia. No gráfico 11, perguntou-se se a água consumida em sua moradia é tratada, dos 62 entrevistados, 32 declararam não possuir água tratada em sua moradia e 30 entrevistados declararam possuir água tratada em sua moradia, constatando que mais da metade dos

entrevistados não possuem nenhum tipo de tratamento da água consumida pelos moradores de sua casa.

No tocante da análise dos gráficos, fica clara a falta de infraestrutura de saneamento básico e salubridade ambiental na região que os entrevistados habitam, como se pode verificar apenas 2 entrevistados possuem rede de esgoto, enquanto que mais que a metade tem acesso a água tratada. Segundo o ISA - Indicador de Salubridade Ambiental:

Salubridade Ambiental define-se como a qualidade ambiental capaz de prevenir a ocorrência de doenças veiculadas pelo meio ambiente e de promover o aperfeiçoamento das condições meso- lógicas favoráveis à saúde da população urbana e rural (ISA- Indicador de Salubridade Ambiental, 1999, p.37).

## Recursos financeiros para suprir as necessidades básicas

### Alimentação

#### 12 - Com que frequência semanal sua família realiza cada uma das refeições abaixo:

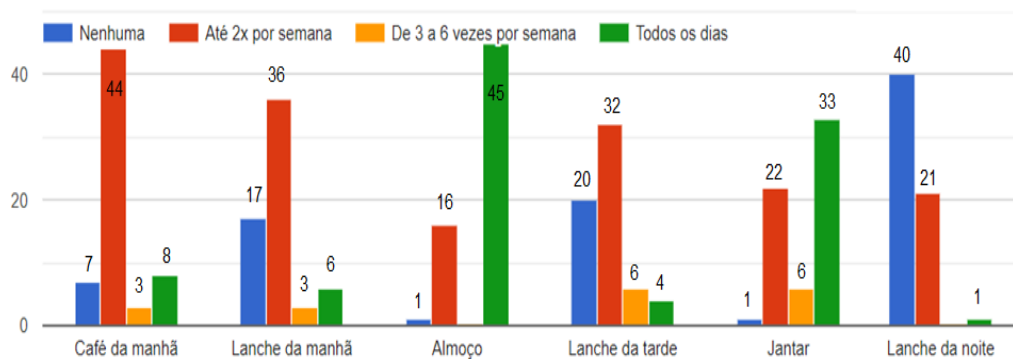


Gráfico 12 - Alimentação

O gráfico 12, analisou com que frequência semanal a família do entrevistado realiza cada uma das refeições, café da manhã, lanche da manhã, almoço, lanche da tarde, jantar e lanche da noite. Na opção café da manhã, dos 62 entrevistados, 7 entrevistados declararam não realizar o café da manhã em sua casa, 44 declararam que conseguem fornecer café da manhã duas vezes por semana para seus filhos, 3 declararam que conseguem fornecer a refeição de três a seis vezes por semana e 8 declararam fornecer café da manhã todos os dias para seus filhos. Quanto ao lanche matinal, 17 declararam nunca fornecer este tipo de refeição

para os seus filhos, 36 declararam fornecer duas vezes por semana, 3 declararam que fornecem de três a seis vezes por semana e 6 declararam que fornecem todos os dias. No almoço um declarou não conseguir fornecer a refeição para os seus filhos, 16 declararam fornecer duas vezes por semana e 45 declaram fornecer todos os dias. Quando ao lanche da tarde, 20 entrevistados declararam não fornecer para os seus filhos a refeição, 32 declaram fornecer duas vezes por semana, 6 declararam fornecer a refeição de três a seis dias por semana e 4 declararam fornecer todos os dias. A janta, um declarou não conseguir fornecer a refeição, 22 declararam fornecer duas vezes por semana, 6 declararam fornecer de três a seis dias por semana e 33 declararam fornecer todos os dias. E o lanche da noite, 40 entrevistados declararam não fornecer a refeição, 21 declararam fornecer duas vezes por semana e 1 declarou fornecer todos os dias.

Pode-se observar entre os 62 entrevistados, quanto a frequência das refeições, que o café da manhã, lanche da manhã e lanche da tarde, são fornecidos na sua grande parte das respostas duas vezes por semana, o almoço e a janta obtiveram mais respostas dos entrevistados, declarando fornecer todos os dias e quanto ao lanche da noite a maiores respostas foram que os entrevistados não conseguem fornecer essa refeição. Podemos verificar com as respostas, o grau de dificuldade financeira dos entrevistados para adquirir a alimentação para seus familiares, demonstrando um elevado nível de pobreza, haja vista que os entrevistados não conseguem adquirir a alimentação com a frequência desejada. Para ACCIOLY:

A alimentação é um ato, não apenas fisiológico, mas, também, de integração social e, portanto, é fortemente influenciada pelas experiências a que são submetidas as crianças e os exemplos em seu círculo de convivência (ACCIOLY, 2009, p.3)

Desta forma, vê-se que o ato de se alimentar é complexo, e demanda do indivíduo condições financeiras adequadas para aquisição de uma alimentação de qualidade, que contemple os mais variados alimentos, criando hábitos saudáveis, capazes de suprir as necessidades do organismo, que no caso das crianças é a base de um desenvolvimento pleno físico e mental.

## **Vestuário**

**13 - Você consegue adquirir vestuário para o seu filho, de acordo com cada estação?**

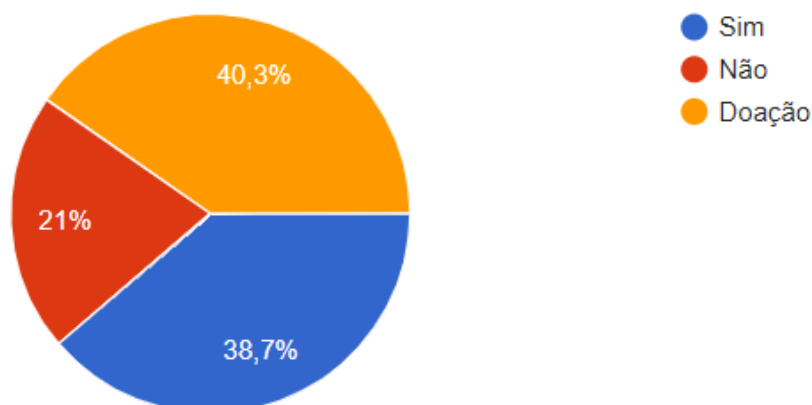


Gráfico 13 – Aquisição de vestuário

#### 14 - Você tem condições de adquirir o uniforme da escola do seu filho?

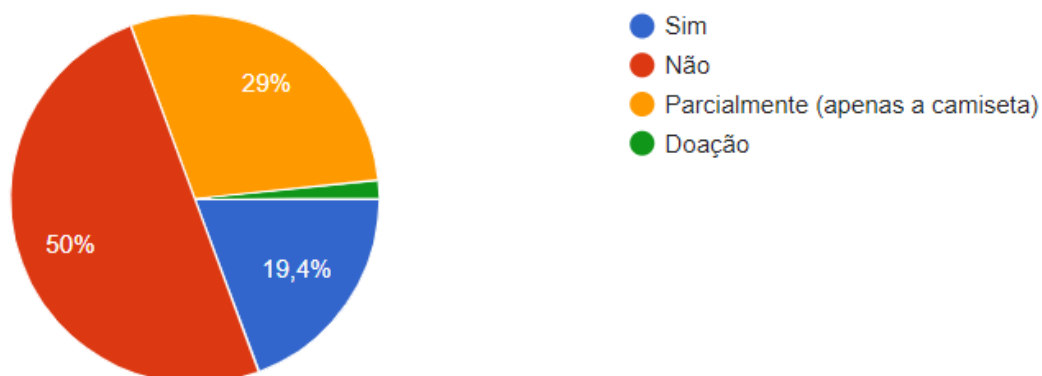


Gráfico 14 – Aquisição de uniforme escolar

No gráfico 13, foi analisado se os entrevistados conseguem adquirir vestuários para os seus filhos de acordo com cada estação, dos 62 entrevistados, 38,7% declararam conseguir vestuários para os seus filhos, 21% declararam não possuir condições de adquirir vestuário para os seus filhos e 40,3% declararam adquirir vestuário através de doação, demonstrando que mais que a metade dos entrevistados só consegue adquirir o vestuário para seus filhos através de doação.

No gráfico 14, foi analisado se o entrevistado tem condições de adquirir o uniforme escolar para seu filho. Dos 62 entrevistados, 19,4% declararam conseguir comprar o uniforme

do seu filho, 29 % conseguem adquirir apenas a camiseta e 50 % declararam não conseguir adquirir o uniforme para o seu filho, nem de forma parcial.

Ao analisar os gráficos acerca da aquisição por parte dos entrevistados quanto de vestuário para seus filhos, vê-se que fica clara a falta de recursos financeiros por parte das famílias entrevistadas em obter a vestimenta, haja vista que apesar de 40,3% declararam conseguir, ainda 21% não tem condições de aquisição e 38,7% só adquirem através de doação, demonstrando que ao juntar o percentual dos que não conseguem adquirir com os que só adquirem por doação comprova o alto índice de pobreza dos entrevistados.

## Saúde

### 15 - Você e seus familiares tem acesso a atendimento de saúde em sua localidade?

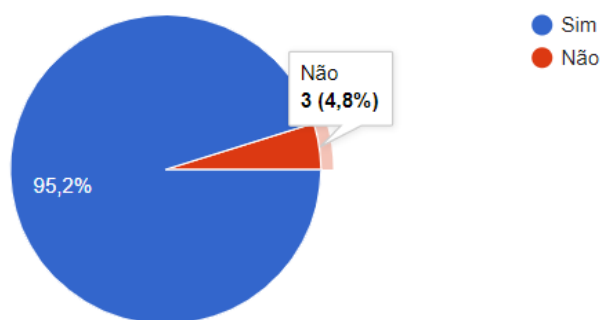


Gráfico 15 – Acesso a serviços de saúde

### 16 - Você faz o acompanhamento do desenvolvimento da criança, desde as consultas, vacinas e atendimento odontológico?

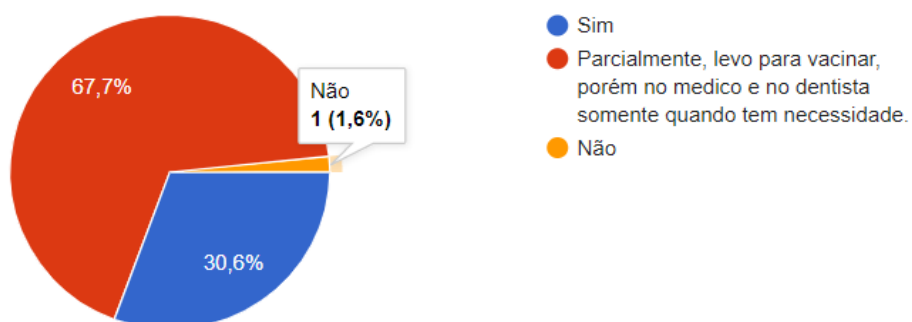


Gráfico 16 – Acompanhamento do desenvolvimento da criança

No gráfico 15, analisou-se se o entrevistado e sua família tem acesso ao atendimento de saúde em sua localidade, 95,2% declararam que sim e 4,8% declararam que não. No gráfico 16, foi perguntado para os entrevistados se eles fazem o acompanhamento do desenvolvimento da criança, desde consultadas, vacinas e atendimento odontológico, 67,7% declararam fazer o atendimento parcialmente, levam para vacinar, porém no médico e no dentista somente com necessário, 30,6% declararam que sim, fazem o acompanhamento no posto de saúde com frequência e 1,6% declararam que não fazem acompanhamento nenhum.

Para GUTIERREZ e MINAYO (2010, p.1503) a família ganha destaque ao ser indicada como a microestrutura de maior peso para compreensão de representações e práticas relativas ao processo de saúde, doença e cuidado. A família na nossa cultura é uma unidade de cuidado de saúde popular. Tem seu próprio ponto de vista sobre o processo saúde/doença, sobre suas próprias atitudes e sobre o modo de cuidar. Diante do exposto pelos autores compreende-se porque 67,7% fazem o acompanhamento parcial da saúde dos filhos no posto de saúde, devido ao costume das famílias de tratar e medicar os filhos antes de leva-los até um atendimento médico.

## Educação

### 17 - Você encontrou dificuldade para matricular seu filho na escola?

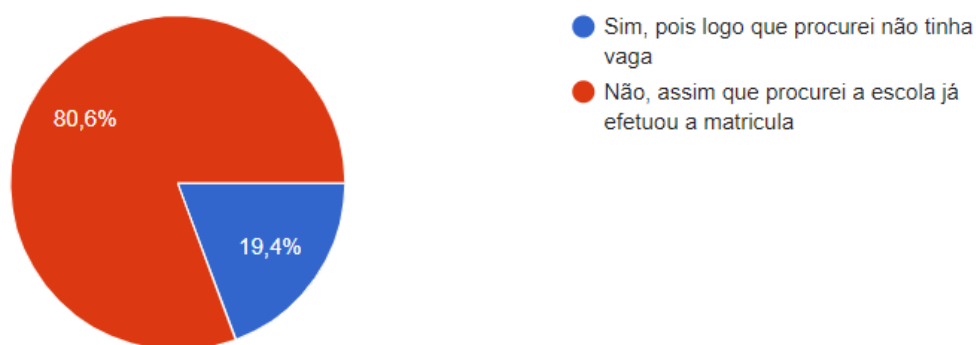


Gráfico 17 – Matrícula escolar



### 18 - Considera que o ensino da escola do seu filho:

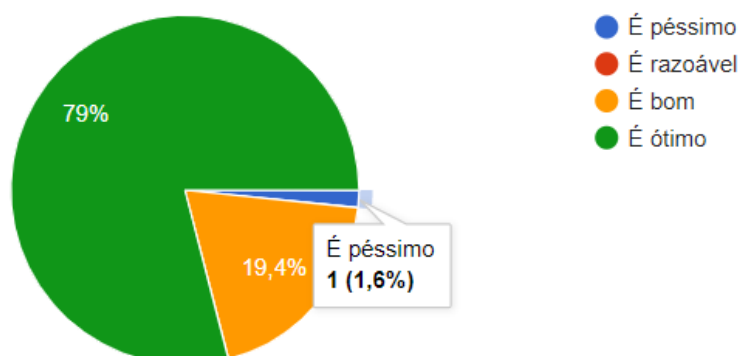


Gráfico 18 – Qualidade do ensino

No gráfico 17, analisou se o entrevistado encontrou dificuldade para matricular seu filho na escola, 80,6% declararam que não encontram dificuldades, assim que procuraram a escola conseguiram vaga e 19,4% declararam que sim, pois logo que procuraram não tinha a vaga desejada.

No gráfico 18, analisou-se o que o entrevistado acha do ensino ofertados para os seus filhos na escola, 79% declararam que o ensino ofertado é ótimo, 19,4% declarou que o ensino é bom e apenas 1,6% declarou que considera péssimo.

Ao analisar os gráficos 17 e 18, verifica-se que a escola em questão, conseguiu ofertar vagas de acordo com as necessidades da comunidade e mesmo sendo inserida em uma região de grande vulnerabilidade social, cuja as demandas sociais e educacionais apresentam grandes dificuldades e desafios, ainda conseguem manter segundo os entrevistados um ótimo atendimento para com seus alunos. Para DOURADO, OLIVEIRA e SANTOS:

Uma educação de qualidade, ou melhor, uma escola eficaz é resultado de uma construção de sujeitos engajados pedagógica, técnica e politicamente no processo educativo, em que pesem, muitas vezes, as condições objetivas de ensino, as desigualdades socioeconômicas e culturais dos alunos, a desvalorização profissional e a possibilidade limitada de atualização permanente dos profissionais da educação. Isso significa dizer que não só os fatores e os insumos indispensáveis sejam determinantes, mas que os trabalhadores em educação (juntamente com os alunos e pais), quando participantes ativos, são de fundamental importância para a produção de uma escola de qualidade ou que apresente resultados positivos em termos de aprendizagem. (DOURADO, OLIVEIRA E SANTOS, 2017, P.11)

## EXPOSIÇÃO A RISCOS, VIOLÊNCIA E DOENÇAS

### Risco social

### Riscos inerentes à dinâmica familiar

#### 19 - Algum membro de sua família é usuário de drogas?

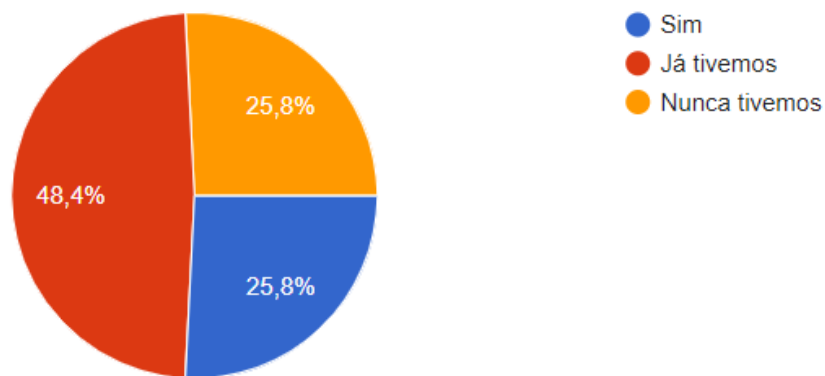


Gráfico 19 – Uso de drogas

#### 20 - A criança já presenciou algum tipo de violência doméstica (seja entre pais ou irmãos)?

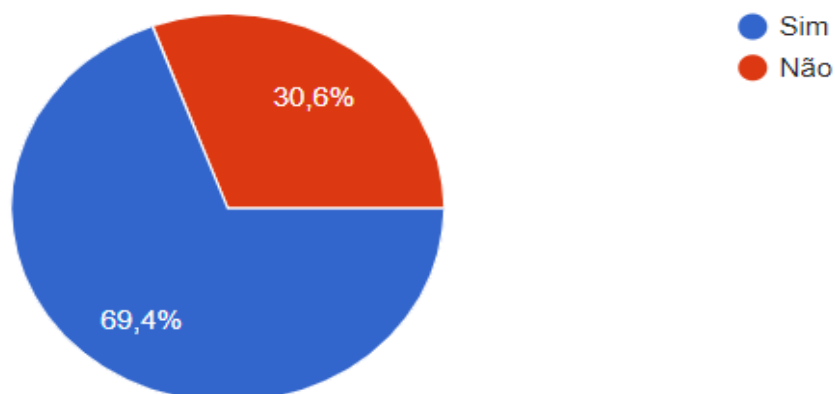


Gráfico 20 – Violência doméstica

No gráfico 19, analisou se algum membro da família do entrevistado é usuário de drogas, 25,8% declaram que possuem familiares usuário de drogas, 48,4% declararam que já

tiveram familiares usuários de drogas e 25,8% declararam que nunca tiveram familiares usuário de drogas.

No gráfico 20, analisou se a criança já presenciou algum tipo de violência doméstica, 69,4% declararam que a criança já presenciou e 30,6% declararam que a criança não presenciou nenhum tipo de violência doméstica.

No tocante da análise do risco social, de acordo com as respostas dos entrevistados, verifica-se que as crianças estão expostas a riscos devido ao índice elevado de familiares que usaram ou usam drogas e as questões referentes a violência doméstica que é entendida pelos declarantes como algo cotidiano na vida das crianças. Para PEREIRA:

A situação de risco a que a criança e o adolescente estão expostos, resulta por interferir no rendimento escolar e faltas frequentes à escola, nas condições de saúde de forma geral e nas relações afetivas individuais, com sua família e com o mundo que os cerca, podendo levá-los a um circuito de sociabilidade marcado pela violência, pelo uso de drogas e pelos conflitos com a lei. Tais experiências podem facilitar a quebra dos vínculos familiares, colaborando para seu ingresso no circuito da rua e fatalmente, também, o encaminhamento para as instituições de acolhimento. (PEREIRA, 2012, p.28).

## Trabalho infantil

**21 - A criança exerce alguma função de responsabilidade em casa (cuidar de um irmão, arrumar a casa, fazer comida, etc.)?**

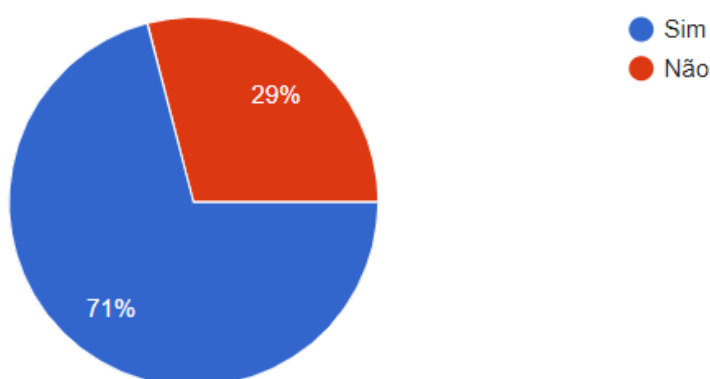


Gráfico 21 – Trabalho doméstico

**Gráfico 22 - A criança colabora com algum tipo de renda em casa (como venda de algum produto, colaborando na produção de algum material, etc.)?**

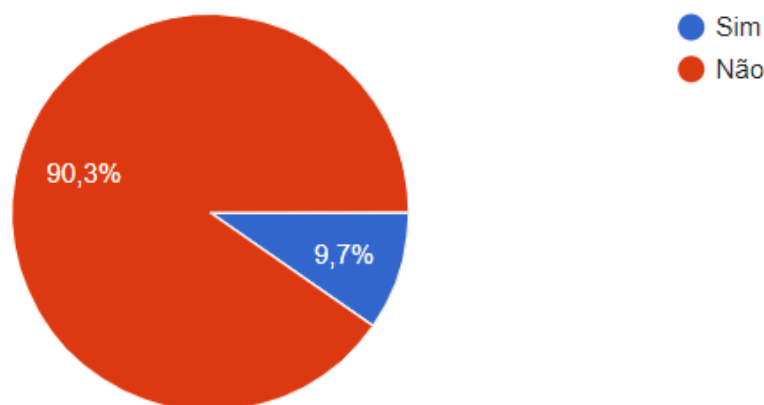


Gráfico 22 – Colaboração da criança na renda familiar

No gráfico 21, perguntou-se para os entrevistados se a criança exerce alguma função de responsabilidade em casa e deu-se como exemplo o cuidado dos irmãos mais novos, arrumar a cada e fazer comida, 71% dos entrevistados declararam que sim, que seu filho exerce funções de responsabilidade em casa e 29% declarou que os filhos não exercem nenhum tipo de função de responsabilidade em casa.

No gráfico 22, perguntou-se para os entrevistados se a criança colabora com algum tipo de renda em casa e foi dado como exemplo a venda de algum produto ou na colaboração na produção de algum material, 90,3% declararam que a criança não colabora com nenhum tipo de trabalho que acarrete em renda para família e 9,7% declararam que sim, que a criança colabora em trabalhos que acarretam em renda para família.

Vê-se que com a análise dos gráficos, que os entrevistados entendem ainda que trabalho infantil é apenas aquele que consequentemente resulta em alguma renda para família e que os trabalhos domésticos de limpeza e manutenção da casa, fazer comida e se responsabilizar pelo cuidado do irmão mais novo, no entendimento deles, não são considerados como trabalho infantil. Para CAMPOS e ALVERGA:

Associado à realidade social e econômica, o apoio familiar à inserção precoce no trabalho produtivo subsiste a despeito da legislação que coíbe a contratação e o exercício desse tipo de atividade por crianças, e a tantos programas de atendimento voltados para essa população. Toda a proibição e evidência das consequências nefastas do trabalho precoce não têm sido suficientes para fazer estancar o

crescimento dos índices das novas vítimas flagradas no trabalho doméstico, na agricultura, nas atividades terceirizadas e domiciliares etc. (CAMPOS E ALVERGA, 2011, p.228).

## Bullying na escola

### 23 - A criança já relatou ter sofrido algum tipo de Bullying na escola?

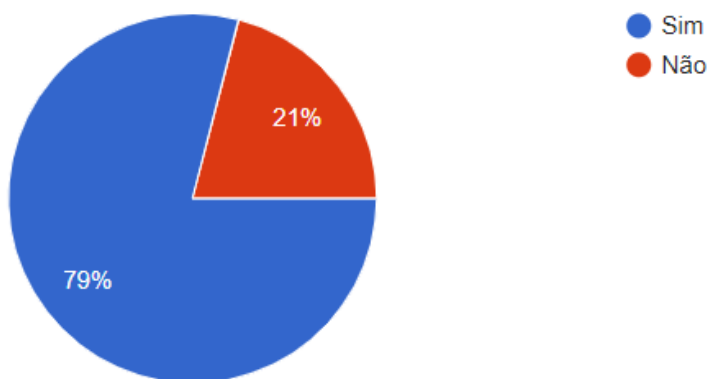


Gráfico 23 – Agressão por Bullying

### 24 - Em caso de resposta positiva, que tipo de bullying listado abaixo seu filho vivenciou?

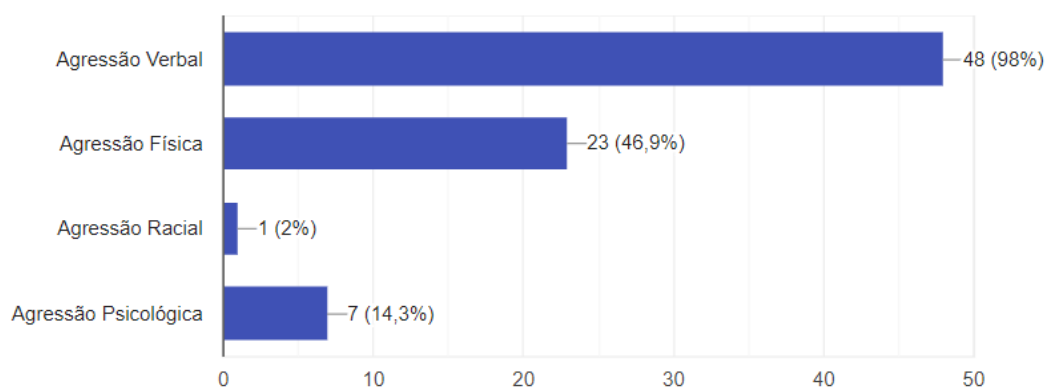


Gráfico 24 – Tipo de Bullying sofrido

No gráfico 23, perguntou-se para os entrevistados se a criança já relatou ter sofrido algum tipo de bullying na escola, 79% dos entrevistados declararam que sim, que as crianças

já tinham sofrido algum tipo de bullying na escola e 21% declararam que não, que seus filhos nunca relataram ter sofrido bullying na escola.

No gráfico 24, foi analisado em caso de resposta positiva, que tipo de bullying listado pelo pesquisador, entre agressão verbal, agressão física, agressão racial e agressão psicológica seu filho vivenciou, 98% declararam ter sofrido agressão verbal, 46,9% declararam ter sofrido agressão física, 2% declararam ter sofrido agressão racial e 14,3% declararam ter sofrido agressão psicológica.

As respostas evidenciam o quanto o bullying está presente no cotidiano das crianças, dentro das unidades de ensino, nas formas mais cruéis de violência, sendo ela através de ataques físicos ou psicológicos. Tal constatação, aponta que os trabalhos feitos com objetivo de conscientizar os alunos acerca da gravidade da temática no ambiente escolar, não estão surtindo os resultados esperados de acordo com o que a pesquisa apresentou. Para MAIA e LEME:

A escola tem papel importante em uma necessária mudança nesse quadro de comportamentos agressivos, como o bullying. Além das inovações necessárias diante das transformações sociais pelas quais passamos, entendemos que a escola precisa, acima de tudo ser um espaço de fortalecimento das relações interpessoais, visando aprofundar nos alunos os valores desejáveis para uma convivência mais harmoniosa. (MAIA E LEME, 2014, p.139)

## Risco físico

## Doenças infantis

### 25 – Quais os tipos de doenças infantis listadas abaixo o seu filho já adquiriu?

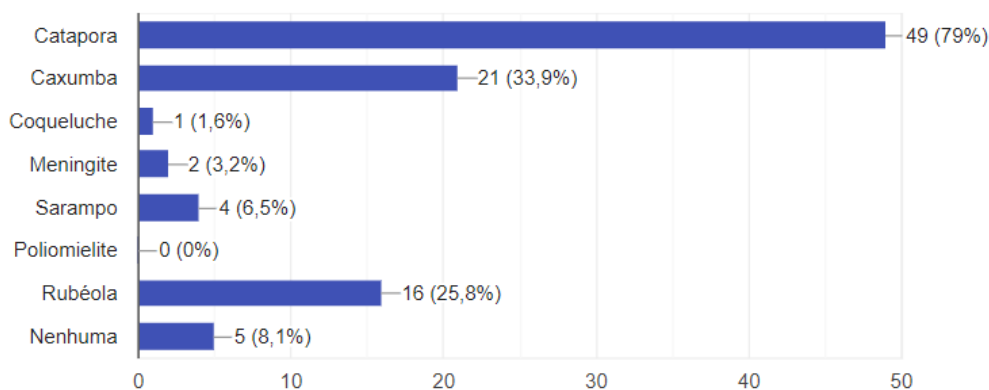


Gráfico 25 – Doenças infantis adquiridas

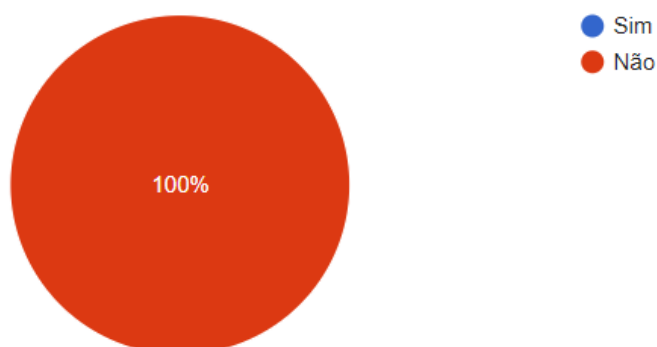
**26 - A criança ficou com alguma sequela após ter adquirido a doença infantil?**

Gráfico 26 – Sequelas

No gráfico 25, analisou-se quais os tipos de doenças infantis listadas na pesquisa o filho do entrevistado adquiriu, 79% declararam que seu filho adquiriu catapora, 33,9% declararam caxumba, 1,6% declararam coqueluche, 3,2% declararam meningite, 6,5% declararam sarampo, nenhum entrevistado declarou que seu filho tenha adquirido poliomielite, 25,8% declararam rubéola e 8,1% declararam que seu filho não adquiriu nenhuma das doenças listadas na pesquisa.

No gráfico 26, perguntou-se para os entrevistados se a criança ficou com alguma sequela após ter adquirido a doença infantil, 100% dos entrevistados declararam que seus filhos não ficaram com nenhum tipo de sequela após a doença infantil.

Ao analisar os gráficos referentes a doenças infantis, verifica-se que as doenças infantis mais apontadas na pesquisa foram a catapora, caxumba e rubéola, pois apresentam um maior índice de contaminação entre as crianças em espaços com creche, escolas e entre irmãos.

**Desnutrição****27 - Seu filho apresenta alguns dos sintomas de desnutrição listados abaixo?**

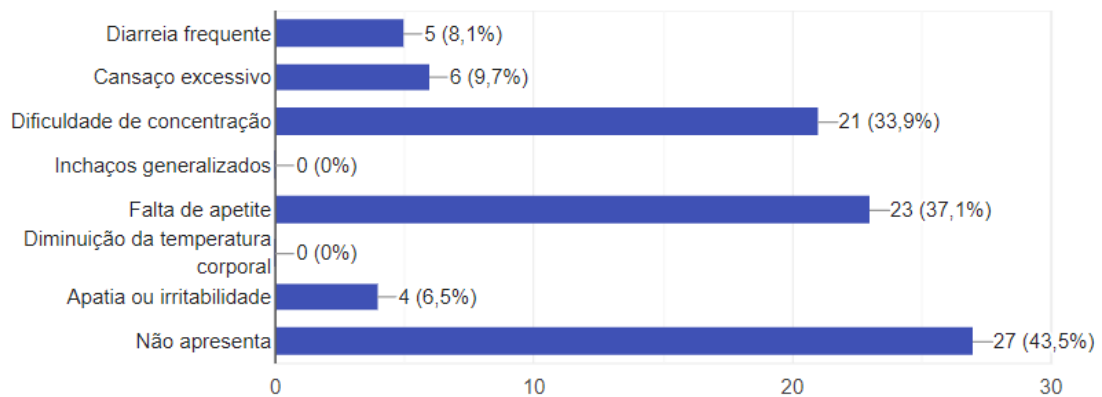


Gráfico 27 – Sintomas de desnutrição

**28 - Caso seu filho já tenha tido um diagnóstico de desnutrição, qual as causas citadas abaixo, foi a responsável pelo quadro?**

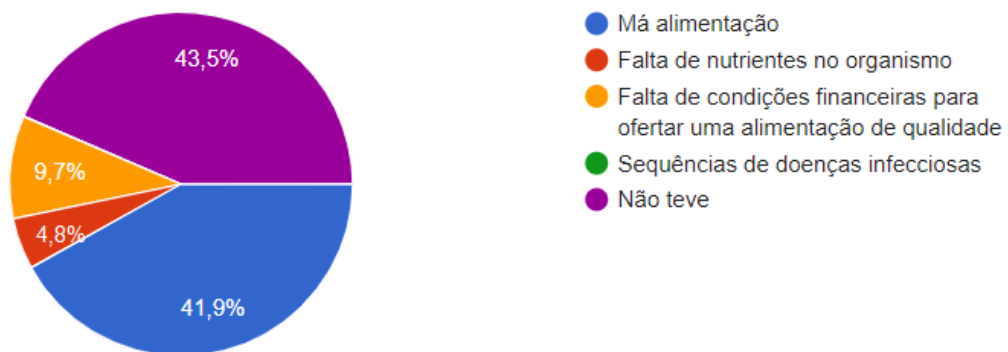


Gráfico 28 – Causas da desnutrição

No gráfico 27, foi analisado se o filho do entrevistado apresenta alguns dos sintomas de desnutrição listados pelo pesquisador, 8,1% declararam que a criança apresenta diarreia frequente, 9,7% declaram como sintoma cansaço excessivo, 33,95 declararam dificuldade de concentração, nenhum dos entrevistados declararam a opção inchaços generalizados, 37,1% declararam o sintoma de falta de apetite, nenhum entrevistado declarou o sintoma de diminuição da temperatura corporal, 6,5% declararam o sintoma de apatia ou irritabilidade e 43,5% declararam que seu filho não apresenta nenhum dos sintomas listados na pesquisa.

No gráfico 28, analisou-se caso o filho do entrevistado já tenha tido o diagnóstico de desnutrição, qual as causas citadas na pesquisa foram responsáveis pelo quadro, 41,9% declararam que a causa foi a má alimentação, 4,8% declararam falta de nutrientes no



organismo, 9,7% declararam falta de condições financeiras para ofertar uma alimentação de qualidade, nenhum entrevistado declarou a opção sequências de doenças infecciosas e 43,5% declararam que não teve diagnóstico, pois seu filho nunca sofreu de desnutrição.

Ao analisar os gráficos referentes ao indicador desnutrição, fica nítido que a condição de vulnerabilidade social das famílias entrevistadas, juntamente com sua baixa renda, as impossibilita de ofertarem uma alimentação de qualidade, que venha suprir as necessidades fisiológicas de seus filhos, agravando os quadros de desnutrição. Para MONTE:

A efetiva prevenção da desnutrição infantil calórico proteica não pode ser um objetivo isolado em relação a medidas gerais que visem atender às necessidades básicas dos pobres. Este entendimento tem desencadeado decisões internacionais para a melhoria econômica das populações, através de estratégias e programas para grupos de maior risco nutricional. Embora a história demonstre que a solução da pobreza é um objetivo muito ambicioso para ser atingido a curto prazo, também se tem visto que intervenções bem implementadas através do setor de saúde contribuem para a redução da desnutrição infantil. (MONTE, 2000, p. 294)

## Risco psicossocial

### Exercício as Funções Parentais

#### 29 - Você encontra dificuldade de impor limites quanto à educação do seu filho?

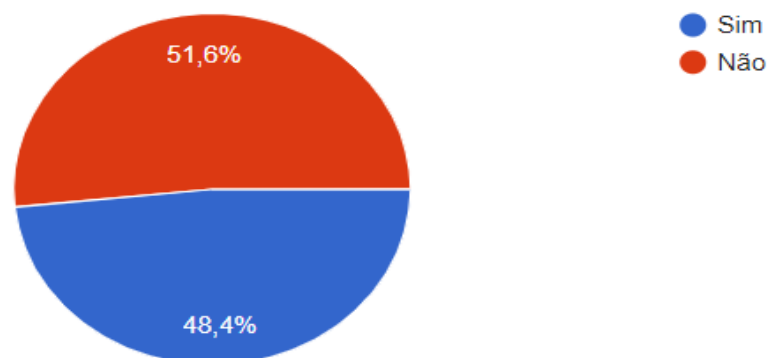


Gráfico 29 – Dificuldade na imposição de limites

### 30 - Com que frequência você participa da vida escolar do seu filho?

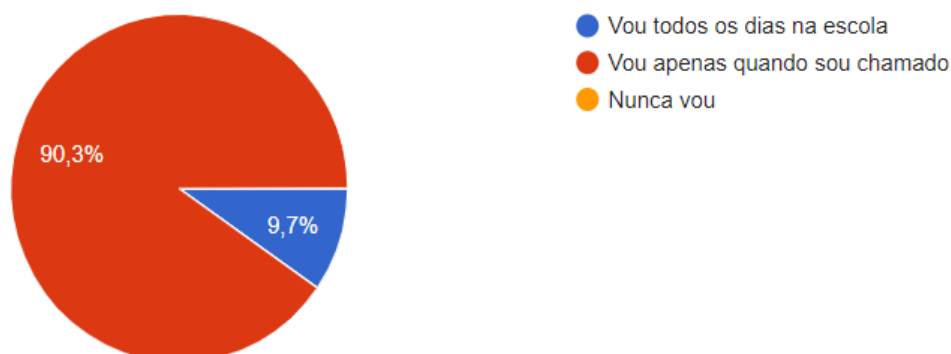


Gráfico 30 – Participação na vida escolar

No gráfico 29, foi perguntado para os entrevistados se eles encontram dificuldades de impor limites quanto à educação do seu filho, 48,4% declararam que sim, que encontram dificuldades de impor limites na educação de seu filho e 51,6% declararam que não encontram dificuldades de impor limites na educação dos filhos.

No gráfico 30, analisou-se com que frequência o entrevistado participa da vida escolar do seu filho, 9,7% declararam que vão todos os dias na escola, 90,3% declararam que vão apenas quando são chamados na escola e nenhum entrevistado declarou que nunca vai na escola.

Ao analisar os gráficos supracitados, verifica-se que os familiares apesar de declarar um índice maior na questão referente à sua capacidade de impor limites aos seus filhos, ainda demonstra em uma margem menor mais em um nível considerado a falta de estrutura para lidar com as questões referentes a educação das crianças é importante ressaltar nesta análise o alto índice de entrevistados que declararam ir a escola apenas quando são chamados, demonstrando com isso, um total desinteresse pela vida escolar da criança. Para PEREIRA, SANTOS e WILLIAMS:

Muitos pais não reconhecem na escola uma oportunidade de ascensão social, não incentivando seus filhos a dedicarem-se aos estudos isso, devido ao fato de muitos dos pais ou responsáveis por essas crianças apresentarem baixa escolaridade. Muitos desses pais apresentaram dificuldades na escola quando crianças pela mesma falta de interesse dos pais, ou por terem que trabalhar muito cedo. E por todos serem vítimas de uma sociedade de poucas oportunidades àqueles que vivem em situação de precariedade. (PEREIRA, SANTOS E WILLIAMS, 2009, p.19)

## O vínculo emocional entre pais e filhos

### 31 - Qual é a frequência com que você demonstra seus sentimentos para com a criança?

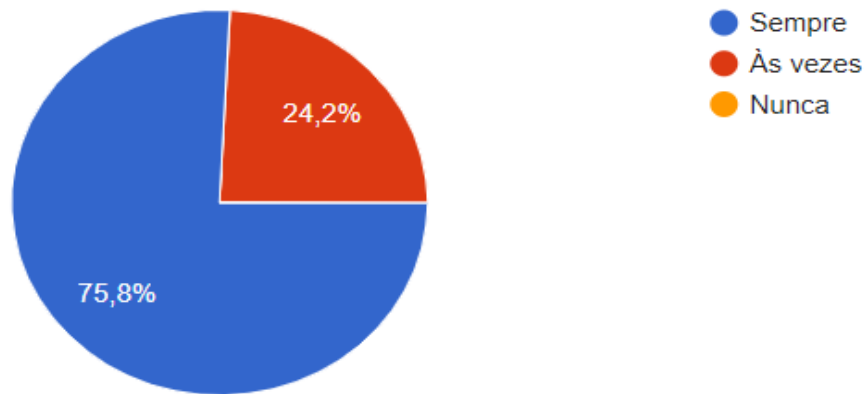


Gráfico 31 – Frequência de demonstração de sentimentos

### 32 - Ao demonstrar seus sentimentos, quais palavras, gestos e atitudes você mais utiliza com seu filho?

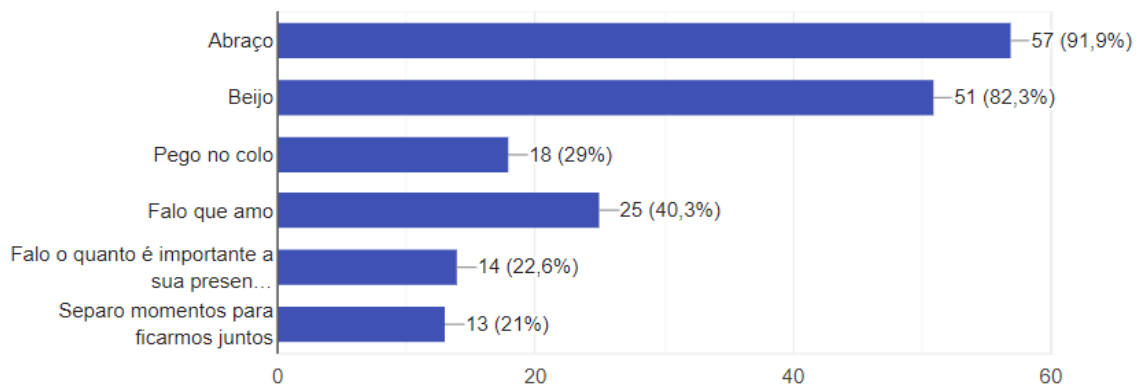


Gráfico 32 – Formas de demonstrar sentimentos

No gráfico 31, analisou-se com qual frequência o entrevistado demonstra seus sentimentos para seu filho, 75,8% declararam que sempre demonstram os sentimentos, 24,2% declararam que as vezes demonstram os sentimentos e nenhum dos entrevistados declararam nunca demonstrar os sentimentos.

No gráfico 32, perguntou-se para os entrevistados ao demonstrar os sentimentos, quais palavras, gestos e atitudes que eles mais utilizam com seus filhos, 91,9% declararam abraçar

os filhos, 82,3% declararam que beijão os filhos, 29% declararam que pegam no colo, 40,3% declararam que falam que amam, 22,6% declararam o quanto é importante a sua presença e 21% separam momentos para ficar junto com os filhos.

Pode-se verificar com as respostas das questões 30 e 31, que os entrevistados demonstram e estabelecem uma ligação de afeto com os filhos, porém apenas 21% dos entrevistados separam momentos para ficar junto com eles. Entende-se que a troca de sentimentos entre pais e filhos é extremamente importante para o fortalecimento dos laços afetivos, como estar junto, passar momentos de lazer com a criança e estar próximo no dia a dia estabelece uma segurança emocional, no sentido que ela sente-se segura, por não estar sozinha. Para GOMES E PEREIRA:

O estabelecimento de vínculo é próprio do ser humano, e a família como grupo primário, é o locus para a concretização desta experiência. A confiança que o indivíduo tem de que pode estar no mundo e estar bem entre outros lhe é transmitida pela sua aceitação dentro do grupo familiar. O sentir-se pertencente a um grupo, no caso, à família, possibilita-lhe no decorrer de sua vida pertencer a outros grupos. (GOMES E PEREIRA, 2004, p.359)

### Acontecimentos ligados as Relações Sociais

**33 - Você costuma dar bons exemplos para o seu filho, tais como agradecer, pedir licença, respeitar os mais velhos, respeitar as diferenças entre pessoas?**

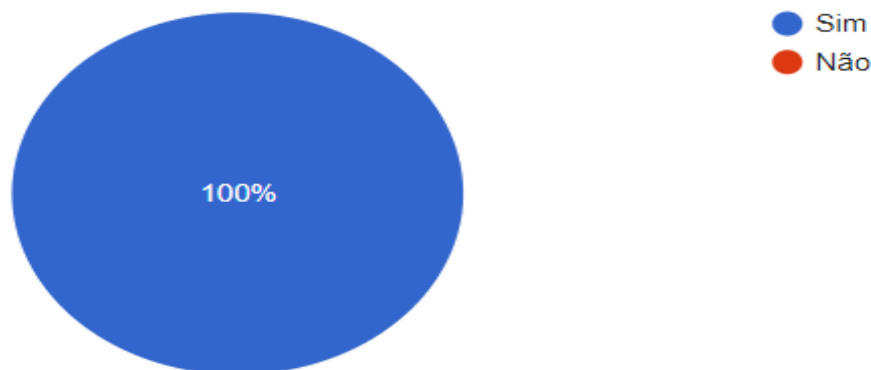


Gráfico 33 – Bons exemplos

**34 - Quando seu filho faz algo, que é considerado errado perante as regras sociais, tais como responder a outra pessoa com palavrão, depreder algo que não é seu, desrespeitar os mais velhos. Qual é sua atitude?**

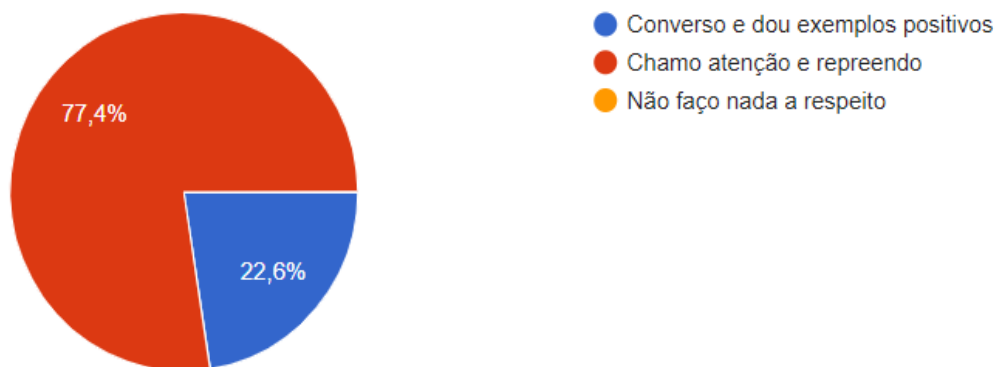


Gráfico 34 – Correção de atitudes

No gráfico 33, perguntou-se para os entrevistados se eles costumam dar bons exemplos para os seus filhos, tais como agradecer, pedir licença, respeitar os mais velhos, respeitar as diferenças entre pessoas, 100% dos entrevistados declararam que sim, que costumam dar bons exemplos para os filhos.

No gráfico 34, perguntou-se para os entrevistados qual é atitude tomada por parte deles, quando seu filho faz algo errado, como responder a outra pessoa com palavrão, depreder algo que não é seu e desrespeitar os mais velhos, 22,6% declarou que conversam e dão exemplos positivos, 77,4% declararam que chamam a atenção e repreendem e nenhum dos entrevistados declarou não fazer nada a respeito.

Nas respostas dos gráficos 33 e 34, verificou-se que os entrevistados quando são questionados acerca da educação dos filhos e suas posturas frente as atitudes das crianças em certas situações, todos declararam dar bons exemplos de como a criança deve se portar perante a situações cotidianas da vida. Já 77,4% declararam que frente a alguma transgressão de regras dos filhos, declararam que chamam atenção e repreendem, porém, este repreender na visão dos entrevistados está relacionado ao uso da força física com a criança ou deixar de castigo. Quanto ao preparo por parte dos pais na construção de valores na educação dos filhos, CIA, PAMPLIN E DEL PRETTE (2006, p.16) acrescentam que, no caso dos pais, pode-se observar que em função de diferentes contingências de vida, alguns se tornam melhor preparados, contribuindo diferentemente para a saúde, o desenvolvimento e o ajustamento de seus filhos, tanto no ambiente doméstico como em outros ambientes.

## 5 Marco conclusivo

A presente pesquisa nasceu da necessidade de parte da equipe pedagógica da Escola Básica Frei Damião, de entender qual é a real situação de pobreza dos alunos nas classes de alfabetização. Mesmo tendo a vivência com os alunos no dia a dia na escola, pouco se sabe das reais necessidades de sobrevivências dessas crianças, que estão inseridas na maior favela do estado de Santa Catarina.

Neste capítulo apresentam-se as conclusões resultantes da pesquisa de campo, de acordo com as indagações frente ao problema e os objetivos deste trabalho. No decorrer deste texto, estarão as observações e descrições que foram mais relevantes a partir das análises do Marco Analítico. A conclusão da pesquisa acompanhará a estrutura do trabalho que foi dividida em duas dimensões e cinco subdimensões, para assim, melhor entender os resultados obtidos.

A pergunta geral da pesquisa foi qual é a real situação de pobreza dos alunos na fase de alfabetização, e a pergunta específica foi em que termos se enquadra o nível de pobreza dos alunos na fase de alfabetização. O objetivo geral foi verificar qual é a real situação de pobreza desses alunos e o objetivo específico foi identificar a vulnerabilidade social e a exposição a riscos e descrever o contexto de pobreza que os alunos estão expostos. Para chegar nas respostas desses questionamentos as perguntas foram distribuídas em quinze indicadores, para assim, melhor entender o contexto de pobreza dessas famílias.

Quanto à pergunta geral do estudo, conclui-se que as famílias pesquisadas se encontram abaixo da linha de pobreza, constatado no Marco Analítico, quanto à renda per capita por família, que não chega a U\$5,00 dólares por dia, valor estipulado pelo o BANCO MUNDIAL. As famílias pesquisadas apresentaram nas respostas uma baixa qualidade de vida, quando questionadas acerca das condições de suas habitações e da comunidade em um todo.

De acordo com a análise da primeira dimensão, que aborda a vulnerabilidade social, podemos concluir que o termo utilizado para situação de pobreza dessas famílias é de pobreza absoluta, já que se identificou que elas não possuem condições básicas de sobrevivência, como uma habitação adequada às necessidades das famílias entrevistadas, pois se verificou que as casas são pequenas para comportar o número de pessoas que nelas vivem; o saneamento básico que é inexistente e o grande número de residências que ainda não possuem

água tratada. Quanto à alimentação, constatou-se que não correspondem às necessidades nutricionais das famílias, principalmente das crianças. Sobre as questões de vestuário, identificou-se que apesar da pouca renda, as famílias conseguem adquirir roupas para os filhos através de compra em brechós ou com doação de terceiros. Na saúde, constatou-se que apesar da comunidade em questão possuir um posto de saúde, observou-se nas respostas, que as famílias não têm o hábito de fazer o acompanhamento da saúde dos filhos, declarando na pesquisa que só levam as crianças no posto quando necessário. Quanto à educação dos filhos, os pais declaram que a escola é ótima e que sempre procuram a unidade através de uma vaga, conseguem efetuar a matrícula.

Pode-se verificar que a situação de pobreza em que vivem os indivíduos pesquisados, apesar de estarem situados dentro de uma favela, surpreende, pois, no seu entorno, ficam localizadas duas áreas industriais e mesmo assim, a fonte de renda da maioria dos moradores é a coleta e separação do lixo reciclável, informação essas repassadas informalmente no momento da entrevista, juntamente com as demais fontes de rendas declaradas tais como, as ligadas a benefícios sociais, provenientes do Governo Federal. A falta de instrução dos entrevistados é outro fator identificado que os impossibilitam de alcançar empregos de melhor remuneração. Também foi identificado na pesquisa, que uma pequena parcela dos entrevistados, possui o fundamental completo e que por outro lado, mais da metade sequer completaram os primeiros anos do ensino fundamental.

Dentro do contexto de pobreza absoluto identificado e descrito nessa dimensão vulnerabilidade social, podem-se fazer as seguintes recomendações, para assim, contribuir para uma melhor qualidade de vida dos entrevistados e dos demais moradores que juntamente com eles vivem este contexto:

Primeiramente faz-se necessário um acompanhamento com as famílias através da assistência social do município de Palhoça, quanto às práticas de planejamento familiar e captação de renda, elaborando projetos que capacitem os indivíduos para preencher os postos de trabalho nas áreas industriais, situadas no entorno da comunidade; elaboração de um plano de ação por parte do Município, que venha contemplar a comunidade com a rede de esgoto e água tratada. Que conseqüentemente, abaixará os índices de doenças relacionadas à falta do saneamento básico. E por fim, a elaboração de políticas públicas por parte do Município, que garantam moradia digna para as famílias que vivem na comunidade pesquisada. Pois sem um lar, as famílias ficam a mercê da sorte, hora moram de aluguel e quando ficam sem renda, vivem em barracos cedidos ou construídos com resto de material, sem as mínimas condições básicas, pois não possuem banheiro e geralmente são cômodos únicos.

A segunda dimensão, exposição a riscos, violências e doenças, complementa a primeira dimensão, porém contemplam indicadores ligados às relações humanas, dentro dos contextos, sociais, familiar e escolar.

Podemos concluir com as respostas dessa dimensão que se identificou uma porcentagem considerável de respostas que declaram já ter havido dentro da família, integrantes usuários de drogas. Outro fator preocupante é a violência doméstica, que foi identificado como algo rotineiro na vida das famílias entrevistadas.

Quanto ao trabalho infantil, identificou-se que o mesmo, não é entendido como prática que viola os direitos da criança quando é feito em casa, seja para cuidar do irmão mais novo, ou fazer a limpeza da casa, não sendo considerado ato de exploração de mão de obra infantil.

As famílias entendem o trabalho exercido pelos seus filhos em casa, como um tipo de preparação para a vida adulta, mesmo quando essas atividades os prejudicam nas demais tarefas relacionadas à sua idade, como estudar e brincar.

Quando a pergunta questionou sobre o trabalho infantil fora de casa, as respostas foram diferentes, 90% declararam que os filhos não ajudam em trabalhos fora de casa, porém informalmente, declararam que as crianças os acompanham na carroça e acabam ajudando na coleta do lixo reciclável e complementam justificando que levam os filhos com eles, pois não acham seguro deixá-los em casa.

Ainda dentro da subdimensão risco social, foi identificado que 79% das crianças, sofrem com o bullying na escola, resultante das mais variadas violências sofridas por elas ao longo de suas vidas, vê-se, que na maioria dos casos, a criança acaba reproduzindo as violências vivenciadas nos colegas de escola, provocando uma avalanche de xingamentos e agressões físicas.

Quanto aos riscos físicos, buscou-se identificar os ligados às doenças infantis e a desnutrição. Verificou-se dentro do contexto que vivem os entrevistados, que as doenças infantis mais frequentes, são aquelas que são transmitidas pelo contato físico, geralmente contraídas entre irmãos.

Acerca da desnutrição, pode-se identificar que as famílias ficaram desconfortáveis quando o assunto foi abordado, pois verificou-se que no período que a pesquisa foi aplicada, muitos reclamaram da dificuldade de obter alimentos em quantidade suficiente para suprir a necessidade de seus familiares, tendo muitas vezes como única alimentação salgada a comida da escola, creche ou projeto que a criança frequenta.



Diante do exposto, fica evidente que as crianças sofrem sim, de quadros de desnutrição, devido à falta de alimentação adequada para suprir suas necessidades nutricionais.

Outra subdimensão pesquisada foi a que contempla os riscos psicossociais, identificados pelos exercícios das funções parentais, o vínculo emocional e os acontecimentos ligados às relações sociais, vivências intrafamiliares que refletem no cotidiano das crianças nos mais variados lugares que elas frequentam.

Quando questionados acerca das funções parentais, os entrevistados declararam encontrar dificuldades de impor limites aos seus filhos, não sabendo como proceder em casos em que a criança não acata as ordens colocadas por eles. Em seu artigo de 2016, na página 4, CARARA coloca que de acordo com os estudos realizados por VYGOSTSKI, crianças que se desenvolvem em ambientes desfavoráveis, que presenciam e sofrem práticas violentas em família, com pouco estímulo por parte dos pais, tendem a ter seu desenvolvimento prejudicado e a serem influenciadas pelas mediações negativas que o meio ao qual estão inseridas lhes submete. A colocação da autora vem de encontro com o que foi observado na pesquisa, quando se verificou as funções parentais e o vínculo afetivo, se identificou uma relação muitas vezes distante entre pais e filhos, apesar dos pais declararem que demonstram sentimentos pelos filhos, pouco se identificou na pesquisa a preocupação com a educação e a vida escolar dos filhos, pois, quando questionados se davam bons exemplos para os filhos, a resposta foi sim, unânime, porém, quando perguntados sobre a forma que eles utilizavam para repreender os filhos quando o mesmo faz algo errado, a maioria respondeu que chama a atenção e repreende, e o repreender foi explicado na entrevista, no sentido de usar a força física, para que o ato não se repita.

Neste contexto concluímos que a necessidade dos pais de sobrevivência deles e dos filhos, diante de uma pobreza absoluta, os faz distantes nos momentos mais importantes do desenvolvimento das crianças, nos seus primeiros anos de vida e quando chegam à idade escolar. Verificou-se nesta parte da pesquisa, que os laços afetivos, encontram-se rompidos e tanto pais e filhos são possuidores de inúmeros traumas, decorrente da distância, hora porque o genitor demanda estar fora do convívio familiar em busca de renda e alimento para a sobrevivência dos demais, ou por abandono familiar, decorrente da dependência de drogas, ou em alguns casos como nos foi declarado informalmente na entrevista, por prisão de um dos responsáveis, devido ao envolvimento com o crime.

A pobreza, no contexto em que foi estudado, demandou muita atenção a cada indivíduo entrevistado, pois apesar de ter sido levantado quinze indicadores, e de muitos

entender que o fato do indivíduo viver em uma área de vulnerabilidade social já deve ser considerado pobre é muito subjetivo, pois nessa longa caminhada, encontrei pessoas com diferentes padrões de pobreza e quando falo em pobreza, não está apenas relacionada a de cunho material, como também, a relacionada pela ausência de esperança de uma vida melhor, de tristeza por não vislumbrar um futuro melhor para seus filhos, a carência de afeto entre seus pares, de famílias destruídas pela violência e pela distância dos entes queridos.

Enfim, pode-se verificar nessa pesquisa, que a situação de pobreza do indivíduo, vai muito além de dados estatísticos e que na maioria das vezes, nós professores, gestores, equipe pedagogia, assistentes sociais, psicólogos e médicos, não nos atentamos para esta outra face da pobreza, pois dentro de cada especialidade se cuida do indivíduo de forma dissociada das demais necessidades do mesmo, a falta desta integração entre as reais necessidades ou sua total necessidade, acarreta na manutenção do círculo de pobreza dessas familiares inseridas em contexto de vulnerabilidade social, que não encontrando saída, depositam em seus filhos a herança da miséria.

Diante do exposto, fazem-se as seguintes recomendações, acerca da segunda dimensão, referente à exposição a riscos, violência e doenças. Nesta parte da pesquisa, apontou-se a necessidade de um trabalho em conjunto entre educação, saúde e assistência social, para que os problemas relacionados às dinâmicas familiares tenham efetivos resultados e que a família possa ser acompanhada igualmente entre esses órgãos. Essa integração facilitaria a melhor compreensão e levaria, conseqüentemente, a respostas positivas quanto ao atendimento efetuado, conseguindo assim, auxiliar na resolução dos problemas com mais eficiência. Uma rede integrada, poderá melhor atender as famílias em contexto empobrecido, auxiliando-as assim, a superar a sua condição enquanto indivíduo na sociedade. Outro ponto importante é o repensar as práticas pedagógicas na escola, no intuito de contribuir nas mudanças cognitivas, educacionais e culturais e, assim, na efetiva mudança na vida desses indivíduos inseridos na escola, advindos das áreas mais vulneráveis.

## Referências

ABREU, Mariza. **Alimentação escolar**. Combate à desnutrição e o fracasso escolar ou direito da criança e ato pedagógico. Brasília. Ano 15, n.67, jul e set.1995.

ACCIOLY, Elizabeth. **A escola como promotora da alimentação saudável**. Instituto de Nutrição Josué de Castro. UFRJ. 2009.

AMARTYA, Sen. **Three notes on the concept of poverty**. Working Paper, WEP 2-23/65. Genebra: Internacional Labour Office, 1978.

AMPARO, Denise Matos; GALVÃO, T Celso Afonso; CARDENAS, Carmen, SILVIA, Helena Koller. A escola e as perspectivas educacionais de jovens em situação de risco, 2008, p.71, **Red de Revista Cientificas de América Latina y el Caribe, España y Portugal**, <http://redalyc.org/html/2823/282321824006/>.

ARROYO, G, Miguel. Módulo Introdutório. Pobreza, Desigualdade Social **Curso de Especialização em**, 2014 - [egpbf.mec.gov.br](http://egpbf.mec.gov.br)

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6024**: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento: apresentação. Rio de Janeiro, 2012a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6027**: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2012b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028**: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6034**: informação e documentação: índice: apresentação. Rio de Janeiro, 2004.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. 2001.

BARUDY, Jorge. La douleur invisible de l'enfant. **Approche éco-systémique de la maltrataince**, Eres, Paris, 1997.

BATISTA, Marie Eugénie Malzac. **Desenvolvimento de um sistema de apoio à decisão para a gestão urbana baseado em indicadores ambientais**. 2005. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado-Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. [Links].

CAMPOS, Herculano Ricardo; ALVERGA, Alex Reinecke de. Trabalho infantil e ideologia: contribuição ao estudo da crença indiscriminada na dignidade do trabalho. **Estudos de psicologia**, v. 6, n. 2, 2001.

CARARA, Mariane Lemos. **Dificuldade de Aprendizagem e Vulnerabilidade Social sob a Percepção da Comunidade Escolar**, Unisul, 2016.

DE CASTRO, Cleber Marques; DE OLIVEIRA PEIXOTO, Maria Naíse; DO RIO, Gisela Aquino Pires. Riscos ambientais e geografia: conceituações, abordagens e escalas. **Anuário do Instituto de Geociências**, v. 28, n. 2, p. 11-30, 2005.

CIA, Fabiana; DE OLIVEIRA PAMPLIN, Renata Christian; PEREIRA DEL PRETTE, Zilda Aparecida. Comunicação e participação pais-filhos: Correlação com habilidades sociais e problemas de comportamento dos filhos. **Paidéia**, v. 16, n. 35, 2006.

CIOLA, Cerli Freire; AGUIAR, Waldiney Gomes. **ORIENTAÇÃO E LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA: CONCEITOS E IMPORTÂNCIA SOCIAL**.

CONVENÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA. ONU/ UNICEF, 1990. NO ARTIGO 27.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE-eletrônica**, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2002.

DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira; PRETTE, DEL. Almir. Psicologia das relações interpessoais: vivência para o trabalho em grupo. Petrópolis, RJ. **Vozes**, 2001.

DESSEN, Maria Auxiliadora; DA COSTA POLONIA, Ana. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, v. 17, n. 36, 2007.

DESSEN, M. A.; BRAZ, M. P. As relações maritais e sua influência nas relações parentais. **A ciência do desenvolvimento: tendências atuais e perspectivas futuras**, p. 132-152, 2005.

DESSEN, M. A., & Pereira-Silva, N. L. (2004). A família e os programas de intervenção: Tendências atuais. In E. G. Mendes, M. A. Almeida & L. C. A. Williams (Orgs.), *Temas em educação especial: Avanços recentes* (pp. 179-187). São Carlos: EDUFSCAR.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina de Almeida. A qualidade da educação: conceitos e definições. **Brasília, DF: Inep**, 2007.

DUARTE, Natália de Souza. Política Social: um estudo sobre educação e pobreza. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Política Social. **Universidade de Brasília**. Brasília, 2012.

EISENBERG, Nancy et al. Parental reactions to children's negative emotions: Longitudinal relations to quality of children's social functioning. **Child development**, v. 70, n. 2, p. 513-534, 1999.

ESTEVEZ, C. J. O. **Vulnerabilidade socioambiental na área de ocupação contínua do litoral do Paraná-BR**. 2011. Tese de Doutorado. Tese de Doutoramento em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. FANTE C. Fenômeno bullying: como prevenir a violência e educar para a paz. São Paulo: Verus, 2005.

FERREIRA-BATISTA, Natalia; CACCIAMALI, Maria Cristina. Migração familiar, trabalho infantil e ciclo intergeracional da pobreza no estado de São Paulo. **Nova Economia**, v. 22, n. 3, p. 515-554, 2012. CABRITA, A. M. R. O homem e a casa: definição individual e social da qualidade da habitação. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1995.

FERREIRA, Ignez Costa B.; VASCONCELOS, Ana Maria; PENNA, Nelba de Azevedo. Violência urbana: a vulnerabilidade dos jovens da periferia das cidades. 2008.

FINK, Arlene. **How to analyze survey data**. Sage, 1995.

FONSECA, S José João, Metodologia da Pesquisa Científica, UECE, 2002, P.44.

FREITAS, Henrique et al. O método de pesquisa survey. **Revista de Administração & Saúde da Universidade de São Paulo**, v. 35, n. 3, 2000.

GELLES, Richard J. **Intimate violence in families**. Sage, 1997.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, p. 357-363, 2005.

GUTIERREZ, Denise Machado Duran; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Produção de conhecimento sobre cuidados da saúde no âmbito da família. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, p. 1497-1508, 2010.

HAASE, V. G.; KÄPPLER, C.; SCHAEFER, S. A. Um modelo de intervenção psicoeducacional para prevenção da violência no ambiente familiar e escolar. **Psicologia do desenvolvimento: Contribuições interdisciplinares**, p. 265-282, 2000.

HEGENBERG, Leônidas. **Doença: um estudo filosófico**. Editora Fiocruz, 1998.

HENDRICKS-MATTHEWS, M. K. Survivors of abuse. Health care issues. **Primary care**, v. 20, n. 2, p. 391-406, 1993.

HILTON, Japiassú; MARCONDES, Danilo. Dicionário básico de filosofia. **3ª Rio de Janeiro: Jorge**, 2006.

HOGHUGH, Masud; LONG, N. Key Concepts. Parenting-An Introduction. **Handbook of Parenting**, p. 1-18, 2004. In M. Hoghugh & N. Long (Eds).

ISA- Indicador de Salubridade Ambiental, 1999, p37

JOHNSON ALLAN, G. Dicionário de Sociologia. **Guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar, 1997.**

KASHANI, Javad H. et al. Family violence: impact on children. **Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry**, v. 31, n. 2, p. 181-189, 1992.

KASSOUF, Ana Lúcia. O que conhecemos sobre o trabalho infantil? **Nova economia**, v. 17, n. 2, p. 323-350, 2007.

KAZTMAN, Rubén. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. **Revista de la CEPAL**, 2001.

KOHARA, Luiz Tokuzi. **Relação entre as condições da moradia e o desempenho escolar: estudo com crianças residentes em cortiços**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

LIMA, ACBR. Habitare e habitus—um ensaio sobre a dimensão ontológica do ato de habitar. **Arquitextos, ano**, v. 8, 2007.

LIPINA, Sebastián et al. Linking childhood poverty and cognition: Environmental mediators of non-verbal executive control in an Argentine sample. **Developmental Science**, v. 16, n. 5, p. 697-707, 2013.

MAIA, André Augusto; LEME, Fábio Ricardo. O fenômeno 'bullying' na escola pública, na perspectiva do pensamento de Zygmunt Bauman. **Cadernos Zygmunt Bauman**, v. 4, n. 8, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. 1998.

MONTE, Cristina MG. Desnutrição: um desafio secular à nutrição infantil. **J Pediatr**, v. 76, n. Supl 3, p. S285-97, 2000.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. O marco conceitual da vulnerabilidade social. **Sociedade em Debate**, v. 17, n. 2, p. 29-40, 2012.

MORAIS, P, Eliane. EIDT, R, Olga. Conhecendo para evitar: A negligência nos cuidados de saúde com crianças e adolescentes. **Revista Gaucha de Enfermagem**. Porto Alegre. V.20. 1999.

MORESI, Eduardo et al. Metodologia da pesquisa. **Brasília: Universidade Católica de Brasília**, v. 108, p. 24, 2003.

MOSCAROLA, Jacques. Enquêtes et analyse de données. **Paris: Vuibert**, v. 307, 1990.  
O'Connor, T. (2006). The persisting effects of early experiences on psychological development. In D. Cicchetti & D. Cohen (Eds.), *Developmental psychopathology*, Vol 3:

OLIVEIRA, Maria Luiza Silva; BASTOS, Ana Cecília de Sousa Bittencourt. Práticas de atenção à saúde no contexto familiar: um estudo comparativo de casos. 2000.

OLIVEIRA, CMAS de. **O ambiente urbano e a formação da criança. 2002.** 2002. Tese de Doutorado. Tese. (Doutorado Arquitetura e urbanismo) –Universidade de São Paulo, São Paulo.

PENNA, Nelba Azevedo; FERREIRA, Ignez Barbosa. Desigualdades sócio-espaciais e áreas de vulnerabilidades nas cidades. **Mercator**. Fortaleza, v. 13, n. 3, p. 25-36, 2014.

PEREIRA, Beatriz Oliveira; ESTRELA, Maria Teresa. **Para uma escola sem violência: estudo e prevenção das práticas agressivas entre crianças.** 2002.

PEREIRA, G.T. Andréa. Célula de Risco/Violência: Segmento de violência de criança e adolescente. **Risco e Violência**. Paraná. 2012.

PEREIRA, Paulo Celso; SANTOS, Adriana Barbosa dos; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Desempenho escolar da criança vitimizada encaminhada ao fórum judicial. **Psicologia: Teoria e pesquisa**, p. 19-28, 2009.

PERRIEN, J.; CHERON, E. J.; ZINS, M. Méthodes d'échantillonnage. **Recherche en marketing: méthodes et décisions**, p. 203-241, 1984.

PINZANI, Alessandro e REGO, L, Walquiria. **Pobreza e Cidadania**. Ministério da Educação, 2014.

PRATI, Laíssa Eschiletti; COUTO, Maria Clara Pinheiro de Paula; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias em vulnerabilidade social: rastreamento de termos utilizados por terapeutas de família. **Psicologia: teoria e pesquisa**. Vol. 25, n. 3 (set./dez. 2009), p. 403-408, 2009.

Reader, P., Duncan, S., & Lucey, C. *Studies in the assessment of parenting*. Florence: Routledge, 2005.

RICHARDSON, Roberto. Jarry e colaboradores. **Pesquisa social: métodos e técnicas**, v. 3, 1999.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** FGV Editora, 2003.

ROMÃO, M. Pobreza: conceito e Mensuração. **Caderno de Economia**. N.13, fev. 1993.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. Editora Best Seller, 1999.

SCLIAR, Moacyr. História do conceito de saúde. **Physis: Revista de saúde coletiva**, v. 17, p. 29-41, 2007.

SETUBAL, Maria Alice. Os desafios de uma educação de qualidade em comunidades de alta vulnerabilidade. **Cadernos Cenpec| Nova série**, v. 4, n. 6, 2009.

SILVA, Algéria Varela. Vulnerabilidade social e suas consequências: o contexto educacional da juventude na região metropolitana de natal. **13º Encontro de ciências sociais do Norte-Nordeste**, 2007.

SOARES, Leôncio. **Educação de jovens e adultos**. DP&A, 2002.

STRAUS, Murray A.; GELLES, Richard J.; STEINMETZ, Suzanne K. **Behind closed doors: Violence in the American family**. Routledge, 2017.

TORRES, H. **Desigualdade ambiental em São Paulo, 1997. 255 f.** 1997. Tese de Doutorado. Thesis (Doutorado em Ciências Sociais)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

VEYRET, Yvette. Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente. In: **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. 2007.

VIGNOLI, J. R. Vulnerabilidad Demográfica em América Latina. Qué Hay de Nuevo? In CEPAL, Apresentado em **Seminario Vulnerabilidad**, CEPAL, Santiago de Chile, 2001.-xerox

WORLD BANK. **World Development Report, 1990: Poverty**. Oxford University Press, 1990.



## Apêndice A – Pressuposto

<b>Programa</b>	Mestrado em Ciência da Educação	
<b>Responsável do Projeto</b>	Caroline da Silva Pinto Andrade	
<b>Título do Projeto</b>	Situação de Pobreza dos Alunos na Fase de Alfabetização da Escola Básica Frei Damião no Município de Palhoça- SC/ Brasil no ano de 2018	
<b>Duração do Projeto</b>	12 meses	
<b>Data do Início</b>	15/01/2018	
<b>Data do Término</b>	15/12/2018	
<b>CONCEITOS</b>	<b>ENTRADAS</b>	<b>DESPEASAS</b>
Empréstimo para despesas	25.000,00	-
Honorário Profissional do orientador	-	2.000,00
Passagens e combustível	-	3.000,00
Material de expediente	-	1.000,00
Livros técnicos e papelaria	-	2.000,00
Diárias e hospedagens	-	2,500,00
Reprodução do material	-	500,00
Previsão para imprevistos	-	500,00
Mensalidade do mestrado	-	10.000,00
Custo da banca	-	1.300,00
Custo da documentação		1.000,00
Custo da titulação		900,00
<b>TOTAL</b>		<b>24.700,00</b>
<b>(Diferença E-D)</b>		<b>300,00</b>

Tabela 3 – Aportes financeiros

## Apêndice B – Cronograma

Início: 15/01/2018 - Final: 15/01/2019

ANOS	2018												2019
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
HORAS DE ESTUDOS/MÊS	20:0	20:0	20:00	20:0	20:0	20:0	20:0	20:0	20:0	20:0	20:0	20:0	20:0
UNIDADES DE TRABALHO													
1- Escolha do tema	■	■											
2- Descrição e formulação do problema	■	■											
3- Formulação dos objetivos	■	■	■										
4- Elaboração da justificativa			■	■									
5- Declaração das limitações da pesquisa				■	■								
6- Redação do Marco Teórico					■	■	■						
7- Definição das variáveis						■	■	■					
8- Redação do Marco Metodológico						■	■	■					
9- Construção dos instrumentos							■	■	■				
10- Prova piloto ou pré-teste dos instrumentos									■	■			
11- Coleta dos dados									■	■	■		
12- Processamento e análise dos dados									■	■	■		
13- Elaboração do enfoque da pesquisa											■	■	
14- Preparação para a defesa da Tese												■	■
15- Defesa da Tese													■

Tabela 4 - Cronograma

## Apêndice C – Pedido de validação do questionário

### CARTA DO FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO DE QUESTIONÁRIO

**Prezado (a) Doutor (a):**

Eu, **Caroline da Silva Pinto Andrade**, estudante do Programa de Mestrado em Ciências da Educação da Universidade Tecnológica Intercontinental de Assunção, sob a orientação do Prof. Dr. Estanislao Barrientos, através deste, solicito o seu parecer de perito para validar o instrumento que aplicarei em minha pesquisa de dissertação de Mestrado: um questionário estruturado policotômico fechado. O pedido obedece a um requisito metodológico para a validade dos resultados da pesquisa científica.

A dissertação é intitulada " **SITUAÇÃO DE POBREZA DOS ALUNOS NA FASE DE ALFABETIZAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA FREI DAMIÃO NO MUNICÍPIO DE PALHOÇA – SC/ BRASIL NO ANO DE 2018**". O objetivo geral da pesquisa é orientado a descrever o nível da situação de pobreza, dos alunos na fase de alfabetização da Escola Básica Frei Damião. Neste contexto, deseja-se que o instrumento seja consistente com o propósito perseguido.

Esclareço que para o desenvolvimento dos instrumentos, a todo momento, foi considerada a congruência dos itens de investigação com as perguntas e objetivos desta pesquisa, a fim de permitir e garantir a consistência lógica destes com a estrutura geral do projeto.

Feitos os esclarecimentos de rigor, peço que possa emitir seu julgamento, enquanto especialista em pesquisa científica nas seguintes áreas reservadas para o efeito.

Muito grata pela sua colaboração.

**Os seguintes documentos são anexados:**

1. Instrumento de pesquisa a ser validado.
2. Aprovação do protocolo de pesquisa.

Caroline S. P. Andrade  
Especialista em Gestão escolar  
Carolsc.andrade@gmail.com  
Telefone: (48) 99613-4042

## Apêndice D – Questionário aplicado aos pais



### Pesquisa de Campo para os Pais

Caro/a senhor/a, esta pesquisa tem por objetivo, verificar a real situação de pobreza dos alunos inseridos na classe de alfabetização da Escola Básica Frei Damião no município de Palhoça – SC, Brasil. O resultado da pesquisa estará disponível na biblioteca da Universidade Tecnológica Intercontinental – UTIC e em poder do pesquisador. Será salvaguardado na pesquisa a identidade e o respeito pelos posicionamentos das pessoas envolvidas. Sua colocação é de suma importância para a eficácia desta investigação, por favor responda cada pergunta deste questionário:

### Identificação

A - Qual a sua idade?

\_\_\_\_\_

B – Gênero

- ( ) Masculino
- ( ) Feminino
- ( ) Outros

C – Grau de instrução

- ( ) Fundamental Incompleto
- ( ) Fundamental Completo
- ( ) Ensino Médio Incompleto
- ( ) Ensino Médio
- ( ) Superior Incompleto
- ( ) Superior Completo
- ( ) Pós- graduação

D - Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é aproximadamente, a renda familiar mensal? (Marque apenas uma resposta)

- Nenhuma renda.
- Até 1 salário mínimo (até R\$ 954,00).
- De 1 a 3 salários mínimos (de R\$ 954,00 até R\$ 2,862,00 ).
- De 3 a 6 salários mínimos (de R\$ 2,862,00 até R\$ 5,724,00).

E - Quantas pessoas de sua família moram com você? Considerando pais, irmãos, conjugue, filhos e outros.

- De 1 a 3
- De 4 a 6
- 7 ou mais

## Dimensão 1 - Vulnerabilidade Social

### Sub dimensão – Infraestrutura

#### Indicador: Localização

1. A sua moradia está inserida em?

- Favela
- Cortiço (casa que serve de habitação coletiva)
- Edificação Isolada
- Condomínio fechado
- Prédio de Apartamentos

2. Dentre os lugares abaixo, quais estão próximo a sua moradia, que você possa ir a pé:

- |   |  |   |
|---|--|---|
| 1-( <input type="checkbox"/> ) Creche                     | 7-( <input type="checkbox"/> ) Padaria             | 13-( <input type="checkbox"/> ) Praça             |
| 2-( <input type="checkbox"/> ) Escola                     | 8-( <input type="checkbox"/> ) Açougue             | 14-( <input type="checkbox"/> ) quadra de Esporte |
| 3-( <input type="checkbox"/> ) Hospital e Pronto Socorro  | 9-( <input type="checkbox"/> ) Farmácia            | 15-( <input type="checkbox"/> ) Igreja            |
| 4-( <input type="checkbox"/> ) Agencia bancária           | 10-( <input type="checkbox"/> ) Quitanda/Mercearia | 16-( <input type="checkbox"/> ) Cras              |
| 5-( <input type="checkbox"/> ) Correios em geral          | 11-( <input type="checkbox"/> ) Supermercado       | 17-( <input type="checkbox"/> ) Posto Saúde       |
| 6-( <input type="checkbox"/> ) Posto policial – Delegacia | 12-( <input type="checkbox"/> ) Centro Comunitário | 18-( <input type="checkbox"/> ) Ponto de Ônibus   |

#### Indicador: Habitação

3. Qual a condição legal de sua moradia?

- Própria quitada
- Própria e ainda pagando

- Alugada  
 Cedida  
 Ocupada

4. Quais cômodos de cada tipo há em seu domicílio?

- Quartos                                       Cozinhas                                       Banheiros Externos  
 Salas     Banheiros Internos                                       Outros

### Indicador: Saneamento básico

5. Quais desses serviços atende a sua moradia?

- Rede pública de água  
 Rede de Esgoto  
 Coleta de Lixo

6. A água consumida em sua moradia é tratada?

- Sim  
 Não

### Sub dimensão – Recursos Financeiros

#### Indicador: Alimentação

7. Com que frequência sua família realiza cada uma das refeições abaixo:

café da manhã	1- ( ) Nenhuma	2- ( ) Até 2x na semana	3- ( ) De 3 a 6 x na semana	4- ( ) Todos os dias
lanche da manhã	1- ( ) Nenhuma	2- ( ) Até 2x na semana	3- ( ) De 3 a 6 x na semana	4- ( ) Todos os dias
almoço	1- ( ) Nenhuma	2- ( ) Até 2x na semana	3- ( ) De 3 a 6 x na semana	4- ( ) Todos os dias
lanche da tarde	1- ( ) Nenhuma	2- ( ) Até 2x na semana	3- ( ) De 3 a 6 x na semana	4- ( ) Todos os dias
jantar	1- ( ) Nenhuma	2- ( ) Até 2x na semana	3- ( ) De 3 a 6 x na semana	4- ( ) Todos os dias
lanche da noite	1- ( ) Nenhuma	2- ( ) Até 2x na semana	3- ( ) De 3 a 6 x na semana	4- ( ) Todos os dias

**Indicador: Vestuário**

**8.** Você consegue adquirir vestuário para seu filho, de acordo com cada estação?

- Sim  
 Não

**9.** Você tem condições de adquirir o uniforme da escola do seu filho?

- Sim  
 Não  
 Parcialmente, apenas a camiseta

**Indicador: Saúde**

**10.** Você e seus familiares tem acesso a atendimento de saúde em sua localidade?

- Sim  
 Não

**11.** Você faz o acompanhamento do desenvolvimento da criança, desde as consultas, vacinas e atendimento odontológico?

- Sim  
 Parcialmente. Levo para vacinar, porém, no médico e no dentista somente quando tem necessidade  
 Não

**Indicador: Educação**

**12.** Você encontrou dificuldade para matricular seu filho na escola?

- Sim, pois logo que procurei não tinha vaga  
 Não, assim que procurei a escola já efetuou a matrícula

**13.** Quanto ao ensino da escola do seu filho:

- 1-( ) É ótimo    2-( ) É bom    3-( ) É razoável    4-( ) É péssimo

## Dimensão 2 – exposição a riscos , violência e doenças

### Sub dimensão – Risco social

#### Indicador: Riscos inerentes à dinâmica familiar

**14.** Em sua família, tem algum membro usuário de drogas?

Sim       Já teve       Nunca tivemos

**15.** A criança já presenciou algum tipo de violência doméstica (seja entre pais ou irmãos)?

Sim       Às vezes       Nunca

#### Indicador: Trabalho infantil

**16.** A criança exerce alguma função de responsabilidade em casa (cuidar de um irmão, arrumar a casa, fazer comida, etc.)?

Sim       Às vezes       Nunca

**17.** A criança colabora com algum tipo de renda em casa (como venda de algum produto, colaborando na produção de algum material , etc. )?

Sim       Às vezes       Nunca

#### Indicador: Bullying

**18.** A criança já relatou ter sofrido algum tipo de bullying na escola?

Sim  
 Não

**19.** Em caso de resposta positiva, que tipo de bullying listado abaixo seu filho vivenciou?

1-  Agressão Verbal

3-  Agressão Racial

2-  Agressão Física

4-  Agressão Psicológica



## Sub dimensão – Risco físico

### Indicador: Doenças infantis

20. Quais os tipos de doenças infantis listadas abaixo o seu filho já adquiriu?

- |                  |                    |               |
|------------------|--------------------|---------------|
| 1-( ) Catapora   | 4-( ) Meningite    | 7-( ) Sarampo |
| 2-( ) Caxumba    | 5-( ) Poliomielite | 8-( ) Nenhuma |
| 3-( ) Coqueluche | 6-( ) Rubéola      |               |

21. A criança ficou com alguma sequela após ter adquirido a doença infantil?

- ( ) Sim  
( ) Não

### Indicador: Desnutrição

22. Seu filho apresenta alguns dos sintomas de desnutrição listados abaixo?

- |                                   |  |
|-----------------------------------|--|
| 1-( ) Diarreia frequente          | 5-( ) Falta de apetite                   |
| 2-( ) Cansaço excessivo           | 6-( ) Diminuição da temperatura corporal |
| 3-( ) Dificuldade de concentração | 7-( ) Apatia ou irritabilidade           |
| 4-( ) Inchaços generalizados      | 8-( ) Não apresenta                      |

23. Caso seu filho já tenha tido um diagnóstico de desnutrição, qual as causas citadas abaixo, foi a responsável pelo quadro?

- 1-( ) Má alimentação  
2-( ) Falta de nutrientes no organismo  
3-( ) Falta de condições financeiras para ofertar uma alimentação de qualidade  
4-( ) Sequências de doenças infecciosas  
5-( ) Não teve

## Sub dimensão – Risco psicossocial

### Indicador: Exercício das Funções Parentais

24. Você encontra dificuldade de impor limites quanto à educação do seu filho?

- ( ) Sim      ( ) Às vezes      ( ) Nunca

**25.** Com que frequência você participa da vida escolar do seu filho?

- 1-( ) Vou todos os dias na escola  
 2-( ) Vou apenas quando sou chamado  
 3-( ) Nunca vou

### Indicador: Vínculo emocional entre pais e filhos

**26.** Qual é a frequência com que você demonstra seus sentimentos para com a criança?

- 1-( ) Sempre 2-( ) Às vezes 3-( ) Nunca

**27.** Ao demonstrar seus sentimentos, quais palavras, gestos e atitudes que você mais utiliza com seu filho?

- |                    |   |
|--------------------|---|
| 1-( ) Abraço       | 4-( ) Falo que amo                              |
| 2-( ) Beijo        | 5-( ) Falo o quanto é importante a sua presença |
| 3-( ) Pego no colo | 6-( ) Separo momentos para ficarmos juntos      |

### Indicador: Acontecimentos ligados às relações sociais

**28.** Você costuma dar bons exemplos para o seu filho, tais como agradecer, pedir licença, respeitar os mais velhos, respeitar as diferenças entre pessoas?

- 1-( ) Sempre 2-( ) Às vezes 3-( ) Nunca

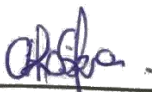
**29.** Quando seu filho faz algo, que é considerado errado perante as regras sociais, tais como responder a outra pessoa com palavrão, deprestar algo que não é seu, desrespeitar os mais velhos. Qual é sua atitude?

- 1-( ) Converso e dou exemplos positivos  
 2-( ) Chamo atenção e repreendo  
 3-( ) Não faço nada a respeito

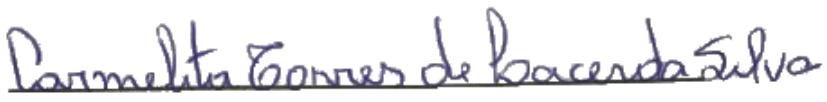
## Anexo A – Avaliação das questões

AVALIAÇÃO DAS QUESTÕES FECHADAS AOS PROFESSORES	COERÊNCIA		CLAREZA		OBSERVAÇÃO
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	
QUESTÃO 1	x		x		
QUESTÃO 2	x		x		
QUESTÃO 3	x		x		
QUESTÃO 4	x		x		
QUESTÃO 5	x		x		
QUESTÃO 6	x		x		
QUESTÃO 7	x		x		
QUESTÃO 8	x		x		
QUESTÃO 9	x		x		
QUESTÃO 10	x		x		
QUESTÃO 11	x		x		
QUESTÃO 12	x		x		
QUESTÃO 13	x		x		
QUESTÃO 14	x		x		
QUESTÃO 15	x		x		
QUESTÃO 16	x		x		
QUESTÃO 17	x		x		
QUESTÃO 18	x		x		
QUESTÃO 19	x		x		
QUESTÃO 20	x		x		
QUESTÃO 21	x		x		
QUESTÃO 22	x		x		
QUESTÃO 23	x		x		
QUESTÃO 24	x		x		
QUESTÃO 25	x		x		
QUESTÃO 26	x		x		
QUESTÃO 27	x		x		
QUESTÃO 28	x		x		
QUESTÃO 29	x		x		

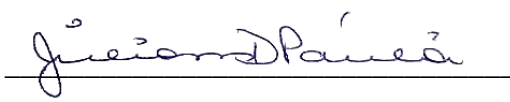
## Anexo B – Formulário de validação 1

FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO	
Enfoque de pesquisa	Quantitativo
Nível de profundidade da pesquisa	Descritiva
Desenho	Não experimental
Tipo de instrumento	Questionário estruturado policotômico
Mestranda	Caroline da Silva Pinto Andrade
Tutor	Prof. Doutor Estanislao Barrientos
<b>Dados do (a) avaliador (a)</b>	
Nome: Christiane Klline de Lacerda Silva	
Formação: Doutorado em Ciências da Educação	
Instituição que atua profissionalmente: Universidad Tecnológica Intercontinental/Franca Escola Técnica - FET	
Área de atuação: Docência	
<b>Validação</b>	
Válido sem ajustes ( x );	
Válido com as configurações recomendadas ( ) ;	
Não é válido por problemas de:	
Construção ( ) ; Conteúdo ( ) ; Critério ( )	
ASSINATURA DO (A) AVALIADOR (A):	
 <hr/> <p><b>Drª. Christiane Klline de Lacerda Silva</b>  <b>UNIVERSIDAD TECNOLÓGICA</b>  <b>INTERCONTINENTAL - UTIC</b></p>	

## Anexo C – Formulário de Validação 2

FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO	
Enfoque de pesquisa	Quantitativo
Nível de profundidade da pesquisa	Descritiva
Desenho	Não experimental
Tipo de instrumento	Questionário estruturado policotômico
Mestranda	Caroline da Silva Pinto Andrade
Tutor	Prof. Doutor Estanislao Barrientos
<b>Dados do (a) avaliador (a)</b>	
Nome: Carmelita Torres de Lacerda Silva	
Formação: Doutorado em Ciências da Educação	
Instituição que atua profissionalmente: Prefeitura Municipal de Teresina-PMT Secretaria Municipal de Educação-SEMEC/ Franca Escola Técnica - FET	
Área de atuação: Coordenação Pedagógica	
<b>Validação</b>	
Válido sem ajustes ( x );	
Válido com as configurações recomendadas ( ) ;	
Não é válido por problemas de:	
Construção ( ) ; Conteúdo ( ) ; Critério ( )	
ASSINATURA DO (A) AVALIADOR (A):	
	

## Anexo D – Formulário de validação 3

FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO	
Enfoque de pesquisa	Quantitativo
Nível de profundidade da pesquisa	Descritiva
Desenho	Não experimental
Tipo de instrumento	Questionário estruturado policotômico
Mestranda	Caroline da Silva Pinto Andrade
Tutor	Prof. Doutor Estanislao Barrientos
<b>Dados do (a) avaliador (a)</b>	
Nome: Juliane Di Paula Queiroz Odino	
Formação: Doutorado em Ciências Humanas - UFSC	
Instituição que atua profissionalmente: FMP – Faculdade Municipal de Palhoça	
Área de atuação: Docência	
<b>Validação</b>	
Válido sem ajustes ( x );	
Válido com as configurações recomendadas ( ) ;	
Não é válido por problemas de:	
Construção ( ) ; Conteúdo ( ) ; Critério ( )	
ASSINATURA DO (A) AVALIADOR (A):	
	

## Anexo E – Fachada da E.B. Frei Damião



## Anexo F – Localização da E.B. Frei Damião

